

SÉRIE SOCIOLOGIA



A (des) continuidade
da tradição Marxista
no Pós-Marxismo de
Ernesto Laclau e
Chantal Mouffe

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves

Editora
UFPE

**A (des) continuidade da
tradição Marxista no
Pós-Marxismo de Ernesto
Laclau e Chantal Mouffe**

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Curso de Doutorado em Sociologia

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves

A (des) continuidade da tradição Marxista no Pós-Marxismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe

Recife, 2016

Catálogo na fonte:
Bibliotecária Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

A474d Alves, Ana Rodrigues Cavalcanti.
A (des) continuidade da tradição marxista no pós-marxismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe [recurso eletrônico] / Ana Rodrigues Cavalcanti Alves. – Recife : Ed. UFPE, 2016.
(Série Sociologia)

Originalmente apresentada como dissertação do autor (mestrado – UFPE. CFCH. Sociologia. Recife, 2011) sob o mesmo título.
Inclui referências.
ISBN 978-85-415-0866-7 (online)

1. Laclau, Ernesto, 1935-. 2. Mouffe, Chantal 3. Sociologia. 4. Socialismo. 5. Materialismo histórico. 6. Hegemonia. I. Título. II Título da Série.

301 CDD (23.ed.) UFPE (BC2017-015)

Todos os direitos reservados aos organizadores: *Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.*

*Para Leomar e George,
por terem sonhado junto comigo.*

Agradecimentos

Este livro é resultante da minha dissertação de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, aos meus queridos orientadores, Eliane e Remo, pelas reuniões de orientação agradáveis, pela amizade, pelo carinho e confiança. Este trabalho não teria se desenvolvido sem as suas importantes contribuições, sem as reuniões de orientação quase semanais, sem o nosso trabalho em equipe.

A todos os professores que fazem o Programa de Pós-graduação de Sociologia da UFPE, que de maneira direta ou indireta contribuíram para a minha formação. Gostaria de agradecer, especialmente, à professora Silke Weber, que leciona uma das disciplinas eletivas mais fantásticas do programa, Ideologia e Sociedade. Essa disciplina despertou o meu interesse pelo pós-marxismo de Laclau e Mouffe e a professora Silke me incentivou a pesquisar sobre o tema. Também agradeço a Silke e a Gustavo Gilson de Oliveira pelas importantes contribuições que deram ao meu trabalho na qualificação do projeto.

Ao professor Heraldo Souto Maior, pela sua importante participação nos seminários de sociologia, pelos seus comentários ao meu projeto e por ter me emprestado livros que já se encontram esgotados e foram fundamentais no desenvolvimento deste trabalho.

A Vinícius Douglas, secretário do PPGS, pelo seu trabalho competente e pelo seu eterno bom humor.

A minha turma do Mestrado 2009, pelos debates em sala de aula e pelos momentos de lazer. Agradeço a Louise, Raíza, Lena, Giba, André Maranhão, André Carvalho, Olívia, Clarissa, Leila, Rayane e Thayane.

Aos meus pais, por todo esforço desempenhado para me proporcionar uma boa educação e pelo incentivo para que eu cursasse o mestrado em Sociologia. Sem o amor, o cuidado, a compreensão e o apoio de Lora e Joãozinho não seria possível me dedicar ao mestrado e concluir a dissertação. À minha irmã Silvinha, pela cumplicidade e por quebrar todos os galhos e me ajudar nas horas que eu mais preciso.

A Daniel, pelo amor e companheirismo, pelas discussões agradáveis e pela revisão dos meus textos.

Aos meus queridos amigos que incentivam o meu trabalho e me proporcionam as discussões mais instigantes, que compartilham os meus melhores momentos e me apoiam nos momentos de sufoco. A Bella, Chico, Tiago, Luciana, Fernando, André, Flávia, Rebeca, Dimas, Raquel, Lucas, Jonas, Susana, Pedro e Nanda.

“A política revolucionária não pode evitar esse momento em que ousa dar um passo no desconhecido”.

(Merleau-Ponty)

Prefácio

Remo Mutzenberg

Os múltiplos caminhos percorridos pelo marxismo foram marcados por disputas, controvérsias, impasses e momentos de excepcional criatividade teórica, mas também de superações e limitações frente às transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas ao longo do século XX. Podemos afirmar que um momento emblemático dos impasses teóricos do marxismo se exacerba nos anos 1970. Para uma caracterização deste momento, do ponto de vista político, é suficiente, aqui, fazer referência à emergência de múltiplas formas de manifestações e conflitos sociais, cujo momento simbólico foi marcado pelas manifestações de 1968; à crise do modelo de socialismo soviético; ao fim da Guerra Fria e à ascensão hegemônica do neoliberalismo. É neste contexto que Ernesto Laclau e Chantal Mouffe vão desenvolver seu projeto teórico que resultou na publicação, em 1985, de *Hegemonia e Estratégia Socialista*. Em suas considerações iniciais tinham como ponto de partida a crise da esquerda, a constatação de um “fosso crescente entre as realidades do capitalismo contemporâneo e o que o marxismo podia legitimamente subsumir sob as próprias categorias” (Laclau e Mouffe, 1985, p. vii).

Em relação ao impasse teórico do marxismo, os autores lembram, por exemplo, as contorções em torno das noções como “determinismo em última instância” e “autonomia relativa”, cuja tensão está presente na afirmação de Marx de que “os homens fazem a sua própria *história*, mas *não* o fazem como querem”. A perspectiva teórica que desenvolvem volta-se na busca de uma abordagem mais adequada frente ao capitalismo contemporâneo, tendo como alvo a questão da democracia e do socialismo. Os desdobramentos deste investimento resultaram naquilo que se denomina Teoria do Discurso e os seus autores estão, hoje, entre os autores mais significativos no contexto do debate teórico e político (Smith, 2003).

O trabalho de Ana Rodrigues Cavalcanti Alves, originalmente apresentado como Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, sob o título “A (des) continuidade da tradição marxista no pós-marxismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe”, nos proporciona uma análise do percurso teórico da abordagem empreendida pelos autores de *Hegemonia e Estratégia Socialista*. Como expresso no título, a autora coloca como questão a continuidade e descontinuidade do “pós-marxismo” de Laclau e Mouffe em relação ao marxismo. Isto coloca de imediato a heterogeneidade discursiva da tradição marxista, cuja releitura proporcionada pela autora tem como alvo situar os impasses identificados por Laclau e Mouffe, destacando a centralidade da noção de Hegemonia desenvolvida por Gramsci como marco para o desenvolvimento da perspectiva dos autores.

São destacadas outras influências como o Grupo *Socialismo ou Barbárie* (Cornelius Castoriadis, Claude Lefort, François Lyotard e Henri Simon), particularmente em relação ao debate sobre totalitarismo e democracia. Destaca, ainda, a importância de autores como Foucault, o pós-estruturalismo de Derrida e seu decorrente deslocamento teórico que coloca em relevo o discurso e, como afirma Torfing (1999, p. 55), “o maior impacto do pós-estruturalismo foi a desestabilização de toda unidade pré-dada, fechada em si mesma, sejam elas estruturas, signos ou discursos científicos”. O que se destaca no texto é a composição de uma abordagem teórica influenciada por autores filiados a distintas perspectivas teóricas para além do marxismo, como o pós-estruturalismo, a psicanálise lacaniana, a linguística de Saussure, entre outros.

O trabalho da autora oferece um quadro das referências fundamentais para o desenvolvimento teórico empreendido por Laclau e Mouffe, suas implicações epistemológicas conceituais, apresentando também questões e lacunas. Insere-se, assim, como uma contribuição ao debate que se adensou nos últimos anos em torno da produção teórica de Laclau e Mouffe em diferentes campos, seja no debate acadêmico seja como inspiração para intervenções políticas concretas.

Estes são apenas alguns dos aspectos que o texto de Ana Rodrigues nos oferece e que demonstram a relevância de seu trabalho. Ele é, inegavelmente, uma contribuição ao debate sobre o marxismo e suas transformações no século XX.

Referências

SMITH, Anna Marie. **Laclau and Mouffe**: the radical democratic imaginary. London, Routledge, 2003

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy**: Towards a Radical Democratic Politics. Second Edition. London Verso, 2001.

TORFING, J. **New theories of discourse**: Laclau, Mouffe and Zizek. Mass.: Blackwell, 1999.

Introdução

O pós-marxismo constituiu uma tentativa de reformulação da tradição marxista, que surgiu em meados dos anos 1960, a fim de responder ao crescente hiato entre a lógica estrutural do marxismo e as novas configurações do capitalismo tardio. Ademais, diante dos eventos que conduziram à chamada “crise” do marxismo, a tendência pós-marxista estava interessada em pensar a possibilidade do marxismo como prática política. Laclau e Mouffe (2010) se inserem nesse contexto e desenvolvem o seu enfoque teórico-político a partir dos anos 1980, com o objetivo de suprir as lacunas da teoria marxista, adequando suas categorias às transformações da sociedade capitalista. Esta reformulação teórica possibilitaria retomar a discussão sobre a estratégia socialista nas sociedades contemporâneas e a construção de uma política radical, o que constitui o objetivo político do pós-marxismo de Laclau e Mouffe.

Contudo, o novo enfoque provocou um verdadeiro abalo nas diversas tentativas de renovação do marxismo, uma vez que ele se ancora numa perspectiva desconstrucionista como meio de restaurar a tradição. Nessa perspectiva, o pós-marxismo tenta reconstruir o marxismo através de uma genealogia do presente, de um questionamento da teoria à luz dos problemas

contemporâneos, o que implica necessariamente a desconstrução de seus elementos constitutivos. Segundo Laclau e Mouffe (2010, p. 10), seu enfoque pós-marxista deve ser entendido como tentativa de reapropriação de uma tradição intelectual, mas também como esforço de ir além dela, uma vez que as categorias do marxismo não dão conta da complexidade do social.

Nesse sentido, seu referencial teórico está fortemente ancorado nas correntes contemporâneas que rejeitam posturas essencialistas e ressaltam o espaço de indeterminação nas relações sociais e políticas. Campos teóricos como a psicanálise, o pós-estruturalismo, a lingüística estrutural e a filosofia analítica contribuem para a formação do arcabouço teórico pós-marxista, que coloca em xeque o essencialismo, o objetivismo e o determinismo da tradição marxista.

Diante da reconstrução radical da teoria marxista ancorada numa perspectiva que desconstrói os seus elementos constitutivos e de um aparato teórico profundamente influenciado por correntes de pensamento contemporâneas, cujos pressupostos ontológicos e epistemológicos colidem diretamente com o marxismo, analisaremos as continuidades e descon continuidades da tradição marxista no pós-marxismo de Laclau e Mouffe. Tal análise se desenvolverá a partir da investigação de conceitos e formas discursivas oriundas do marxismo que são reelaboradas e radicalizadas pelo pós-marxismo para compor o seu aparato conceitual. A questão central neste trabalho é a de saber quais os elementos da teoria marxista são reelaborados por Laclau e Mouffe na transição para o pós-marxismo.

Para tanto, faz-se necessário algumas discussões iniciais que permitam apreender a complexidade de ideias e pensadores que a expressão “tradição marxista” abrange, em diferentes momentos de sua história, buscando identificar com quais tendências dessa tradição os autores dialogam. Essa discussão será desenvolvida no primeiro capítulo, que visa compreender os desdobramentos do pensamento marxista, focalizando os debates e preocupações que foram herdados posteriormente pelo pós-marxismo de Laclau e Mouffe, como o combate ao economicismo e a afirmação da centralidade da ação política na construção de uma sociedade socialista. A discussão sobre alguns dos eventos que conduziram à “crise” do marxismo nos conduz à formação de um terreno pós-marxista.

O segundo capítulo é dedicado à análise das respostas à “crise” do marxismo que buscam reformular a teoria marxista com o intuito de pensar a

sua possibilidade como prática política e que exercem forte influência sobre o enfoque de Laclau e Mouffe. Nesse sentido, abordaremos as reflexões do grupo *Socialismo ou Barbárie* em torno da democracia e do totalitarismo, a retomada do pensamento de Gramsci e a radicalização de suas ideias a partir dos anos 1960, a crítica de Derrida à noção de estrutura fechada em si mesma como centro das relações sociais, o que solapou o paradigma estruturalista, e a contribuição da psicanálise. Todos esses movimentos intelectuais e políticos contribuíram para a constituição de um terreno pós-marxista e influenciaram sobremaneira os pensamentos de Laclau e Mouffe.

O terceiro capítulo trata do desenvolvimento intelectual de Laclau e Mouffe, com foco na formação do seu enfoque pós-marxista, a partir de um contínuo diálogo crítico com a tradição marxista e um esforço no sentido de superar todo pressuposto essencialista encontrado nessa tradição. A primeira fase de desenvolvimento é marcada por uma crítica ao marxismo estrutural da escola de Althusser, que havia exercido forte influência no pensamento dos autores, principalmente pela sua tentativa de superar as formas de essencialismo encontrada no marxismo. Numa segunda fase, Laclau e Mouffe identificam no pensamento de Gramsci o último reduto essencialista e se ancoram na corrente pós-estruturalista para combatê-lo, propondo uma nova abordagem da teoria da hegemonia. A terceira fase é marcada pela influência da concepção lacaniana de sujeito introduzida no enfoque pós-marxista dos autores a partir da crítica de Slavoj Žižek à teorização da subjetivação antes da teorização da falta constitutiva do sujeito, assim como pelo desenvolvimento da noção de deslocamento.

No quarto capítulo, investigamos de que maneira as categorias oriundas do marxismo, como materialismo, antagonismo e hegemonia, como meio de repensar o socialismo nas sociedades contemporâneas, são reelaboradas pelos autores para compor o aparato conceitual do pós-marxismo. Essa análise permite perceber que a tentativa de radicalização do materialismo de Marx se desdobra em uma Teoria do Discurso, a afirmação do caráter constitutivo do antagonismo conduz à impossibilidade de toda objetividade e a nova abordagem da teoria da hegemonia conduz à reformulação da noção de socialismo do marxismo e ao abandono dos seus “apriorismos essencialistas”.

1 Marxismo e “crise do marxismo”

Falar sobre “tradição marxista” não é tarefa fácil, uma vez que não se trata de um objeto único e homogêneo. Essa expressão engloba um conjunto de pensadores e de escolas, que se declaram influenciados por Marx (*1818-+1883) e derivados de seu pensamento em alguma medida. A tradição marxista é fortemente marcada por intensos debates e descontinuidades, de modo que não é possível falar de um único marxismo, mas de “marxismos”. Segundo Hobsbawm (1979, p. 14), a unidade da tradição marxista é de tipo muito específica, na medida em que ela deriva tanto do coerente corpo teórico elaborado por Marx e dos problemas práticos que ele buscava solucionar quanto da continuidade histórica dos principais grupos organizados de marxistas, que tiveram suas origens nas organizações social-democratas dos últimos anos da vida de Engels. Trata-se, portanto, de uma “unidade na diversidade”, que se baseia não tanto em um acordo político e teórico, mas em objetivos comuns, como o socialismo, e na comum adesão a um corpo doutrinário derivado dos escritos de Marx e de Engels, independentemente das modificações realizadas nesse corpo.

A tradição marxista não pode ser considerada como algo acabado, já que o marxismo é uma estrutura de pensamento ainda vital e sua continuidade tem sido ininterrupta desde o tempo de Marx e Engels. Desse modo, falar sobre a tradição marxista traz à tona as dificuldades de situá-la no tempo e no espaço e exige, por outro lado, uma especificação de qual corrente do marxismo se está falando, uma vez que ele se desenvolve das mais diversas maneiras em vários pontos do mundo até hoje.

Neste capítulo, tentaremos compreender os desdobramentos do pensamento marxista, desde as primeiras organizações formadas ainda no tempo de Marx e Engels até os dias atuais, considerando as mais amplas transformações históricas que contribuíram para os diversos desenvolvimentos, e com foco nos debates e preocupações que foram herdados posteriormente pela geração de pós-marxistas, tais como as tentativas de combater o determinismo econômico encontrado na tradição marxista e de adequar suas categorias às tendências observadas nas sociedades capitalistas avançadas. É importante destacar, também, que não trataremos, neste momento, da teoria de Marx, mas do movimento que se originou a partir de suas ideias. Tal discussão possibilita perceber a complexidade de formas discursivas e de momentos históricos intrínsecos à ideia de tradição marxista. Além disso, é possível compreender de que maneira o contexto histórico, que conduziu à chamada “crise do marxismo”, contribuiu para a formação de um terreno pós-marxista e quais os debates marxistas foram herdados pelo pós-marxismo.

1.1 A difusão do marxismo ou o marxismo clássico

De acordo com Bottomore (1980, p. 175), a teoria social desenvolvida por Marx recebeu pouca atenção durante sua vida. Mesmo na Alemanha, o seu trabalho foi, em grande parte, ignorado, exceto pelos autores socialistas. Com a publicação do primeiro volume de *O Capital*, em 1867, é que a notoriedade de Marx começa a se consolidar, superando as fronteiras dos meios socialistas. O maior interesse, naquele período, pela obra de Marx se evidencia na Rússia, onde a primeira tradução do *Capital*, Volume I, foi publicada em 1872, ano em que também foi publicada uma crítica favorável a essa obra na revista *Vestnik Europy*.

Na Alemanha, a teoria econômica de Marx passa a ser discutida em maior detalhe a partir da publicação, em 1879, da segunda edição de um livro de economia política de Adolph Wagner, em que o autor critica o aparato teórico construído por Marx. Este último, por sua vez, responde às críticas em uma série de “notas marginais”, em 1879-80. Tanto a crítica feita por Wagner quanto a posterior resposta de Marx contribuíram para a sistematização das ideias desenvolvidas no Volume I do *Capital* e sua conseqüente difusão na Alemanha. A partir daí, a teoria de Marx atraiu um interesse cada vez maior e, pouco depois da sua morte, passou a exercer crescente influência intelectual e política, tanto no movimento trabalhista como nas ciências sociais (Bottomore, *Ibid.*, p. 175).

Sobre a influência de Marx no seio do movimento operário, George Haupt (1979, p. 359) afirma que ela tem início nos anos 1860 e 1870, sobretudo através dos documentos fundamentais da Associação Internacional dos Trabalhadores¹ (A.I.T.) redigidos por ele, como a Conferência Inaugural, as resoluções dos congressos e as conferências do Conselho Geral. Essa propaganda educativa representa o que significou o marxismo durante a I Internacional. A A.I.T. ganha notoriedade por dispor de um rigoroso programa científico; a reputação científica de Marx constituiu um poderoso instrumento para fazer prevalecer a sua teoria no movimento operário.

No período de transição da I para a II Internacional, o interesse pelos escritos de Marx e Engels, bem como sua divulgação, aumenta no meio socialista. As várias tendências e correntes do movimento socialista reconhecem a importância da obra de Marx e se posicionam, daí por diante, em relação às posições teóricas dos fundadores do socialismo “científico”. Contudo, Haupt (*Ibid.*, p. 361) destaca que esse processo de aceitação das ideias de Marx e Engels “se insere numa ideologia socialista eclética dominante, que integra Marx e Lassalle, Bakunin e Proudhon, Duhring e Benoit Malon”.

Nesse contexto, pode-se observar, a partir dos anos 1880, um crescente esforço no sentido de distinguir a “escola marxista” do “socialismo eclético”. O Partido Social Democrático alemão (SPD) assume um papel de destaque

1 A associação Internacional dos Trabalhadores, também conhecida como I Internacional, foi criada em 1872 em Genova, com o objetivo de reunir vários grupos de esquerda e sindicatos baseados na classe operária.

nesse movimento. O núcleo marxista que se forma na social-democracia alemã toma como objetivo tornar o marxismo a doutrina oficial do movimento operário. O marxismo passa a dominar o campo teórico do movimento do partido e se torna sua ideologia oficial.

Nesse sentido, Bottomore (1980, p. 175-6) afirma que o marxismo tornou-se a principal teoria ou doutrina social do movimento da classe operária e os líderes do Partido Social Democrático alemão tornaram-se os verdadeiros herdeiros intelectuais e políticos de Marx, exercendo forte influência sobre o movimento trabalhista internacional até 1914. Engels também teve uma participação fundamental no processo de sistematização do marxismo². No *Anti-Duhring*, Engels desenvolve sua polêmica contra Duhring, cuja influência sobre os socialistas alemães era enorme, e possibilita as primeiras formulações do marxismo como sistema (Haupt, 1979, p. 362).

Todavia, Franco Andreucci (1982, p. 32) destaca que a difusão das ideias de Marx, através da social-democracia alemã, não se deu sem uma conseqüente vulgarização do marxismo. Esse empobrecimento pode ser explicado, em parte, pela necessidade do SPD de atender às exigências práticas do movimento operário, fornecendo-lhe uma visão de mundo abrangente e tornando-o consciente de sua importância no processo de superação do capitalismo. Nessa perspectiva, a leitura das obras de Marx e Engels visava à sua utilização prática; sua obra passou a ser simplificada de uma maneira tal que ganhou vida própria, aproximando-se dos interesses imediatos do partido e distanciando-se do pensamento de Marx e Engels. As sínteses e os manuais tiveram enorme receptividade. Segundo o autor, nos últimos vinte anos do século XIX, “todos os aromas fatalistas, mecanicistas, deterministas, são aspirados e espremidos pela ‘filosofia da práxis’ dos partidos socialistas, dos publicistas da imprensa do partido, dos propagandistas”.

Com relação à leitura de *O Capital*, Irving Fetscher (1982, p. 265) afirma que essa obra foi entendida como um elemento da teoria da evolução da sociedade – interpretação favorecida pela teoria da evolução de Darwin e Haeckel, que exercia forte influência sobre os principais pensadores marxis-

2 Segundo Andreucci (1982, p. 29), o papel desempenhado por Engels nessa primeira fase de desenvolvimento do marxismo foi tão importante que “na periodização da história do marxismo costuma-se fazer coincidir a difusão do marxismo não com a origem canônica da Segunda Internacional (1889) e sim com o ano da morte de Marx (1883), quando começa o período de 12 anos em que Engels atuou sozinho”.

tas da época, como Kautsky e Plekhanov. Essa concepção revelou um forte potencial psicológico e ideológico e obteve efeitos particularmente vantajosos para a coesão do movimento operário e para a sua certeza na vitória final. Contudo, se, por um lado, tal concepção favoreceu uma aproximação com o movimento operário, por outro, ela representou “uma redução e uma vulgarização consideráveis da crítica da economia política empreendida por Marx”. Somente nessa perspectiva é que as previsões sobre a crescente polarização e pauperização da sociedade assumem um valor fundamental para o marxismo.

A crítica da economia política de Marx não correspondia apenas a uma crítica das “representações falsas”, mas também das condições objetivas, materiais e sociais, que produzem tais representações. A teoria econômica burguesa clássica seria um reflexo, ainda que imperfeito, dos fenômenos do modo capitalista de produção, de suas relações internas, que só poderia desaparecer junto com ele. Bottomore (1988, p. 244) destaca que enquanto, em princípio, a teoria crítica poderia ser adotada por qualquer pessoa, uma *classe inteira* só poderia adotá-la se sua própria existência não estivesse amarrada à necessidade de permanecer inconsciente desse complexo sistema de relações. Portanto, a única classe que poderia assimilar a crítica à economia política sem prejudicar-se era o proletariado – assimilação percebida como condição prévia necessária à sua emancipação.

No entanto, com a redução da crítica de Marx a uma “ciência materialista do desenvolvimento da sociedade”, feita por Kautsky, a “teoria do colapso”, bem como a “teoria da pauperização”, assumiram o papel de argumentos-chave (Fetscher, 1982, p. 265). Kautsky defendia ainda que a lógica imante do desenvolvimento do capitalismo pressupõe não apenas a pauperização e a proletarianização das massas, mas também a inevitável vitória do socialismo, como resultado desses fenômenos. As “leis” do modo de produção capitalista também assumem uma importância diversa. Segundo Fetscher (Ibid., p. 267),

enquanto para Marx elas são, inequivocamente, apenas leis desse específico modo de produção, histórico e transitório, cuja existência depende precisamente da casualidade e da

anarquia da produção, tornam-se para Kautsky 'leis objetivas', que conservam sua validade inclusive além desse modo de produção, garantindo mesmo a transição ao socialismo.

Segundo Laclau e Mouffe (2010, p. 42), Kautsky se distingue dos outros teóricos marxistas por não se apresentar como uma intervenção destinada a desentranhar o sentido latente da história, mas como sistematização e generalização de uma experiência transparente. Enquanto a maioria dos marxistas da época percebia a inserção econômica e a organização política da classe como um processo não acabado – como se observa na distinção de Marx de “classe em si” e “classe para si” -, Kautsky destaca a perfeita adequação entre as teorias e as práticas do movimento operário; a classe operária teria completado sua formação unitária. Do mesmo modo, a crescente proletarização e pauperização e a crise inevitável do capitalismo aparecem como realidades empíricas observáveis, enquanto que o necessário advento do socialismo constitui uma transição de curto prazo.

A combinação dos elementos que estão na base da simplicidade e do otimismo de Kautsky reflete a situação específica da classe operária alemã, cuja autonomia política era resultante do fracasso da burguesia alemã pós 1849 em constituir-se como força hegemônica de um movimento liberal democrático, e do fracasso do lassallismo em incorporar a classe operária ao Estado social bismarckiano. Além disso, a insegurança econômica de todos os estratos sociais, produzida pela grande depressão de 1873-1896, alimentava um otimismo generalizado com relação ao colapso do capitalismo e a iminência da revolução proletária. A teoria de Kautsky aparece como sistematização dos dados da experiência e seu discurso é amplamente aceito entre os marxistas.

Entretanto, essas condições se restringem à situação alemã ou pelo menos aos países europeus em que a burguesia liberal era débil. Com o fim da depressão e a transição ao capitalismo organizado, as perspectivas de uma crise geral do capitalismo tornaram-se incertas. Observava-se uma crescente autonomização de esferas e a fragmentação da classe operária. A partir daí, a seqüência simples e aparentemente lógica dos distintos momentos estruturais do paradigma kautskyano, que conduziria à

sociedade socialista sem que fosse necessária qualquer atitude da classe operária nesse sentido passou a ser seriamente questionada (Laclau e Mouffe, *Ibid.*, p. 44).

Por volta de 1914, o marxismo difundido pela social-democracia alemã passou a ser chamado de “marxismo da Segunda Internacional” pelos marxistas que romperam com a Internacional, como Lênin, e que consideravam que o marxismo havia sido reduzido a uma ideologia de partido³. Alguns chegaram a negar aos “marxistas da Segunda Internacional” o direito de se definirem como marxistas. A “deformação” do marxismo, pela qual Kautsky foi responsabilizado, corresponde à atenuação e, posteriormente, ao aberto repúdio do caráter revolucionário do marxismo (Andreucci, 1982, pp. 17-9).

Nesse contexto, surgem diversas respostas no interior da corrente marxista, que tentam combater as tendências deterministas, mecanicistas, economicistas e cientificistas encontradas no “marxismo da Segunda Internacional” e adequar a teoria marxista às mudanças observadas na sociedade capitalista, buscando responder à dispersão e fragmentação da classe operária a partir da ação política, uma vez que a unidade da classe e o advento do socialismo não poderiam ser garantidos pela leis necessárias do capitalismo.

Com a publicação de *Os pressupostos do socialismo e as tarefas da social-democracia* de Bernstein, em 1899, surge o primeiro grande debate dentro do marxismo no seio do Partido Social Democrático alemão, que ficou conhecido como “a controvérsia revisionista”. Bernstein tinha por objetivo superar a defasagem entre a teoria (radical-revolucionária) e a práxis (reformista) do SPD e rever as teses do marxismo que não se verificavam no plano empírico. Bernstein acreditava que desse modo se mantinha fiel “ao espírito de Marx e Engels, e conservava o ‘caráter científico’ do socialismo marxista, que os seus críticos, ao contrário, atendo-se dogmaticamente a teses superadas no plano empírico, abandonavam na prática” (Fetscher, 1982, pp. 274-5).

Em suas teses, Bernstein afirma que algumas tendências do desenvolvimento nas sociedades capitalistas ocidentais divergiam das previsões

3 A expressão “kautskismo” também surge como uma espécie de simplificação da expressão “marxismo da Segunda Internacional”.

de Marx. Em primeiro lugar, não estava ocorrendo uma crescente polarização da sociedade em torno de duas classes principais, os capitalistas e os proletários. Pelo contrário, a estrutura da sociedade capitalista não estava sendo simplificada, estava tornando-se mais complexa. Em segundo lugar, as classes médias não estavam desaparecendo com o incremento da industrialização; elas continuavam a existir e chegavam até a crescer em alguns setores. A miséria não estava aumentando, mas diminuindo e a economia capitalista havia criado mecanismos para atenuar a dureza das crises econômicas (Bottomore, 1980; Fetscher, 1982).

Como o socialismo não pode mais ser deduzido como um resultado necessário e inevitável do desenvolvimento da economia capitalista, ele deve, enquanto objetivo político, ser refundido em bases morais. Para Bernstein, “a social-democracia luta pelo socialismo não porque ele ‘deve chegar’ (como uma certeza científica incontestável), mas porque ele ‘pode chegar’” (Fetscher, 1982, pp. 285-6). Para Bernstein, a democracia e a ética constituem as bases do socialismo. A edificação da democracia seria o único meio para chegar ao socialismo, na medida em que a transição da sociedade capitalista para a sociedade socialista deve ocorrer gradualmente.

Laclau e Mouffe (2010, p. 61-3) afirmam que por trás de cada uma das críticas de Bernstein à teoria marxista havia um esforço de ressaltar a autonomia do político com relação à infraestrutura econômica, o que constitui a verdadeira novidade da intervenção bernsteiniana. A autonomização do político assume a função de recomposição e de reunificação frente a tendências infraestruturais que, se fossem abandonadas a si mesmas, conduziriam à fragmentação. Nesse sentido, o partido assumiria o papel de órgão da luta de classes que deve manter unida a totalidade da classe, frente à divisão e fragmentação inscritas na estrutura do capitalismo. Esse órgão é a social-democracia como partido político. Por outro lado, no mesmo momento em que se produz a emergência do político como instância autônoma, ela se realiza sancionando a validade de uma prática reformista, que é, em grande medida, seu oposto.

Segundo Fetscher (1982, p. 286), a “revisão” do marxismo oficial do partido empreendida por Bernstein provocou duríssimas críticas não apenas dentro da social-democracia alemã, mas a todos os marxistas da Segunda

Internacional⁴. Essa revisão suscitou principalmente uma controvérsia sobre a teoria marxista da crise, mas também conduziu a uma reavaliação mais ampla da teoria de Marx com relação às mudanças econômicas e sociais que estavam ocorrendo nas sociedades capitalistas européias e também às novas correntes de pensamento que emergiam na Filosofia e nas Ciências Sociais (Bottomore, 1980, p. 176).

Sobre a teoria marxista da crise, Kautsky sustentou a postura do marxismo ortodoxo, reafirmando que o colapso econômico do capitalismo era inevitável e estava garantido pelas leis de movimento da infraestrutura. Segundo Laclau e Mouffe (2010, p. 46), a ortodoxia marxista deixa de sistematizar as tendências históricas observáveis, para erigir-se em garantia de uma futura coincidência entre essas tendências e os postulados da teoria marxista. Nesse sentido, a excisão entre as “tendências observáveis do capitalismo” e a “teoria” era superada através da afirmação intransigente da validade dessa última e do caráter artificial ou transitório das primeiras.

Rosa Luxemburgo assume um papel de destaque nessa discussão, tentando desenvolver uma análise do capitalismo à luz das mudanças ocorridas desde a morte de Marx, considerando principalmente a expansão do capitalismo pelo fenômeno do imperialismo, com o intuito de pensar a estratégia socialista no novo contexto. Ela se insere na vida política no seio da social-democracia alemã, mas vai se afastando do partido progressivamente até romper com o mesmo de maneira decisiva em 1914, quando o SPD se converte rapidamente a uma política imperialista em favor da guerra. Ela percebe que o SPD não está em condições de conduzir uma luta conseqüente que possibilite a transformação revolucionária da sociedade. Sua atividade se concentra na tentativa de desenvolver alternativas organizativas à social-democracia alemã, tendo assumido um papel central na fundação do Partido Comunista Alemão (KPD). A experiência da revolução russa de 1905 também exerceu forte influência no seu pensamento,

4 Para Fetscher (1982, p. 288) a maior debilidade dos críticos de Bernstein, bem como do próprio Bernstein, resulta de sua compreensão limitada da crítica da economia política, que Marx desenvolve em *O Capital*, o que retardou a compreensão das novas relações produzidas no capitalismo monopolista e no imperialismo. Bernstein assimilou apenas algumas conseqüências da nova configuração social resultante do capitalismo monopolista e do imperialismo, mas sua avaliação dessas conseqüências não ficou comprometida por deformações teóricas, como era o caso de Kautsky.

possibilitando a ela extrair as mais amplas conseqüências na redefinição do processo revolucionário na Europa Ocidental⁵ (Negt, *Ibid.*, p. 16).

Em *Greve de massa, partido e sindicalismo*, Rosa Luxemburgo discute a eficácia e o sentido da greve de massa como ferramenta política, levando em consideração o que chama de dois problemas vitais para a causa socialista: a unidade da classe operária e o curso da revolução na Europa. A greve de massa, que foi a forma dominante de luta na primeira revolução russa, será abordada por Rosa Luxemburgo tanto em seus mecanismos específicos quanto em suas possíveis projeções para as lutas operárias na Alemanha. Desse modo, ela afirma que enquanto o debate sobre a eficácia da greve de massas na Alemanha se centra quase exclusivamente na greve política, na Rússia há uma interação e enriquecimento mútuo entre as dimensões política e econômica da greve de massa. Isso se deve ao fato de que no contexto do Estado czarista, as diversas lutas se alimentam e interagem entre si. Nenhuma luta permanece isolada e fechada em si mesma, uma vez que se transforma em um símbolo de resistência, dando origem a outros movimentos. Como tais movimentos não surgem em pontos pré-concebidos e tendem a se expandir e a se generalizar de maneiras imprevisíveis, a capacidade de organização e regulação do movimento por parte de uma direção política ou sindical se torna limitada. Segundo Laclau e Mouffe (2010, p. 32), esse seria o sentido do “espontaneísmo” de Rosa Luxemburgo.

A relação com as massas constitui um elemento essencial em sua teoria política, que a impede de aceitar a concepção de um rígido partido de quadros e a tentativa de Lênin de fazer da disciplina um elemento central da organização. Para ela, uma organização proletária se distingue de uma organização burguesa justamente por assumir a emancipação individual como elemento essencial da sua estratégia de luta. Desse modo, ela teme uma cisão entre organização e espontaneidade. A espontaneidade não é a lei dinâmica das massas, mas ela possibilita a expressão demonstrativa e pública dos seus interesses. Sem a espontaneidade, as massas se moveriam sempre no âmbito da ordem do poder existente. Desse modo, espontaneidade e organização não estão

5 Posteriormente, Rosa Luxemburgo rompe com o socialismo soviético, tendo sido a primeira a identificar na concepção leniniana de partido e em outros pontos alguns traços que prenunciavam as possíveis involuções da sociedade soviética e que colocavam em risco os elementos fundamentais da democracia socialista (Negt, 1984, p. 16).

numa relação exterior entre si, mas mantém uma relação dialética, que conduz os movimentos sociais além de toda a mecânica do auto-movimento e dos modos unilaterais objetivos de pensar e de se comportar (Negt, 1984, p. 31).

Negt (Ibid., p. 21) destaca, ainda, que a espontaneidade, tal como se exprime na greve de massa, não é jamais imediata, posto que é sempre mediatizada seja pelas próprias organizações, que moldam o comportamento espontâneo dos operários, seja pelo contexto social, isto é, pelas condições da produção e da vida material da sociedade, pelas contradições do capitalismo em um estágio histórico concreto de desenvolvimento. Com relação ao contexto russo, é o movimento de interação e alimentação entre os vários movimentos reivindicativos que possibilita a unidade entre luta econômica e luta política, o que garante, por sua vez, a própria unidade da classe operária. No caso da Alemanha, entretanto, observa-se a fragmentação entre distintas categorias de operários, entre os diversos movimentos reivindicativos e entre a luta econômica e a luta política. O isolamento das lutas é encarado como efeito estrutural do Estado capitalista, que só pode ser superado em um clima revolucionário (Laclau e Mouffe, 2010, p. 33).

Para pensar a revolução na Alemanha, entretanto, considerando que os estalidos revolucionários na Rússia foram conseqüências do atraso do país, das condições precárias do proletariado russo e da falta de liberdades políticas, Rosa Luxemburgo tenta minimizar as diferenças entre Rússia e Alemanha. Desse modo, ela acentua a existência de zonas de pobreza e desorganização em amplos setores da classe operária alemã. A tendência de anulação das diferenças entre Ocidente e Oriente em sua teoria vai de encontro à análise marxista, que de Bernstein a Gramsci acentuam a importância de se considerar tais diferenças na discussão estratégica do socialismo europeu. Laclau e Mouffe (Ibid.) ressaltam que os argumentos de Rosa Luxemburgo não são convincentes, uma vez que os atrasos na Alemanha eram residuais e seriam totalmente varridos pela expansão capitalista, de modo que eles não eram garantia da emergência de uma situação revolucionária naquele país. Luxemburgo acreditava, no entanto, que o advento inevitável de um período revolucionário na Alemanha estava garantido pelas leis do desenvolvimento capitalista. Como não havia mais transformações democrático-burguesas para levar a cabo, o advento de uma situação revolucionária culminaria numa direção socialista.

Rosa Luxemburgo se destaca no interior da corrente marxista por desenvolver, mais vigorosamente do que Marx e Engels, no âmbito da teoria materialista, o problema da contingência, do acaso, que deixam de ser considerados como problemas marginais destinados a se transformar em necessidade progressiva, após uma série de percursos. Na sua análise da acumulação do capital, a questão central é justamente identificar o que é contingente no capitalismo e determinar a função dos elementos não capitalistas, posto que, em seu entendimento, a análise da acumulação deve ser pensada como processo global sobre a base concreta da relação orgânica entre o capital e seu ambiente histórico (Negt, 1984, p. 26).

Além disso, Laclau e Mouffe (2010, p. 35) afirmam que o espontaneísmo de Rosa Luxemburgo implica não apenas a impossibilidade de prever o curso do processo revolucionário devido à complexidade de formas que as lutas assumem, mas também que a constituição da unidade do sujeito revolucionário se dá a partir dessa complexidade. Essas lutas estabelecem relações entre si que possuem efeitos unificantes, de modo que em uma situação revolucionária, cada luta extrapola suas reivindicações específicas e passa a representar, na consciência das massas, um simples momento de uma luta mais global contra o sistema. Portanto, a unidade da classe operária é uma unidade simbólica, o que constitui, para os autores, o ponto mais alto da análise de Rosa Luxemburgo, que estabelece uma grande distância entre o seu pensamento e o dos teóricos ortodoxos da Segunda Internacional, que consideram que a unidade da classe operária é garantida pelas leis da infraestrutura. Tais pressuposições, contidas nas análises de Luxemburgo, exercem forte influência sobre a perspectiva pós-marxista de Laclau e Mouffe, como pode ser percebido na sua afirmação do caráter contingente dos acontecimentos históricos, bem como na construção conceitual sobre a cadeia de equivalência e sua importância política para a articulação das diversas lutas sociais, conforme veremos adiante.

Contudo, os autores afirmam que o pressuposto do caráter necessário das leis do desenvolvimento capitalista dá sentido a toda estrutura teórica e estratégica de Rosa Luxemburgo. Ela afirma que o capitalismo sofreria um colapso econômico inevitável, o que garantiria a revolução socialista na Alemanha. Isso impõe sérios limites aos efeitos renovadores da lógica

do espontaneísmo. Assim como no caso de Kautsky, a função da teoria não era a de elaborar intelectualmente as tendências observáveis de fragmentação e dispersão, mas garantir o caráter transitório dessas. Segundo Laclau e Mouffe (Ibid.), a excisão observada entre teoria e prática constitui claramente o sintoma de uma crise.

Os escritos dos marxistas austríacos também merecem destaque, uma vez que constituem o esforço mais sistemático de apresentar as ideias de Marx numa nova forma, considerando a complexidade crescente da sociedade capitalista e as modificações das condições da luta de classes, sem perder, contudo, uma perspectiva revolucionária. Esses autores ressaltam a importância da intervenção ativa de um movimento de massa da classe operária, politicamente consciente e organizado, como meio de alcançar o socialismo. Os marxistas austríacos trouxeram ao debate a investigação de novos problemas, identificados a partir da observação da realidade empírica. Eles se deparavam com a dificuldade, por exemplo, de aplicar a concepção marxista da história e de utilizar o método marxista para explicar as relações sociais na Áustria, que nessa época era fortemente dividida pelas lutas nacionais (Bottomore, 1980, pp. 176-8).

Nesse sentido, eles se empenharam na elaboração do marxismo como um sistema de sociologia e na formulação de seus conceitos e métodos básicos, com o intuito de investigar os fenômenos que surgiam nas realidades empíricas da época, a partir do paradigma marxista. Os trabalhos de Otto Bauer sobre as nacionalidades e o nacionalismo, de Max Adler sobre as bases metodológicas do marxismo como ciência da sociedade e de Hilferding sobre a nova configuração do capitalismo representam esse esforço. Hilferding defendia que o capitalismo na sua forma mais organizada, como capitalismo financeiro, era capaz de moderar ou mesmo de superar as crises econômicas e que sua derrubada não seria consequência de um colapso econômico inevitável, mas da luta política da classe trabalhadora. A unidade da classe trabalhadora numa realidade como a austríaca, descrita como um complexo mosaico de situações sociais e nacionais, só poderia resultar de uma complexa construção política e não como resultado necessário da infraestrutura (Laclau e Mouffe, 2010, p. 57).

Neste período surge também outro corpo de pensamento marxista, o de Lênin e dos bolchevistas, que exerceria forte influência sobre todo o

caráter do marxismo. Segundo Bottomore (1980, p. 181), a Revolução Russa de 1917 e a criação do primeiro “Estado dos trabalhadores”, fortemente influenciados pelas ideias de Lênin e do marxismo soviético, bem como a falência do movimento revolucionário alemão, após a primeira guerra mundial, abriram uma nova era no desenvolvimento do marxismo. Desse modo, pode-se observar o deslocamento do centro de gravidade dos estudos marxistas para a Europa Oriental e a institucionalização do marxismo como a ideologia de um regime político.

Num cenário em que a burguesia russa apresentava sérias debilidades estruturais que a impediam de assumir sua tarefa histórica de conquistar liberdades democráticas e combater o absolutismo czarista, Lênin se destaca na social-democracia russa por pensar como dotar de um máximo de eficácia política as lutas da classe operária. Florestan Fernandes (1978, p. 17) afirma que, antes de Lênin, o elemento político aparecia na teoria marxista apenas como previsão ou como momento da vontade política. Entretanto, a partir de Lênin, esse elemento transforma-se no elemento central da indagação marxista. A questão central é a de saber como o proletariado pode converter seu poder potencial em poder real diante das condições paralisadoras da democracia burguesa. Desse modo, Lênin assumiu como tarefa a adequação instrumental, institucional e política do marxismo à concretização da revolução proletária. Ele incorporou um modelo de como passar da ditadura burguesa à ditadura do proletariado, que desloca o centro do marxismo para a reflexão política, ou seja, “para as condições concretas da ação política e da transformação política, *quando se focaliza dialeticamente as relações de classes como relações de poder* (Grifo do autor)” (*Idem*).

Lênin defende que o problema estratégico da luta pelo poder tinha de ser proposto em termos do uso revolucionário do espaço político pela classe operária no seio da sociedade de classes. Diante da dominação ideológica, por parte da burguesia, ele afirma que o uso revolucionário desse espaço político requer a formação de uma vanguarda revolucionária da classe operária, que deveria assumir a liderança do movimento operário, desvinculando as massas do aburguesamento inevitável das condições de existência operária, pois essa classe jamais poderia ir além de uma consciência sindical por si mesma. Essa vanguarda também deveria possibilitar a educação política

do proletariado através do desenvolvimento de uma consciência de classe e de sua combatividade como e enquanto classe. Essas exigências colocavam em primeiro plano a questão da organização do partido revolucionário do proletariado e de sua orientação política (Fernandes, *Ibid.*, p. 17-8).

As ideias de Lênin contribuíram de maneira decisiva para o desenvolvimento do marxismo no século XX. A tradução sistemática da sua obra possibilitava a difusão de tais idéias como um sistema teórico organizado para militantes de toda Europa, o que criava a expectativa de uma difusão internacional da teoria marxista em uma escala inteiramente nova. Entretanto, tal expectativa foi rapidamente desfeita com a crescente ascendência de Stalin, no final dos anos 1920, o que selou o destino do socialismo e do marxismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) nas décadas seguintes. O aparelho político de Stalin suprimiu ativamente as práticas revolucionárias das massas na Rússia e desencorajou e sabotou tais práticas no exterior. O caráter violento e brutal do regime policial garantiu a consolidação de um estrato burocraticamente privilegiado acima da classe operária, bem como o silenciamento das massas e a pulverização de sua espontaneidade e autonomia. O stalinismo impossibilitou o desenvolvimento de qualquer trabalho teórico sério e os debates que enriqueciam o pensamento marxista. Tão logo o pensamento político de Lênin se difundiu pela Europa, o mesmo foi esterilizado pelo stalinismo da Terceira Internacional, e as políticas dos partidos comunistas europeus foram progressivamente subordinadas aos interesses da URSS (Anderson, 2004, p. 40-2).

1.2 O marxismo ocidental no pós-primeira guerra mundial

Nesta conjuntura, a teoria marxista sofreu uma série de deslocamentos e modificações com relação ao período anterior à primeira guerra mundial, dando forma a uma tradição intelectual inteiramente nova no desenvolvimento do materialismo histórico, que foi denominada, retrospectivamente, de “marxismo ocidental” e se desenvolveu até meados dos anos 1960. Uma das características que definem o grupo de marxistas que se formou no pós-guerra é sua localização geográfica, uma vez que a maioria dos teóricos

é proveniente de regiões mais ocidentais⁶, contrastando diretamente com as duas gerações de teóricos do marxismo clássico, que eram da Europa oriental ou centro-oriental, em sua esmagadora maioria. A partir do início da década de 1920, o marxismo europeu concentrou-se progressivamente em países como Alemanha, França e Itália, onde se conseguiu, antes ou depois da Segunda Guerra, combinar um partido comunista de massas e uma intelectualidade numerosa e radical.

Perry Anderson (Ibid.) identifica duas gerações no seio do marxismo ocidental. O primeiro grupo é composto por intelectuais cuja formação política sofreu influência decisiva da experiência da Primeira Guerra Mundial ou da Revolução Russa. Fazem parte desta primeira geração do marxismo ocidental: Lukács, Korsch, Gramsci, Benjamin, Horkheimer, Della Volpe e Marcuse. A segunda geração é formada por Lefebvre, Adorno, Sartre, Goldmann e Althusser. O segundo grupo é formado por teóricos que tiveram sua formação política fortemente influenciada pelo avanço do fascismo e pela Segunda Guerra Mundial⁷.

A principal característica do marxismo ocidental é o divórcio estrutural entre a teoria e a prática política, contrastando diretamente com os teóricos marxistas da geração clássica, que desempenharam uma função político-intelectual indivisível em seus partidos políticos. Essa ruptura não foi imediata nem espontânea, mas fruto de fortes pressões históricas. Os três primeiros teóricos fundadores do marxismo ocidental, Lukács, Korsch e Gramsci foram, em princípio, grandes líderes políticos e participavam ativamente das insurreições de massa da época. Eles foram afastados compulsoriamente da vida política, seja pelas conseqüências da stalinização dos partidos comunistas, seja pelo crescimento do fascismo⁸ (Anderson, Ibid., p. 52).

6 Com as exceções de Lukács e de seu discípulo Goldmann, muito embora Anderson (2004, p. 47) destaque que Lukács sempre foi culturalmente mais alemão do que húngaro, uma vez que teve sua formação em Heidelberg, enquanto Goldmann passou toda a sua vida adulta na França e na Suíça.

7 O autor identifica ainda uma terceira geração composta por um caso solitário limítrofe, o de Colletti, que era jovem demais para ser profundamente marcado pela Segunda Guerra e tornou-se um discípulo de Della Volpe no pós-guerra e membro do Partido Comunista Italiano em 1950.

8 O caso de Gramsci é emblemático neste sentido, já que ele foi um dos principais teóricos e organizadores dos conselhos de fábrica de Turim, editor da revista *L'Ordine Nuovo* e um dos fundadores e líderes do Partido Comunista Italiano, assumindo um papel de destaque na luta contra o fascismo. Gramsci foi preso pelo regime de Mussolini em 1926, viveu no cárcere por nove anos sob condições precárias, causa decisiva de sua morte em 1937.

O desenvolvimento intelectual e político de Lukács ajuda a compreender os rumos tomados pelo pensamento marxista após a primeira guerra mundial. Lukács tenta romper com o determinismo encontrado na tradição marxista afirmando a primazia da consciência de classe e a autonomia do momento político. Em *História e consciência de classe*, Lukács tenta combater tanto a tendência positivista, herdada da Segunda Internacional, quanto o relativismo histórico. No primeiro caso, o conhecimento era considerado exterior à própria história que procura conhecer, enquanto no segundo ele é reduzido a uma determinada consciência histórica, sem nenhum fundamento mais firme que esse. Se a consciência fosse totalmente separada da verdade, nenhum pensamento, nem mesmo o marxista, poderia se pronunciar e ter qualquer pretensão à verdade. Desse modo, o marxismo precisa de uma teoria da consciência que dê conta das mistificações sem impedir sua participação na verdade e é esse o objetivo de sua obra (Merleau-Ponty, 2006, p. 46-7).

Lukács rejeita a concepção simplista da consciência como mero reflexo das condições materiais de vida, concebendo-a, no entanto, como parte da realidade social, que atua como força dinâmica na sua transformação potencial. O pensamento é concebido como simultaneamente cognitivo e criativo: “no ato de compreender suas reais condições, um grupo ou classe oprimida começou, naquele exato momento, a modelar as formas de consciência que contribuirão para modificá-la” (Eagleton, 1997, p. 90).

Para resolver esses dilemas que confrontam o marxismo, o autor introduz a categoria de auto-reflexão. Segundo ele, existem certas formas de conhecimento, notavelmente o autoconhecimento de uma classe explorada, que apesar de serem históricas, são capazes de revelar os limites de outras ideologias e de figurar, portanto, como uma força emancipatória. Nas palavras de Eagleton (Ibid., p. 91),

a verdade, na perspectiva ‘historicista’ de Lukács, é sempre relativa a uma situação histórica particular, nunca uma questão metafísica inteiramente além da história; mas o proletariado de forma única, está posicionado historicamente de tal forma que é capaz, em princípio, de revelar o segredo do capitalismo como um todo.

Desse modo, Lukács evita a antítese estéril encontrada no marxismo, segundo a qual a ideologia é concebida como consciência falsa ou parcial, por um lado, e a ciência como modo de saber absoluto, a-histórico, por outro. Como destaca Bottomore (1988, p. 222), o autor constrói de uma teoria da alienação e da reificação muito antes da tardia publicação das obras de Marx sobre esse tema. Ciência, verdade ou teoria deixam de ser contrapostas à ideologia e passam a ser vistas como expressão de uma ideologia de classe particular, a consciência revolucionária da classe operária. Sua concepção de verdade não é aquela do realismo, segundo a qual há uma correspondência entre a ideia e a coisa exterior,

porque a sociedade sem classes tem de ser feita, não está pronta, porque a política revolucionária tem de ser inventada, não está dada, implícita no proletariado existente, e porque, por fim, o proletariado tem de ser convencido e não apenas consultado (Merleau-Ponty, 2006, p. 61-2).

O “outro” ou o oposto da ideologia deixa de ser a “ciência marxista” e passa a ser o conceito de “totalidade”. Para ele, todas as formas de consciência de classe são ideológicas, mas algumas são mais ideológicas que as outras. No caso da burguesia, o elemento ideológico corresponde à sua incapacidade de compreender a estrutura da formação social como um todo, devido aos efeitos da reificação, que fragmentam e deslocam a experiência social, fazendo com que os indivíduos esqueçam que a sociedade é um processo coletivo e tomem a parte pelo todo⁹. O proletariado, por sua vez, no seu mais pleno desenvolvimento político, é capaz de “totalizar” a ordem social, na medida em que o verdadeiro conhecimento de sua situação está diretamente ligado ao discernimento do todo social em que a classe operária está opressivamente posicionada. O momento em que o proletariado chega à autoconsciência e conhece o sistema capitalista são idênticos. Como o proletariado é a mercadoria prototípica, sua autoconsciência é a própria mercadoria se percebendo como mercadoria e, nesse ato, transcendendo a si

9 A noção de reificação de Lukács expande a lógica do fetichismo da mercadoria, aplicada por Marx à esfera da produção, a todas as dimensões da sociedade.

mesma. O proletariado é “visto como a ‘essência’ de uma ordem social baseada no fetichismo da mercadoria” (Eagleton, 1997, p. 90-1).

Os escritos de Lukács sobre consciência de classe constituem um dos mais ricos documentos do marxismo do século XX, mas estão sujeitos a numerosas críticas danosas. Afirma-se que a sua teoria da ideologia tende a uma mistura perversa de economicismo e idealismo, já que ele considera a forma mercadoria como a essência secreta de toda consciência ideológica na sociedade burguesa e percebe o fenômeno da reificação como o problema estrutural central da sociedade capitalista em todos os aspectos. Segundo Eagleton (Ibid.), observa-se duas teorias discrepantes da ideologia no pensamento de Lukács, uma que deriva do fetichismo da mercadoria e a outra que deriva de uma visão historicista da ideologia como visão de mundo de um sujeito de classe, que parecem corresponder, respectivamente, aos estados de ser normal e revolucionário do proletariado. No segundo caso, Lukács reduz a complexidade do campo ideológico ao considerar que cada classe social possui a sua visão de mundo peculiar, que expressa suas condições materiais de existência, e a dominação ideológica consiste na imposição de uma dessas visões de mundo à formação social como um todo.

Independentemente das críticas e limitações encontradas no pensamento de Lukács, é importante destacar o seu destino histórico no seio da tradição marxista. Segundo Merleau-Ponty (2006, p. 71), a obra de Lukács foi muito mal recebida tanto pela ortodoxia alemã quanto pelo Partido Comunista Russo. Suas teses foram consideradas pelo marxismo-leninismo como uma revisão e uma crítica ao marxismo, tendo sido condenadas no *Pravda*¹⁰ de 25 de julho de 1924, que opôs às suas teses uma concepção de verdade como um “acordo entre a representação e os objetos que estão fora dela” - justamente o marxismo vulgar que Lukács combatia por percebê-lo como um produto da reificação capitalista.

Essa rejeição se deve ao fato de que o “marxismo ocidental”, como as ideias de Lukács passaram a ser chamadas pelos críticos russos, entrava em choque com o enfoque teórico-político desenvolvido por Lênin em *Mate-*

10 O *Pravda* foi o principal jornal da União Soviética e um órgão oficial do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, que circulou entre 1918 e 1991. *Pravda* significa verdade em russo.

rialismo e empiriocriticismo, que estava se tornando o manual do marxismo russo. Nessa obra, Lênin defende uma concepção materialista do conhecimento, segundo o qual ele é um produto do cérebro, e, através desse último, do real exterior. Merleau-Ponty (Ibid., p.72) afirma que a questão gnosiológica da relação entre o ser e o pensamento de Lênin restaura a teoria pré-hegeliana do conhecimento. Hegel mostrara que o problema do conhecimento está ultrapassado na teoria da história, uma vez que não se pode pensar em relações intemporais entre o ser e o pensamento, mas das relações do homem com a sua história. Entretanto, Lênin busca algum critério interno que diferencie o conhecimento das ideologias.

É importante destacar que, posteriormente, Lukács aceitou a condenação do seu livro pela Internacional Comunista e nunca permitiu que ele fosse reeditado. O autor admitiu que alguns dos estudos contidos em *História e Consciência de Classe* dão excessiva ênfase ao otimismo dos anos da revolução e não levam em conta de maneira adequada o trabalho necessário para exprimir o sentido da história. Ele também vai afirmar que o período leninista do marxismo representa um progresso filosófico, justamente por apreender o peso do mundo objetivo, que só se adquire em contato com as coisas. Nas suas obras seguintes, ele marca, de maneira mais enérgica, a distância entre a verdade e a consciência e parece retornar ao realismo ingênuo, concebendo a consciência como “reflexo” e a história como “segunda natureza” (Merleau-Ponty, Ibid., p. 80-1).

A postura assumida por Lukács reflete o contexto de stalinização dos partidos comunistas pela Terceira Internacional, a partir do final da década de 1920, que foi decisiva no distanciamento da teoria marxista da política proletária, já que os partidos passaram a ser burocraticamente organizados e ideologicamente subordinados às políticas da URSS. O movimento comunista oficial tornou-se o pólo central e o único de relacionamento com a política socialista organizada, de modo que os teóricos tinham que optar entre duas alternativas. A primeira delas era incorporar-se ao partido e aceitar o rigor de sua disciplina, mantendo, desse modo, certo contato nominal com a vida da classe operária, ao preço de seu silêncio sobre questões relacionadas à política e ao destino da classe operária. Lukács e Althusser são os exemplos dessa opção. A segunda alternativa era permanecer fora

de qualquer organização partidária, o que garantia a liberdade sobre as formas políticas de expressão, ao preço de um distanciamento da classe operária, como no caso de Sartre. Uma última saída foi a de evitar qualquer filiação partidária ou referência à política, como no caso de Adorno (Anderson, 2004, p. 63-4).

A consequência desse impasse foi o distanciamento, por parte do marxismo ocidental, das questões mais fundamentais para as tradições clássicas do materialismo histórico, como a análise das leis econômicas do capitalismo e a análise política do Estado burguês que possibilitasse pensar uma estratégia para instaurar o socialismo¹¹. A tradição do marxismo ocidental também se caracteriza pela esmagadora predominância de filósofos profissionais dentro dela, de modo que o abandono progressivo das estruturas econômicas e políticas como objetos centrais da teoria marxista conduziu ao deslocamento de todo o eixo gravitacional no sentido da filosofia. Do ponto de vista social, esse deslocamento significou uma “academicização” da teoria marxista e sua migração para as universidades.

Além disso, Anderson (2004, p. 76) destaca que o aspecto mais notável do marxismo ocidental como tradição comum seria a presença e influência constantes de sucessivos tipos de idealismos europeus. Segundo ele, pode-se observar uma forte tendência de ligar a teoria marxista a sistemas de pensamento contemporâneos alheios ao materialismo histórico e, muitas vezes, antagônicos a ele. Essa tendência era inédita na história do marxismo anterior à Primeira Guerra e constituiu uma característica peculiar do marxismo ocidental.

O autor também destaca que, após a primeira guerra mundial, o capitalismo atingiu um crescimento econômico sem paralelo nos países industrializados, inaugurando uma nova fase de desenvolvimento, que contrastava com as previsões clássicas de uma crise iminente e trazia problemas radicalmente novos à análise científica. Esse crescimento econômico contribuiu para o silêncio do marxismo sobre temas de economia e política. Outro fator relevante para a ruptura da unidade entre teoria e prática foi a ausência de qualquer grande levante revolucionário depois de 1920, com

11 Gramsci seria a única exceção a esta regra, uma vez que ele conseguiu, sozinho, incorporar em si mesmo uma unidade revolucionária entre teoria e prática.

exceção dos ocorridos em países culturalmente periféricos como a Espanha, Iugoslávia e Grécia. Essa ausência também reflete a atuação dos partidos comunistas stalinizados. A característica oculta do marxismo ocidental é ser produto da derrota, ou seja, do fracasso em propagar a revolução socialista para fora da Rússia, o que também contribuiu para a sua corrupção nesse país (Anderson, *Ibid.*, p. 64-6).

Nesse sentido, a teoria da hegemonia de Gramsci constitui uma tentativa de responder por que a revolução proletária não aconteceu no Ocidente e quais as condições que favoreceram a eclosão de uma revolução na Rússia. Gramsci destaca as diferenças estruturais nas formações sociais do Oriente e do Ocidente para explicar a maior dificuldade de conquista do poder nas sociedades capitalistas avançadas. Enquanto a sociedade civil se mostra pouco estruturada no Oriente, ela apresenta uma estrutura muito poderosa no Ocidente. Desse modo, a discussão sobre a estratégia apropriada na transição para o socialismo, nas sociedades avançadas, passa pela consideração do fortalecimento das superestruturas nessas sociedades. As contribuições de Gramsci no desenvolvimento de um enfoque teórico menos determinista e mais adequado às transformações observadas na sociedade capitalista serão discutidas com mais atenção no próximo capítulo, ao tratar da apropriação de suas ideias nos anos 1960, como tentativa de superar a chamada “crise do marxismo”.

Apesar das condições adversas ao desenvolvimento da teoria marxista após a primeira guerra mundial, pode-se observar, entretanto, uma continuidade com o marxismo clássico, no sentido de tentar combater o economicismo e o cientificismo do marxismo vulgar e acentuar o momento político na luta pelo socialismo. Isso não apenas entre os teóricos da transição ao marxismo ocidental, como Lukács e Gramsci, mas também na geração posterior, com o marxismo estrutural, que busca destacar a autonomia relativa da superestrutura com relação à infraestrutura.

Em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, Althusser (1996, p. 110) afirma que diante da determinação em última instância pela esfera econômica, o índice de efetividade das superestruturas é pensado de duas maneiras na tradição marxista, como autonomia relativa da superestrutura com relação à base e como ação recíproca da superestrutura sobre a base.

Nesse ensaio, o autor assume a autonomia relativa do Estado e discute a sua ação recíproca sobre a base da sociedade capitalista. Segundo ele, toda formação social deve reproduzir as condições de sua produção, suas forças produtivas e suas relações de produção, para poder produzir. A reprodução da formação social capitalista depende da atuação de determinadas instituições que se encontram fora da esfera econômica, como a escola, os meios de comunicação e as autoridades legais e políticas. Nesse sentido, Althusser destaca a função reprodutiva das superestruturas. Segundo ele, a função reprodutiva da superestrutura é consumada pelo exercício do poder estatal no aparelho estatal. Tal como Gramsci, o autor contribui para o desenvolvimento da teoria marxista do Estado, concebida principalmente como aparelho repressor, acrescentando-lhe uma nova dimensão, que são os aparelhos ideológicos de Estado.

A diferença fundamental entre os Aparelhos Repressivos do Estado e os Aparelhos Ideológicos de Estado é que enquanto os primeiros funcionam principalmente pela violência, os segundos funcionam pela ideologia. Enquanto há apenas um aparelho repressivo de Estado, existe uma pluralidade de aparelhos ideológicos de Estado. Além disso, o aparelho repressivo pertence inteiramente ao domínio público, já a grande maioria dos aparelhos ideológicos de Estado pertence ao domínio privado. Se ainda assim esses aparelhos são considerados como uma parte do Estado é porque esse último se coloca acima e sobre a distinção legal entre o domínio público e privado. Os aparelhos ideológicos de Estado formam um todo coerente unido em torno do objetivo de reproduzir a ideologia da classe dominante. Eles são percebidos por Althusser como instrumentos da classe dominante.

A teoria da ideologia de Althusser também se distingue da concepção tradicional da ideologia como falsa consciência encontrada no marxismo, uma vez que para ele o sujeito não pode ser visto como um consciente (des)reconhecimento dos seus interesses objetivos, dado que ele é constituído na e através da interpelação ideológica que aclama os indivíduos como "cidadãos", "consumidores", proporcionando a eles pontos de identificação que os constitui como sujeitos. Entretanto, Torfing (1999, p. 26) afirma que também em Althusser os avanços teóricos são acompanhados por um retrocesso, resultante do pressuposto subjacente de que as

instâncias sociais e sua articulação são determinadas em última instância pela economia.

Esse pressuposto impede o desenvolvimento total da teoria da interpeção ideológica de Althusser, uma vez que apesar da ideologia da classe dominante se realizar nos aparelhos ideológicos de Estado, elas não nascem neles, mas refletem as relações de produção no nível econômico. Apesar das limitações da teoria de Althusser e do marxismo estrutural de uma maneira geral, essa corrente de pensamento contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento do marxismo em meados dos anos 1960, constituindo uma alternativa ao stalinismo, dentro do que era possível produzir frente à stalinização do Partido Comunista Francês.

Segundo Anderson (2004), com o advento de um novo período no movimento operário, a partir dos anos 1960, surgem as condições que possibilitariam desenvolver a teoria marxista no sentido da reunificação entre teoria e prática política e retomar as questões sobre as estruturas econômicas e políticas das sociedades contemporâneas. Os eventos de maio de 1968 constituem um marco histórico nesse sentido. O ressurgimento de “massas revolucionárias”, fora do controle do partido burocratizado, tornava possível a reabertura do contato entre teoria marxista e prática proletária, tradicionalmente considerado o traço definidor da epistemologia marxista.

Essa reabertura possibilitaria o retorno daquela dimensão, que acima de todas as demais, estava faltando desde a morte de Gramsci, acerca da discussão estratégica dos caminhos pelos quais um movimento revolucionário de massas poderia romper as barreiras do Estado capitalista e instaurar uma real democracia socialista. A consequência da reunificação entre teoria e prática seria a transformação do próprio marxismo e o fim marxismo ocidental, dando início a uma nova fase do marxismo, em que seria possível a análise das estruturas econômicas e políticas das sociedades contemporâneas. Entretanto, Anderson (Ibid., p. 121) afirma que os teóricos da tradição do marxismo ocidental não conseguiram responder às mudanças ocorridas, uma vez que muitos deles morreram sem presenciá-las e os que acompanharam tais mudanças foram incapazes de oferecer uma resposta à nova conjuntura criada após 1968, a partir de uma inovação de peso em suas teorias. Segundo o autor,

depois do longo e tortuoso desvio seguido pelo marxismo ocidental, as questões que a geração de Lênin deixou de responder, e das quais a ruptura entre teoria e prática na época de Stalin tornou impossível a resposta, continuam à espera de soluções. Elas não estão na esfera da filosofia. Dizem respeito a realidades econômicas e políticas fundamentais que dominaram a história do mundo nos últimos cinquenta anos (Anderson, *Ibid.*, p. 123).

1.3 Uma crise “dentro” do marxism

Segundo Hobsbawm (1989, p. 19), os rumos tomados pelo pensamento marxista, a partir dos anos 1960 até os anos 1980, são decorrentes de quatro conjuntos de acontecimentos de curta duração, a saber, os desdobramentos na URSS e nos outros países socialistas a partir de 1956, os acontecimentos no chamado “Terceiro Mundo”, especialmente na América Latina, e os eventos de maio de 1968.

O conjunto “soviético” condicionou o desenvolvimento do pensamento marxista de várias maneiras. Em primeiro lugar, através da desestalinização na URSS e em outros Estados da Europa Oriental, o que possibilitou o reconhecimento da necessidade de reformas na organização efetiva das sociedades socialistas. Os efeitos da desestalinização permitiram uma revisão teórica em função dos propósitos de reforma prática e a reabertura de questões que eram muito fechadas na era staliniana. Em segundo lugar, o colapso da URSS como único movimento comunista internacional, com a ruptura entre a China e a União Soviética a partir dos anos 1960, tornou possível pensar uma pluralidade de vias nacionais para o socialismo ou dentro do socialismo. Em terceiro lugar, alguns eventos políticos dentro do mundo socialista, relativos a alguns Estados da esfera de influência soviética e chinesa, também interagiram com o marxismo, como é o caso das crises do final dos anos 1960, como a “primavera de Praga”, e da revolução cultural na China na metade da década de 1960. Por fim, o crescimento de uma comunicação direta com os países socialistas influenciou sobre o desenvolvimento do marxismo, uma vez que aumentou o número de informações sobre os países socialistas acessíveis aos marxistas ocidentais.

Sobre esse último aspecto, Hobsbawm (Ibid., pp. 20-1) destaca que os países socialistas foram tomados como modelo das aspirações revolucionárias do Ocidente quase que de maneira utópica, justamente porque os revolucionários ocidentais tinham pouco acesso à informação sobre a complexidade passada e presente desses países, seja pelo escasso conhecimento de suas línguas, seja pelo autoisolamento intencional de seus regimes. Eles conheciam, no máximo, as intenções programáticas ou as conquistas apregoadas e o significado histórico das revoluções que tinham se desenvolvido, de modo que se utilizavam das experiências desses países para criticar radicalmente a sociedade capitalista ocidental. Essa tendência diminuiu notavelmente com o desenvolvimento da comunicação e da informação. A partir de 1956¹², inicia-se um período em que a maior parte dos marxistas foi obrigada a concluir que os regimes socialistas existentes estavam muito longe do que se esperava de uma sociedade no caminho da construção do socialismo. O autor afirma que,

a maioria dos marxistas foi obrigada a voltar à posição que os socialistas por toda parte tinham antes de 1917: uma vez mais, deviam conceber o socialismo como uma solução necessária para os problemas criados pela sociedade capitalista, como uma esperança para o futuro, mas como algo que tinha uma sustentação muito pouco adequada na experiência prática (Hobsbawm, Ibid., p. 21).

Não necessariamente os marxistas subestimavam os resultados notáveis, e sob muitos aspectos positivos, das tentativas de instaurar o socialismo em países pouco desenvolvidos economicamente e em presença de fortes pressões externas. Contudo, alguns deles recusavam tais experiências, vistas como fracassos históricos, ou negavam que elas tivessem constituído algo que se pudesse chamar de socialismo. A emigração dos “dissidentes” dos países socialistas reforçava a tendência de identificar Marx e o marxismo

12 Foi em 1956 que Krushev denunciou os crimes de Estado de Stálin, durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, provocando um verdadeiro estardalhaço no interior da corrente marxista.

exclusivamente com regimes desse tipo¹³. Afirmava-se que, “o único caminho que saía do *Manifesto comunista*, o único que podia sair, era o que terminava nos *gulag* da Rússia staliniana ou em seus equivalentes nos outros Estados dirigidos pelos adeptos de Marx” (Hobsbawm, *Ibid.*, p. 22).

O conjunto dos acontecimentos do “Terceiro Mundo” condicionou o desenvolvimento do marxismo de duas maneiras. Em primeiro lugar, esses acontecimentos chamaram a atenção para as lutas de libertação dos povos na Ásia, na África e na América Latina, na medida em que muitos desses movimentos se viam atraídos pelas palavras de ordem marxista e pelas estruturas estatais associadas ao marxismo. A inspiração na experiência dos países socialistas se devia ao fato de que os regimes socialistas implantados a partir de 1917 haviam ocorrido em países atrasados. Em segundo lugar, a experiência do “Terceiro Mundo” levou os marxistas a pensar nas relações entre países dominantes e países em vias de desenvolvimento e nos problemas de transição para o socialismo naquelas regiões, e nas peculiaridades sociais e culturais que marcariam seu desenvolvimento futuro. Nas décadas do *boom* geral do capitalismo, os marxistas concentravam sua atenção no mundo da dependência e do subdesenvolvimento, na expectativa de que as revoluções sociais pudessem ocorrer nessas regiões. Essas questões suscitaram discussões não apenas de estratégia política concreta, mas também de teoria no interior do pensamento marxista.

No curso dos anos 1960 e 1970, os marxistas começaram a sentir forte necessidade de uma revisão considerável da análise marxista, não apenas com relação ao “Terceiro Mundo”, mas sobre a tendência da economia capitalista em escala mundial. O conceito de “Terceiro Mundo” subdesenvolvido, único e abrangente, mostrava-se cada vez mais inadequado, não apenas porque alguns desses países se encontravam em situação de notável riqueza, mas principalmente porque alguns deles estavam encurtando a distância com países industrializados. Além disso, as esperanças numa possível revolução socialista nessas regiões tornaram-se cada vez menores, devido à derrota dos movimentos da esquerda socialista na América

13 Essa identificação tinha servido antes para excluir da comunidade marxista aqueles que não apoiassem incondicionalmente e de maneira acrítica a URSS.

Latina e em outras regiões¹⁴. A partir dos anos 1980, as expectativas de uma ampliação do mundo socialista através de transformações no “Terceiro Mundo” e de um conseqüente enfraquecimento do capitalismo internacional se debilitaram (Hobsbawm, *Ibid.*, p. 30).

A maré radical do final dos anos 1960 também influenciou fortemente o desenvolvimento do pensamento marxista e suscitou uma revisão profunda da teoria marxista, devido ao caráter inédito, inesperado e amplo com que esses acontecimentos surgiram. Essa maré radical apresentou muitas peculiaridades. Ela começou como um movimento de estudantes, cujo número havia crescido muito no curso dos anos 1960 em quase todos os países do mundo. Se em alguns países o movimento permaneceu circunscrito aos estudantes, em outros, como na França e na Itália, ele foi o estopim para movimentos da classe operária. O movimento assumiu um caráter internacionalista, atravessando as demarcações entre países desenvolvidos e países dependentes, entre sociedades socialistas e capitalistas. Hobsbawm (*Ibid.*, p. 32) destaca que esse movimento cresceu em países que faziam parte do núcleo fundamental da sociedade capitalista desenvolvida no auge do desenvolvimento econômico. Ainda que o movimento tenha sido de breve duração, ele teve grande impacto no sistema político e nas instituições políticas de muitos países.

Os eventos de 1968 produziram uma “nova esquerda”, que prescindia do desejo de se reconhecer como marxista, o que permitiu que ela se voltasse para muito além do marxismo tradicional. Nesse contexto, surgiram várias tendências no cenário político, desde as anarquistas até aquelas que se manifestaram na forma de uma dissidência cultural apolítica ou antipolítica. Ademais, surgiram alguns grupos políticos que apesar de se proclamarem ligados a Marx, seguiam linhas estratégicas ou políticas que haviam sido tradicionalmente rechaçadas pelos marxistas. Hobsbawm (*Ibid.*, p. 33) destaca, entretanto, que a “nova esquerda” não deve ser vista como produto exclusivo do final dos anos 1960, uma vez que diversos escritores e pensadores marxistas heterodoxos haviam sobrevivido durante o período do domínio comunista ortodoxo e conquistado uma ressonância renovada

14 Segundo o autor, as perspectivas eram mais encorajadoras na África subsaariana. Entretanto, a maior parte das vitórias revolucionárias daquele continente deve ser percebida como reflexo de uma resistência tardia à colonização política.

à esquerda a partir de 1956. Esse é o caso de Isaac Deutscher, Paul Matick e Cornelius Castoriadis.

Grupos organizados de marxistas heréticos, à esquerda da ortodoxia, nunca deixaram de ser ativos, ainda que sua atuação tenha sido muito modesta. Depois de 1956, esses grupos adquiriram uma força nova, seja porque aderiram a eles alguns comunistas desiludidos, seja porque os partidos comunistas deixaram de exercer monopólio de atração das pessoas interessadas numa perspectiva revolucionária. Nesse sentido, a “nova esquerda” se constituiu, em parte, por membros da “velha” esquerda ressuscitada.

Um quarto conjunto de acontecimentos exerceu influência imediata nos desdobramentos do marxismo e está ligado à crise geral dos setores capitalistas e não capitalistas da economia mundial a partir dos anos 1970. Os marxistas foram relativamente lentos no desenvolvimento de análises sobre as mudanças profundas advindas com o capitalismo após a Segunda Guerra Mundial, enquanto os pensadores não-marxistas conduziram rapidamente essa análise, concluindo que a nova fase do capitalismo era, sob muitos aspectos essenciais, diferente das fases anteriores, e que se tratava de uma nova era, que não deveria conservar o nome de capitalismo.

Os marxistas se viram embaraçados diante da crise geral dos anos 1970 e 1980, decorrente da crise do Estado de Bem-Estar social e do petróleo em 1973, porque, diferentemente dos períodos anteriores, não tinham soluções plausíveis para oferecer. Como uma parte considerável da economia capitalista ocidental já era controlada, planejada ou possuída pelo Estado, a simples exigência de substituir a anarquia da concorrência capitalista pela socialização e pelo planejamento não era suficiente e não convencia mais. Além disso, os marxistas não podiam mais referir-se à sociedade socialista como imune às crises econômicas, pois as experiências das economias socialistas, como a da URSS, encontravam dificuldades e seus problemas econômicos e suas contradições internas passaram a ser amplamente discutidos, principalmente a partir do momento em que passaram a ser afetadas pelas dificuldades econômicas da economia capitalista mundial.

Nesse contexto, o efeito imediato da crise geral foi estimular a análise marxista concreta da economia capitalista mundial, reavivando as denúncias de suas contradições internas, apesar do crescimento das dúvidas e

incertezas dos marxistas sobre as realizações e perspectivas da economia do chamado “socialismo real” (Hobsbawm, *Ibid.*, pp. 37-8).

Com relação aos fatores de longo prazo que influenciaram o desenvolvimento do marxismo a partir dos anos 1950, o autor destaca dois principais e que estão relacionados entre si: a mudança da base social do marxismo como ideologia política e as transformações no capitalismo mundial. Se na época da II e da III Internacional, as raízes sociais do marxismo ancoravam-se, principalmente, em movimentos e partidos de trabalhadores manuais, a partir dos anos 1950, o desenvolvimento do marxismo ocorreu predominantemente entre os intelectuais, que agora constituíam um estrato social cada vez mais amplo e importante. A centralidade do estrato de intelectuais reflete a radicalização de setores consistentes desse estrato, em particular de seus componentes jovens.

Por outro lado, Hobsbawm (*Ibid.*, p. 39) aponta que no início da década de 1950 ficou claro que os partidos socialistas constituídos numa base de massas estavam em declínio. A categoria dos trabalhadores manuais, que havia constituído o núcleo central dos movimentos dos trabalhadores, diminuiu em face dos outros setores da população ocupada, e sua coerência e força interna estavam enfraquecidas, também em função da sua melhoria de vida. Esses desdobramentos atingiram profundamente o movimento de classe e o marxismo, já que eles haviam se desenvolvido com base na convicção de que o capitalismo criava aqueles que o sepultariam, sob a forma de um proletariado em crescimento, autoconsciente, representado por seus partidos e movimentos e historicamente destinado a instaurar o socialismo, enquanto portador de um processo histórico inevitável.

Diante desses fenômenos de curta e de longa duração, podem-se observar algumas tendências internas ao marxismo após 1956, como a tendência pluralista, com o desaparecimento de qualquer ortodoxia internacional dominante ou obrigatória. Tornou-se cada vez mais difícil determinar o que pode ser considerado marxista e o que não pode. Tal indeterminação é consequência não apenas da profunda revisão, à qual a teoria marxista estava sendo submetida, mas também resulta do rápido crescimento de um público de intelectuais interessados no marxismo e de sua penetração na academia. O autor destaca que na França, por exemplo, o marxismo se

tornou um dos componentes de um universo intelectual, ao lado de Saussure, Lacan, Merleau-Ponty e outros.

Nesse sentido, os intelectuais que se tornaram marxistas e assimilaram o marxismo num ambiente desse tipo podiam julgar desejável traduzir o marxismo no jargão teórico predominante naquele momento, seja para torná-lo compreensível, seja para mostrar sua atualidade. Também havia a tendência de combinar o marxismo com outras teorias respeitadas, como o estruturalismo, o existencialismo e a psicanálise. A tentativa de superar a distância entre marxismo e cultura universitária, reforçada pelo marxismo ortodoxo, não constituía um fato novo no interior da tradição marxista; ela pode ser observada entre os austromarxistas e os teóricos da Escola de Frankfurt. Entretanto, “a novidade agora estava na radicalização de massa dos intelectuais educados no ambiente acadêmico, num momento que era de crise e de incerteza para as velhas fortalezas do marxismo institucionalizado e separatista” (Hobsbawm, *Ibid.*, p. 51). Do mesmo modo, observa-se uma crescente disponibilidade dos intelectuais em abandonar as velhas interpretações do marxismo, sem abandonar Marx. Pelo contrário, esse abandono é percebido como meio para revitalizar o marxismo.

Diante das profundas transformações que ocorreram no interior da tradição marxista a partir da metade dos anos 1950, do profundo reexame crítico a que o pensamento de Marx foi submetido e da série de reformulações polêmicas que surgiram, habituou-se a falar de uma crise do marxismo. Segundo Hobsbawm (1989, p. 61)

as velhas certezas (...) sobre o futuro do capitalismo, sobre as forças sociais e políticas que se espera possam provocar a transição para um novo sistema social, sobre a natureza do socialismo que será realizado e sobre a natureza e as perspectivas das sociedades que já hoje declaram ter posto em andamento essa transformação – todas essas velhas certezas foram colocadas em dúvida. Ou melhor, não existem mais.

Entretanto, o autor destaca que faz mais sentido falar em uma crise *dentro* do marxismo, do que em crise *do* marxismo, na medida em que o ques-

tionamento do marxismo tradicional ocorreu paralelamente a um acentuado desenvolvimento geral da capacidade de atração e de influência do marxismo. Diante da derrota do fascismo e da eliminação do radicalismo de direita como linguagem pseudo-revolucionária, como conseqüência de suas ligações com o hitlerismo, bem como da abdicação da crítica social por parte dos liberais, que agora celebravam a capacidade da sociedade ocidental em resolver seus próprios problemas, sentia-se a necessidade de uma crítica radical da sociedade burguesa, das diversas formas de desigualdade e de injustiças presentes nessa sociedade. O pensamento de Marx despertou o interesse de muitos homens e mulheres em meados dos anos 1960 e 1970. O marxismo, dessa forma, permaneceu vivo e vital, devido à importância da análise de Marx sobre o capitalismo, o que o leva a afirmar que “enquanto o capitalismo requerer crítica, o marxismo pode ser transformado, mas é improvável que desapareça” (Hobsbawm, *Ibid.*, p. 63).

Com relação aos desdobramentos da corrente marxista no final da década de 1970 e início da década de 1980, Anderson (2004, p. 162) afirma que o que estava em questão era a crise de um certo tipo de marxismo, geograficamente confinado à Europa latina, em países nos quais o desenvolvimento do pensamento marxista havia sido o mais poderoso e produtivo no período do pós-guerra, como na França, na Itália e na Espanha.

Uma das síndromes dessa crise do marxismo latino foi uma abrupta e ampla renúncia do marxismo, tanto por pensadores de gerações mais antigas como das mais recentes da esquerda, em meio a uma recrudescência de violenta febre anticomunista na sociedade capitalista circundante, especialmente na França e na Itália. Outra resposta à mudança de temperatura política na Europa latina do final dos anos 1970 foi não tanto um abandono, mas uma diluição ou diminuição do marxismo, penetrada por um crescente ceticismo sobre a ideia de uma ruptura revolucionária com o capitalismo.

Além do impacto provocado pelo conjunto soviético e pelo maoísmo na cultura marxista do ocidente, o autor destaca também o advento do eurocomunismo, nos anos 1970, que influenciou o marxismo da Europa latina. O eurocomunismo constituía uma via pacífica, gradual e constitucional para o socialismo, que se contrapunha ao modelo bolchevique. Ele exerceu forte atração sobre muitos sobreviventes ou herdeiros do marxismo ocidental,

na medida em que a adoção de posições eurocomunistas pelas lideranças dos principais partidos comunistas do Ocidente podia ser encarada como uma adoção tardia da preocupação heterodoxa com a democracia socialista, subjacente à boa parte da tradição do marxismo ocidental.

Outro fator responsável pelo agrupamento em torno do eurocomunismo está ligado à própria situação política na Europa meridional, que parecia estar madura para o avanço popular e a transformação social, em meados dos anos 1970. Tanto na França, como na Itália e Espanha, os partidos comunistas ainda constituíam a maior força organizada da classe trabalhadora. Segundo Anderson (Ibid., p. 210),

parecia ser a ocasião efetiva para um rompimento histórico que ultrapassasse o impasse social do capitalismo do bem-estar social da Europa do norte, na medida em que a expectativa eleitoral de governos de coalizão da esquerda coincidia com a conversão ideológica para um pluralismo especificamente ocidental anunciado pelo eurocomunismo.

Contudo, o resultado foi desanimador, uma vez que os grandes partidos comunistas perderam suas oportunidades de diversas formas e tais derrotas acumuladas foram um golpe desmoralizante para todos que esperavam uma nova aurora do movimento operário europeu. Foi nesse contexto que a chamada “crise do marxismo” teve origem e significado. O que detonou essa crise foi a dupla decepção com a alternativa chinesa e a alternativa da Europa Ocidental à experiência da União Soviética. Cada uma delas havia se apresentado como solução historicamente nova aos desastres da história soviética, mas as duas mostraram-se como um retorno aos conhecidos becos sem saída.

Segundo Anderson (Ibid., p. 211), a segunda decepção, com o eurocomunismo, foi mais determinante na “crise do marxismo”, uma vez que ela afetava diretamente as condições e perspectivas do socialismo nos países capitalistas avançados que pareciam oferecer as maiores oportunidades para um progresso efetivo do movimento operário no Ocidente. Nesse sentido, a “crise do marxismo” foi um fenômeno essencialmente latino, pois

foi justamente nos três principais países da Europa latina (França, Itália e Espanha) que as oportunidades do eurocomunismo eram maiores e, posteriormente, foram esvaziadas de modo mais acentuado. A partir dessa análise, o autor demonstra que a crise do marxismo não constituiu um fenômeno geral que abrangeu todas as correntes do pensamento marxista, mas apenas os países latinos. Essa “crise” caminhou paralelamente ao progressivo desenvolvimento do marxismo em outras regiões, como nos países anglo-saxões.

Segundo Therborn (1989, p. 390-1), o crescimento dos movimentos estudantis de massa e a abertura do espaço acadêmico e sua infraestrutura institucional possibilitaram o desenvolvimento de uma nova fase do pensamento marxista, que o autor chama de “marxismo como ciência social”. Nesse sentido, a teoria marxista, após as preocupações filosóficas do “marxismo ocidental”, tornava-se novamente teoria social, voltada para as questões sociais e políticas da contemporaneidade.

O autor aponta dois momentos essenciais na transição para a fase do marxismo como ciência social, marcados pelas obras de Perry Anderson e Nicos Poulantzas. Entretanto, ele ressalta que esses teóricos não afirmavam e nem reconheciam que estavam construindo um novo momento do pensamento marxista. O primeiro momento se dá com a publicação de Perry Anderson e Tom Nairn na *New Left Review*¹⁵, em que eles desenvolveram uma série de análises histórico-políticas “totalizantes” sobre a sociedade e o movimento operário na Inglaterra. Os artigos de Anderson e Nairn abrem uma nova fase no marxismo, uma vez que substituem a filosofia e a economia política pela sociologia, como principal sistema de pensamento intelectual com que o marxismo devia confrontar-se. Esses ensaios consolidaram a fama internacional da *New Left Review*, que ofereceria uma sólida base de difusão para uma interpretação do marxismo como análise sócio-política empírica. Posteriormente, Anderson publica duas obras de destaque do marxismo sociológico: *Passagens da antiguidade ao feudalismo* e *Linhagens do Estado Absolutista* (Therborn, *Ibid.*, p. 393).

15 ANDERSON, P. Origins of the present crisis. *New Left Review*, n. 23, janeiro-fevereiro de 1964. NAIRN, T. The British political elite. *New Left Review*, n. 23, janeiro-fevereiro de 1964.

O segundo momento foi marcado pela publicação de *Poder político e classes sociais*, de Poulantzas, que foi pioneira em relação a dois temas desde então centrais na análise sociológica marxista: a teoria e a análise do Estado capitalista e das classes no capitalismo contemporâneo. O trabalho de Poulantzas também se destaca pela tentativa de combater o economicismo encontrado no pensamento marxista e ressaltar a autonomia do político, a partir de sua análise da autonomia relativa do Estado capitalista. Essa discussão será desenvolvida no terceiro capítulo.

Therborn (Ibid., p. 393) destaca que embora a terceira fase do marxismo não tenha tido suas origens no movimento estudantil, ele encontrou uma base para si nesse movimento, tanto mais que o ponto de referência crítica era o mesmo em grande medida, já que o movimento estudantil teve seu centro nos cursos de sociologia e de ciências sociais, dirigindo suas mais duras críticas à sociologia. Outra característica do marxismo como ciência social foi seu deslocamento na direção do Ocidente, uma vez que os resultados conseguidos pelo marxismo americano e inglês, no início dos anos 1980, adquiriram um valor particular. A situação histórico-política dos países anglo-saxões contribuiu para a solidez e criatividade do pensamento marxista nessas regiões, uma vez que não havia uma forte tradição nesses países. Ademais, o marxismo esteve menos exposto a crises nessas regiões, uma vez que alimentou poucas esperanças políticas imediatas. O contato com o pensamento não-marxista e os amplos recursos intelectuais e de infraestrutura também foram fatores que contribuíram para levar o marxismo anglo-saxão ao centro da comunicação intelectual internacional.

Para o autor, o deslocamento do centro gravitacional do marxismo para o mundo anglo-saxão é uma expressão da força e da potencialidade, uma vez que ele constitui o principal núcleo vital do mundo intelectual contemporâneo. Por outro lado, o autor afirma que isso também pode ser visto como uma fraqueza intrínseca ao novo marxismo, por se ver afastado da realidade política, produzindo uma nova discrepância entre atividade política e trabalho intelectual, ainda que em menor medida que o “marxismo ocidental”. Embora alguns expoentes do marxismo como ciência social tenham sempre se empenhado politicamente, nenhum respondeu por um cargo de responsabilidade num contexto político mais geral. Therborn

(Ibid., p. 402) adverte que existe sempre “o risco implícito de cair numa erudição meticulosa, especializada, em reflexões políticas abstratas, ou então num academicismo apolítico, bem afastado – na prática – dos objetivos libertadores do marxismo propriamente dito”.

Apesar da diversidade de posturas e descontinuidades encontradas na tradição marxista, bem como dos inúmeros desdobramentos históricos que influenciaram o rumo tomado pelo marxismo, pode-se observar em todas as suas fases um constante esforço no sentido de combater as tendências deterministas, economicistas e cientificistas do “marxismo da II Internacional”, que foram reforçadas e prolongadas durante o stalinismo. Rosa Luxemburgo, Bernstein, os marxistas austríacos e Lênin se destacaram na época do marxismo clássico por suas tentativas de adequar a teoria marxista às tendências observadas na sociedade capitalista e de responder à crescente fragmentação da classe operária, acentuando a centralidade do momento político na luta pelo socialismo.

Mesmo no período do marxismo ocidental, quando os partidos passaram a ser subordinados às políticas da União Soviética, é notável o esforço de muitos teóricos marxistas em combater o economicismo e afirmar a importância da ação política, como é o caso de Lukács, Gramsci e de Althusser. Na fase do marxismo como ciência social, Poulantzas e outros membros da escola althusseriana também tentam combater o determinismo econômico e o reducionismo de classe e acentuar a autonomia relativa do Estado capitalista. Entretanto, nenhum desses autores conseguiu superar totalmente o problema do economicismo, já que a economia é considerada por todos eles como determinante em última instância.

Esse dilema teórico será herdado pelo pós-marxismo de Laclau e Mouffe. Estes autores fazem uma genealogia da tradição marxista, interessados nos avanços daqueles pensadores que tentaram ampliar o espaço da contingência e da indeterminação nas relações sociais e políticas. Laclau e Mouffe percebem o economicismo como a principal forma de essencialismo encontrada no pensamento marxista e tentam superar todo pressuposto essencialista na transição para o pós-marxismo. O essencialismo é considerado um obstáculo ao desenvolvimento de algumas categorias da teoria marxista e à compreensão das transformações da sociedade capi-

talista. No desenvolvimento do enfoque teórico pós-marxista, os autores buscam superar estas lacunas, desdobrando algumas das noções teóricas encontradas em autores marxistas, como é o caso de Rosa Luxemburgo, Gramsci e Althusser.

O pós-marxismo de Laclau e Mouffe também herdará alguns dilemas políticos decorrentes dos eventos que conduziram à chamada “crise” do marxismo. O totalitarismo, que caracterizou a experiência dos países socialistas influenciados pela doutrina marxista, constitui uma das preocupações centrais para os autores na reformulação de um programa socialista das sociedades contemporâneas. Eles acreditam que o pressuposto essencialista inerente à teoria marxista também contribuiu para a guinada totalitária desses países. Portanto, a tentativa de superar toda forma de essencialismo tem também um objetivo político. As lutas de libertação na América Latina e os eventos de maio de 1968 também exercem forte influência sobre o pensamento de Laclau e Mouffe, conduzindo-os não apenas ao questionamento de alguns pressupostos da teoria marxista, mas também à reflexão sobre a possibilidade do marxismo como prática política diante de todos esses acontecimentos. Essa discussão será desenvolvida nos próximos capítulos.

2 A constituição de um terreno pós-marxista

Os eventos que conduziram à chamada “crise do marxismo” suscitaram as mais diversas reações no interior do pensamento marxista, cuja postura mais extrema foi o completo abandono do marxismo, sob a alegação de que a única coisa que poderia resultar dos escritos de Marx era o totalitarismo stalinista.

De acordo com Palti (2010), entre os que permanecem até hoje no interior do pensamento marxista, as diversas posturas diante da crise variaram entre dois extremos: por um lado, a afirmação da derrota histórica do marxismo como único meio de salvar a teoria marxista e, por outro lado, o abandono de suas premissas fundamentais como possibilidade para se pensar as perspectivas políticas práticas do marxismo. Perry Anderson e Fredric Jameson figuram nessa primeira tendência que, na tentativa de solucionar a crise do marxismo, reafirmam sua vitalidade e superioridade teórica na mesma medida em que destacam suas condições atuais de impossibilidade histórica como prática política¹⁶. O projeto de Anderson serve de contra-

16 É válido ressaltar a mudança de orientação de Perry Anderson, que na década de 1970 vislumbrava a pronta reconciliação entre teoria e prática revolucionária, reativando assim o legado do marxismo clássico; na década de 1980 passou a aceitar as vantagens de manter separados esses domínios, para terminar, nos anos 1990, descobrindo a necessidade de admitir sua destruição como prática revolucionária como único modo de preservá-la como teoria (Palti, *Ibid.*, p.52).

ponto ao de Alain Badiou, para quem a possibilidade de salvar o marxismo como prática política passa pelo reconhecimento de que as suas categorias teóricas resultam ineficazes tanto para a compreensão da realidade quanto da sua própria situação.

Diante da impossibilidade de discutir as diversas respostas à crise do marxismo, este capítulo terá como foco aquelas que contribuem para a formação de um terreno pós-marxista, pelas suas tentativas de pensar a possibilidade do projeto político do marxismo a partir da reformulação da teoria marxista, e que serão herdadas posteriormente pelo enfoque de Laclau e Mouffe. Nesse sentido, discutiremos as contribuições do grupo *Socialismo ou Barbárie* a partir de suas reflexões sobre totalitarismo e democracia, que serão centrais no pós-marxismo de Laclau e Mouffe, pensadas sob o ponto de vista teórico e também incorporadas ao projeto político desses autores. Do mesmo modo, a retomada do pensamento de Gramsci e a radicalização de algumas de suas ideias, em meados dos anos 1960, por toda uma geração de marxistas que tentava responder à crise do marxismo, foram decisivos para a constituição do terreno intelectual pós-marxista, uma vez que Gramsci fornece elementos para combater o economicismo e afirmar a ação política.

Também será discutida, neste capítulo, a influência de Derrida na formação do terreno pós-marxista, a partir de sua crítica à noção de estrutura fechada em si mesma como centro das relações sociais, que solapou o paradigma estruturalista e tornou a noção de discurso central para o paradigma pós-estruturalista. Essas e outras questões trazidas por Derrida também serão herdadas pelo enfoque de Laclau e Mouffe. A teoria psicanalítica de Lacan também contribui para a constituição desse terreno e muitos dos conceitos lacanianos serão adotados por Laclau e Mouffe na sua teoria da hegemonia. Discutiremos principalmente a concepção lacaniana de sujeito que será adotada numa fase posterior do desenvolvimento de Laclau e Mouffe, a partir da crítica de Žižek e de sua discussão do sujeito lacaniano.

2.1 Socialismo ou Barbárie

O grupo *Socialismo ou Barbárie* surgiu de uma tendência que se constituiu no interior do Partido Comunista Internacionalista (PCI), o partido trot-

skista, em 1946. O grupo formado por Cornelius Castoriadis, Claude Lefort, François Lyotard, Henri Simon, entre outros, posicionou-se, desde muito cedo, contra a política stalinista e percebeu no trotskismo uma alternativa a essa política e um meio de repensar o programa socialista.

Apesar de sua rejeição ao stalinismo e, posteriormente, ao totalitarismo desenvolvido em outros países do Leste Europeu, os membros dessa tendência não acreditavam que esses regimes constituíssem o único desdobramento histórico que poderia resultar da teoria revolucionária de Marx, como se defendia amplamente nessa época¹⁷. Ademais, eles compartilhavam da proposta marxista de transformação radical da sociedade através da atividade consciente e autônoma dos homens. Por outro lado, os intelectuais e militantes que formariam o grupo *Socialismo ou Barbárie* defendiam que não seria possível desvincular totalmente a teoria de Marx do destino histórico do marxismo como ideologia de Estados totalitários que dominaram, exploraram e oprimiram um terço da população do planeta. Pelo contrário, toda crítica e toda discussão do marxismo deve partir necessariamente do seu destino histórico (Castoriadis, 1983; Castoriadis, 2006).

Diante do reconhecimento da centralidade do marxismo para pensar uma transformação social radical e do sólido vínculo existente entre o pensamento de Marx e o que o marxismo se tornou, os integrantes do PCI se ancoravam nas idéias de Trotsky como meio de combater o stalinismo e reformular os aspectos da teoria marxista que permitiram o desenvolvimento de uma tendência totalitária nos países que se diziam socialistas e que eram fortemente influenciados por essa teoria. Contudo, o decorrer dos acontecimentos a partir do final dos anos 1940, tais como as greves de 1947 na França, o começo da Guerra Fria e a evolução dos países do Leste Europeu, bem como o desenvolvimento do trabalho teórico desse grupo de militantes permitiu que eles percebessem que os discursos trotskistas estavam muito longe do que era pertinente na teoria revolucionária, na luta de classes e na história internacional contemporânea (Castoriadis, 2006, p. 27).

17 Para eles, algumas idéias abstratas, tais como a idéia de nacionalização e de ditadura, haviam assumido um conteúdo concreto no stalinismo muito diferente do conteúdo potencial que possuíam na sua origem.

Para Trotsky, a política stalinista se explicava pelos interesses da burocracia russa, que era produto da degenerescência da revolução de Outubro. Ele afirmava que essa burocracia não tinha “realidade própria” do ponto de vista histórico, que ela não passava de um “acidente”, resultante da constante quebra do equilíbrio entre capitalistas e proletários. Além disso, Trotsky defendia que nem os partidos stalinistas nem a burocracia russa se manteriam indefinidamente, de modo que, na ausência de uma revolução, os primeiros seriam assimilados pelos partidos reformistas comprometidos com a ordem burguesa, enquanto a segunda seria derrubada em proveito de uma restauração do capitalismo. O autor associou esse prognóstico ao desfecho da Segunda Guerra Mundial, que, todavia acabou por desmentir-lo, já que a burocracia russa se fortaleceu ainda mais no pós-guerra. Para Castoriadis (1983, p. 52), “o que se tornou manifesto é que não se tratava de prazo, mas de sentido da evolução histórica e que toda a construção de Trotsky era mitológica em seus fundamentos”.

Nesse contexto, tornava-se urgente a investigação dos fatores que davam estabilidade e possibilidades de expansão à burocracia stalinista tanto na Rússia como em outros países; análise que só poderia ser desenvolvida após o abandono da ótica trotskista. Desse modo, em 1948, alguns integrantes do PCI, liderados por Castoriadis e Lefort, desligam-se do partido e se constituem em grupo independente, publicando o primeiro número da revista *Socialismo ou Barbárie* em março de 1949. Segundo Luciano Oliveira (2010, p. 22), essa revista iria se tornar “marco e referência obrigatória no pensamento socialista libertário”.

A partir daí, o grupo desenvolve a análise da burocracia russa retomando o exame do regime econômico e social da Rússia, através de categorias marxistas fundamentais. A investigação permite concluir que a sociedade russa é também dividida em classes, entre as quais as duas principais são a burocracia e o proletariado, sendo a primeira a que exerce o papel de classe dominante e exploradora no sentido pleno do termo¹⁸. Nesse sentido, tornava-se evidente que o programa da revolução socialista e o objetivo do pro-

18 Segundo Castoriadis (1983, p. 54), o fundamento da dominação da burocracia sobre a sociedade russa seria o seu domínio no interior das relações de produção, o que foi sempre a base da dominação de uma classe sobre toda a sociedade e da divisão antagonica dos participantes das relações de produção em duas categorias fixas e estáveis, dirigentes e executantes.

letariado não poderiam ser apenas a supressão da propriedade privada, a nacionalização dos meios de produção e a planificação, como Trotsky havia defendido, visto que tais medidas não resolvem o problema do caráter de classe da economia e não garantem a supressão da exploração. A supressão das antigas classes dominantes pode ter como conseqüência uma mera substituição por outra classe exploradora, que se utiliza da sua posição para obter privilégios próprios ou garantir e reforçar privilégios já conquistados. Para Castoriadis (1983, p. 55), não se tratava de um problema particular da Rússia ou dos anos 1920, mas de uma questão que se coloca para o conjunto da sociedade moderna e que corresponde à outra expressão do processo de concentração das forças produtivas. O processo de burocratização é universal e o capitalismo burocrático aparece como o regime social de todos os países, fragmentado no ocidente e total nos países do Leste europeu. Nas suas palavras, "vê-se pois que longe de ser desprovida de realidade própria, a burocracia personifica a última fase do desenvolvimento do capitalismo"¹⁹.

A partir da crítica da burocracia e da experiência da revolução russa, o grupo reformula o programa socialista, atribuindo à gestão operária da economia e do poder um papel fundamental nesse programa. A ação autônoma do proletariado, que encontra em si mesmo a vontade e a consciência da transformação necessária da sociedade, constitui uma pré-condição à realização da revolução socialista. Segundo Castoriadis (Ibid., p. 58),

o socialismo não pode ser nem o resultado fatal do desenvolvimento histórico, nem a violação da história por um partido de super-homens, nem a aplicação de um programa que decorra de uma teoria verdadeira em si mesma – mas o desencadeamento da atividade criadora livre das massas oprimidas, desencadeamento que o desenvolvimento histórico torna *possível*, e que a ação de um partido baseado nessa teoria pode *facilitar* enormemente. (Grifo do autor).

19 Desse modo, não fazia sentido explicar o advento da burocracia na Rússia por fatores locais e acidentais, tais como o atraso do país ou o isolamento da revolução, visto que estas análises eliminam questões fundamentais, especialmente as questões políticas, colocadas pelo destino da revolução russa, como o conteúdo do socialismo e o papel do partido bolchevique e de seu aparelho como núcleo e beneficiário da instauração das novas relações de dominação e de exploração (Castoriadis, 2006, p. 128).

É válido ressaltar, entretanto, que a ideia de autonomia do proletariado é oriunda do próprio marxismo. Marx defendia que a emancipação dos trabalhadores teria que ser obra dos próprios trabalhadores e Trotsky afirmava que o socialismo, ao contrário do capitalismo, tinha que ser construído de maneira consciente. Nesse sentido, o que os membros do *Socialismo ou Barbárie* trazem de novo é a tentativa de levar essa ideia às suas últimas conseqüências, extraindo dela todas as implicações teóricas e práticas possíveis, incluindo os aprendizados advindos com a experiência da revolução russa para o esclarecimento do problema do poder operário²⁰. A noção de autonomia carece de significação se a ela não estiver relacionada diretamente à questão da gestão operária, ou seja, à determinação da produção pelos produtores organizados, não apenas no âmbito da empresa particular, mas no da indústria e da economia em seu conjunto. A sociedade socialista se caracteriza, em primeiro lugar, pela transformação da natureza e do conteúdo do trabalho (Castoriadis, *Ibid.*, p. 89).

A restituição das funções de direção aos trabalhadores os conduz necessariamente ao enfrentamento do núcleo da alienação, ou seja, à estrutura tecnológica do trabalho, de seus objetos, de seus instrumentos, que provocam uma inversão na relação do produtor com o seu trabalho, fazendo com que o primeiro seja dominado pelo segundo. Isso implica a transformação consciente da tecnologia herdada de maneira a subordinar, pela primeira vez na história, essa tecnologia às necessidades do homem, não apenas enquanto consumidor, mas também enquanto produtor. A transformação do trabalho seria o ponto de partida de todas as outras questões, tais como a política, o consumo, etc. Segundo Castoriadis (*Ibid.*, p. 91), “a liberdade dos homens será uma ilusão ou uma mistificação se não for liberdade em sua atividade fundamental – a atividade produtiva”.

Alguns episódios ocorridos na França e em outros países na década de 1950, tais como o início da guerra da Argélia em 1954, a mobilização favorável à guerra por parte do governo Mollet (1956), a agitação nas fábricas no outono de 1957, foram decisivos para o desenvolvimento posterior do

20 Para Castoriadis (1983, p. 59), se essa ideia não havia sido desenvolvida de maneira adequada nem pelos fundadores do marxismo nem pelos socialistas até aquela época é porque faltava a experiência histórica necessária. Ademais, a teoria e a prática revolucionária estão sujeitas a uma contradição crucial, resultante do fato de que elas fazem parte da sociedade a qual querem abolir e que se traduz por uma infinidade de aspectos.

Socialismo ou Barbárie. Esses acontecimentos estimularam o crescimento do grupo e a retomada da discussão sobre a questão da organização, que havia sido encubada desde o período de 1951-1952 e culminou na cisão do grupo e saída de uma parte dos membros, liderada por Claude Lefort, em 1958. Lefort e Henri Simon fundaram um novo grupo denominado *Informations et liaisons ouvrières* (em seguida, *Informations et correspondance ouvrières*). Castoriadis (2006, p. 38) destaca que posteriormente ficou claro para ele que a cisão de Lefort foi sobredeterminada por uma nova concepção que estava se formando em seu pensamento, segundo a qual a própria ideia de revolução deveria ser abandonada. Acreditava-se na existência de lutas que abalam a ordem estabelecida e movimentos que prefiguram uma nova forma de sociedade, mas a possibilidade de transformação radical da sociedade e de superação da alienação social constituía um absurdo filosófico.

O desenvolvimento do pensamento de Lefort após sua saída do *Socialismo ou Barbárie* será discutido mais à frente. Entretanto, faz-se necessário apontar que havia uma tendência crescente de afastamento do marxismo no interior do grupo. O próprio Castoriadis, que já havia assinalado algumas rejeições com relação a posturas clássicas do marxismo, passou a questionar o marxismo como um todo a partir do final dos anos 1950.

Segundo ele, a tomada do poder por Charles De Gaulle, em junho de 1958, à revelia da população e o plebiscito que elegeu De Gaulle e sua constituição em novembro de 1958 tornaram necessário a interpretação da atitude da população com relação à política e isso não apenas na França, já que essa atitude estava presente em toda parte. Desse modo, a análise deveria levar em consideração a evolução de conjunto de todos os países capitalistas modernos. Essa discussão, acrescida da crítica à concepção tradicional de socialismo, conduziu à exigência de uma revisão radical do marxismo e posterior ruptura do marxismo como um todo. Castoriadis (*Ibid.*, p. 43) afirma que a ruptura com o marxismo pode ser discutida em dois planos, o teor teórico do marxismo e o seu destino histórico. No plano teórico há uma metafísica marxista, uma teoria da história e uma teoria econômica, todas intimamente ligadas e igualmente insustentáveis.

A elaboração sistemática da teoria feita por Marx apresenta uma tendência racionalista e cientificista que o faz buscar uma explicação global

da sociedade e da história e atribuir um papel determinante à produção, cujo desenvolvimento possibilitaria não apenas a compreensão da história como também a própria transformação da sociedade. Nesse sentido, Marx não chega a questionar a concepção tradicional de *teoria* e compartilha da crença segundo a qual o elemento teórico, racionalista, que visa estabelecer um sistema de verdades determinado, predomina constantemente. Ele participa do empreendimento iniciado pelos gregos e prosseguido pelos ocidentais de constituição da grande Teoria, da existência de uma verdade. Entretanto, Castoriadis adverte que tal empreendimento só pode ser desenvolvido ocultando o que é próprio da realidade sócio-histórica: o fazer como fazer-ser e a autoinstituição da sociedade. Pois reconhecê-lo implica também o reconhecimento da indeterminação no ser sócio-histórico e do fato de que não existe uma grande Teoria, mas apenas um "*projeto de teoria*, cujo sentido é uma atividade contínua de elucidação do mundo e de nós mesmos" (Castoriadis, *Ibid.*, p. 136. Grifo do autor).

Nessa perspectiva, Marx acaba restringindo o campo das preocupações e aspirações do movimento operário às questões da produção, da economia e das classes. A questão política em sentido amplo, como instituição global da sociedade, e em sentido estrito, como a natureza do poder, sua organização e a possibilidade de seu exercício efetivo pela coletividade, são considerados de natureza secundária, determinados em última instância pela esfera econômica. Castoriadis (1983, p. 24) destaca que "o caráter central e soberano da produção e da economia (e a redução correspondente de toda a problemática social e política) não são nada mais que os temas organizadores do imaginário dominante da época (da nossa): o imaginário capitalista".

A teoria econômica de Marx também não se sustenta na medida em que sua elaboração teórica se fundamenta na eliminação de dois fatores decisivos para o funcionamento e evolução da economia capitalista: a evolução da técnica e a luta de classes. Segundo Castoriadis (2006, p. 44), trata-se de uma necessidade interna desse tipo de teorização, "pois é nesses dois fatores que se traduz por excelência, no campo da economia, a criatividade da história que faz com que não se possam estabelecer 'leis' da evolução econômica exceto num sentido sempre parcial e transitório".

A eliminação da luta de classes pode ser percebida na caracterização teórica de Marx da força de trabalho como mercadoria. Castoriadis (*idem*) discorda dessa caracterização, afirmando que no sistema de Marx a mercadoria possui valor de troca definido, e, se for “meio de produção”, possui também valor de uso definido; todavia, a força de trabalho não possui nem valor de troca nem valor de uso definidos. Com relação ao primeiro, ele explica que ao comprar uma hora de trabalho, o capitalista não sabe qual o rendimento que pode extrair dela. Apesar do postulado de Marx de que o capitalista irá extrair do operário o máximo de rendimento permitido pelo estado da técnica, ele desconsidera a luta que se desenrola cotidianamente na indústria em torno da produtividade. Tal como qualquer outra mercadoria, Marx considera o trabalhador como puro objeto passivo do capital na produção. Desse modo, não haveria luta de classes na produção, mas apenas dominação integral e incontestada do capital sobre o trabalhador. Castoriadis afirma que é preciso considerar a história cotidiana do trabalhador, em que cada um de seus gestos possui duas faces, uma que se conforma às normas de produção impostas e a outra que as combate. O rendimento efetivo da força de trabalho é resultante da luta que se desenrola neste terreno e o seu valor de uso, bem como seu valor de troca, não podem ser definidos de maneira independente dessas lutas e de seus efeitos.

Apesar de reconhecer o papel fundamental do proletariado na formação do projeto revolucionário, Castoriadis (*Ibid.*, p. 54) defende que não é possível mantê-lo no papel que Marx o atribuía, na medida em que o proletariado não apenas diminuiu numericamente na sociedade contemporânea, como também não possui a mesma importância que possuiu no passado. Muito embora quase todo mundo seja assalariado na sociedade contemporânea, isso não implica uma mesma situação de “classe”, nem que todos tenham se tornado proletários com o conteúdo que se dava ao termo. Disso decorre que os critérios objetivos devem ser abandonados e que o único critério de diferenciação válido no interior das massas de assalariados é a atitude deles com relação ao sistema estabelecido. Portanto,

com exceção de uma pequena minoria no topo, o conjunto da população está igualmente aberto – ou fechado – para

uma perspectiva revolucionária. Pode acontecer que, conjuntamente, determinada camada ou categoria desempenhe um papel mais importante; mas já não se pode sustentar a idéia de que o proletariado é “o” depositário do projeto revolucionário (Castoriadis, *Ibid.*, p. 55).

É importante destacar que o caráter revolucionário do projeto de autonomia individual e coletiva defendido por Castoriadis assume um sentido bem específico. Na medida em que esse projeto pressupõe a mesma possibilidade efetiva de participação na legislação por todos os cidadãos, bem como no governo e na instituição da sociedade, faz-se necessário mudanças radicais na sociedade. Segundo o autor, “é nesse sentido que pode ser chamado de projeto revolucionário, subentendendo-se que revolução não significa massacres, rios de sangue, o extermínio dos chouans ou a tomada do palácio de Inverno” (Castoriadis, *Ibid.*, p. 16).

A sociedade socialista seria revolucionária na medida em que permitisse que suas instituições fossem dominadas pelos homens, ao invés de dominá-los, o que pressupõe, por sua vez, a realização da democracia, pela primeira vez na história. Isso porque Castoriadis (*Ibid.*, p. 16) afirma que o funcionamento das sociedades atuais é essencialmente não democrático, os atuais regimes são denominados pelo autor como *oligarquias liberais*²¹. O autor define a democracia como o regime da *doxa*, ou seja, da opinião bem considerada, da capacidade humana de formar opiniões sobre questões que escapam aos raciocínios geométricos (Castoriadis, *Ibid.*, p. 151).

A questão da democracia constituiu o centro das reflexões de Lefort após sua saída do *Socialismo ou Barbárie*. Segundo Oliveira (2010, p. 23), seu desligamento do grupo e seu afastamento do marxismo estão relacionados ao encontro do autor com a obra de Maquiavel, cuja leitura despertou nele a ideia de que foi a existência do conflito e não a sua eliminação que pos-

21 Castoriadis (*Ibid.*, p.17) distingue as diferentes esferas da sociedade: a *oikos* (casa, a esfera privada), a *ekklesia* (assembleia do povo, esfera pública) e a *ágora* (o “mercado”, lugar de encontro, esfera público-privada). Enquanto no totalitarismo, as três esferas se confundem, na oligarquia liberal há dominação da esfera pública por uma parte da esfera público-privada e supressão do caráter efetivamente público da esfera pública. Apenas no regime democrático há uma articulação correta das três esferas e o devir realmente público da esfera pública.

sibilitou a glória da república romana. Lefort aponta que Maquiavel havia percebido, bem antes de Marx, a divisão de classes em todas as sociedades históricas. Mas, diferentemente de Marx, ele não acreditava na possibilidade de sua superação e percebia nessa divisão a razão de ser da *polis*, de um espaço público agenciado em sua função.

Nessa perspectiva, Lefort abandona o projeto marxista de construção de uma sociedade socialista, caracterizada pela ausência de conflitos e da divisão social, uma vez que ele percebia nesse projeto o perigo do totalitarismo. O autor volta-se para a investigação do fenômeno democrático, concebendo a legitimidade do conflito e a irredutibilidade da divisão social como seus elementos constitutivos. Segundo Hugues Poltier, Lefort acredita que

o sonho racionalista de uma sociedade reconciliada consigo própria e liberta do conflito é, no melhor dos casos, uma utopia inconsistente alimentada por alguns pensadores sem o pé na realidade efetiva; no pior dos casos, um projeto mortífero cuja realização leva necessariamente ao esmagamento da sociedade em seu conjunto” (Poltier apud Oliveira, *Ibid.*, p. 98)²².

Oliveira (*Ibid.*, p. 86) destaca que a invenção democrática adquire todo o seu sentido a partir da experiência do totalitarismo. Lefort busca explicar o modo de instituição da sociedade democrática, em que consiste sua singularidade e o que ela contém que permite o seu contrário, o advento de uma sociedade totalitária. A investigação do modo de instituição da sociedade democrática conduz o autor à afirmação da necessidade de pensar e repensar o *político* a partir da experiência do nosso tempo. Segundo ele, a sociologia e a ciência política não se dão conta que a divisão da sociedade em domínios diferenciados é produto de uma forma de sociedade que surgiu recentemente no Ocidente, nem investigam o modo de instituição da sociedade na qual se legitima essa clivagem. O autor identifica na supressão dessa questão um significado *político*. E percebe um sentido

22 Em “O enigma da democracia, o pensamento de Claude Lefort”, Luciano Oliveira (2010) nos possibilita conhecer textos de Lefort que não foram publicados no Brasil e que são de difícil acesso. Do mesmo modo, Oliveira nos coloca em contato com intérpretes do pensador francês, como Hugues Poltier, que não foram publicados no Brasil. Por isso, esta obra deu um importante suporte a este trabalho.

essencialmente *político* no fato de que a maior parte das ações dos homens na sociedade democrática moderna não releva da *política*. Lefort faz uma diferenciação entre a *política*, entendida como atividade política *strictu sensu*, ligada diretamente às instituições políticas, e o *político*, que não é passível de ser definido ou localizado empiricamente, posto que não se trata de uma instituição ou de uma prática, mas de um princípio gerador de sentido onipresente (Oliveira, *Ibid.*, p. 63).

Para explicar a singularidade da sociedade democrática e os seus traços específicos que possibilitam o surgimento do totalitarismo, o autor identifica as matrizes simbólicas dos dois regimes (o democrático e o totalitário), bem como do regime que antecedeu ambos: o absolutista. Segundo Lefort, a matriz simbólica da sociedade absolutista e do totalitarismo seria a “imagem do corpo”. No caso da primeira, o “corpo do rei” representaria a unidade e a identidade dessa sociedade e no caso do totalitarismo, o “corpo do povo” figuraria essa incorporação do político que dá unidade substancial à sociedade²³. Já a matriz simbólica da sociedade democrática se caracteriza pelo esfacelamento da imagem do corpo (Oliveira, *Ibid.*, p. 74).

Segundo Lefort, a sociedade democrática resulta de um longo processo que tem início na época do renascimento e possui como ponto de inflexão um acontecimento preciso e brutal que lhe serve de marco: a decapitação de Luís XVI. No momento em que a revolução democrática explode, o corpo do rei se encontra destituído, cai a cabeça do corpo político, e, simultaneamente, a corporeidade do social se dissolve. Desse modo, a revolução democrática dá início a um processo de desincorporação geral, que atua não apenas sobre os indivíduos, mas no conjunto da sociedade, com a separação entre o Estado e a sociedade civil, até então consubstancial ao corpo do rei. Lefort critica Marx e a tradição revolucionária por terem negligenciado esses traços essenciais da democracia. Com a revolução democrática, o poder aparece como “lugar vazio”, ou seja, ele já não possui um detentor perpétuo e aqueles que o exercem aparecem como detentores temporários. As leis, bem como seus fundamentos e enunciados, são passíveis de questionamento e contestação.

23 Lefort destaca que enquanto no caso da monarquia absoluta, o titular da soberania possui um corpo no sentido físico, representado no corpo do rei, no totalitarismo, esse titular constitui uma abstração (corpo do povo).

Desse modo, a democracia inaugura a experiência de uma sociedade inapreensível e indomesticável, na qual se afirma a soberania do povo, mas que, ao mesmo tempo, não cessa de questionar sua identidade (Oliveira, *Ibid.*, p.77).

Outra consequência da revolução democrática foi fazer emergir pela primeira vez na história a figura do povo. Lefort afirma que o conceito de povo diz respeito a uma unidade dotada de identidade e vontade (uma totalidade orgânica) que, no entanto, não existe empiricamente, mas apenas simbolicamente. Como a imagem de um corpo que dá unidade à sociedade desaparece na sociedade democrática e esta deixa de aparecer como totalidade orgânica, o povo, os fundamentos do poder, da lei e do conhecimento escapam a toda definição. A ameaça do totalitarismo advém da tentativa de corporificar o indefinível povo, na expectativa de que essa totalidade orgânica se realize nos fatos, ocupando o poder. As tentativas realizadas no século XX incluíram a raça ariana, no caso do nazismo, e o proletariado, no caso do comunismo. Dito de outra maneira, o totalitarismo resulta das tentativas de inscrever o simbólico no real, posto que a democracia se realiza sempre no nível do simbólico (Oliveira, *Ibid.*, p. 83).

De acordo com Oliveira (*Ibid.*, pp. 77-8), o totalitarismo constitui uma tentativa de *reincorporação* do poder e reversão do processo de desintrinsicamento das várias esferas de atividade. As instituições da sociedade civil perdem seu dinamismo próprio e passam a funcionar como extensão das instituições do Estado. A lei deixa de ser fruto de uma discussão interminável e sempre sujeita à contestação e se torna, novamente, produto de um fundamento transcendente e indiscutível (seja a vontade do Führer ou do proletariado). A divisão social é negada e a sociedade passa por um processo de domesticação.

O totalitarismo constitui uma ameaça constante à democracia, na medida em que esta última possui uma fragilidade substancial, decorrente do fato de que ela está fundamentada sobre a indeterminação e tem que suportar esse fardo. Oliveira (*Ibid.*, p. 91) afirma que essa indeterminação aparece sob diversas formas e em distintos lugares, mas um dos exemplos mais característicos desse traço essencial da democracia pode ser observado na própria definição que Lefort dá desse regime como sendo fundado na legitimidade de um debate sobre o legítimo e o ilegítimo –

debate necessariamente sem fiador e sem termo. Lefort tem consciência dos riscos e cobranças a que sua concepção de democracia está sujeita. Ele mesmo questiona como é possível denunciar a denegação da divisão social no totalitarismo sem correr o risco de legitimar as divisões que caracterizam os regimes democráticos que se conhece até hoje? Ou ainda, a denúncia da finalidade mortífera do totalitarismo não termina por justificar as condições de opressão e de desigualdade existentes nos regimes democráticos? E como criticar o marxismo por alimentar o fantasma totalitário sem apagar o que constituía a verdade da crítica de Marx da sociedade capitalista do seu tempo?

O que perpassa a discussão de Lefort sobre a democracia é a célebre dicotomia entre direitos civis e políticos, frutos do liberalismo, e direitos socioeconômicos, herdeiros das lutas sociais e do pensamento socialista. Lefort demonstra certa preferência pelos direitos civis e políticos do regime democrático, mesmo que ele viceje a divisão social, por acreditar que a existência desses direitos possibilita a preservação das condições de protesto e contestação, o que permite a emergência dos direitos socioeconômicos. O autor vê no totalitarismo não a possibilidade de se eliminar o conflito de classes, mas o risco de aniquilamento de toda diversidade constitutiva da sociedade. A partir da experiência concreta da Europa ocidental, Lefort observa que as liberdades dos indivíduos na sociedade democrática não são puramente formais, já que, por onde passaram, resultaram em mudanças concretas, tornando possíveis as reivindicações que fizeram evoluir a condição dos homens. "O problema é quando, apesar de existirem as condições de protesto, a sorte dos miseráveis parece imutável como se ainda vivêssemos numa espécie de *ancien régime*..." (Oliveira, *Ibid.*, p. 94).

As questões em torno da democracia, levantadas por Castoriadis e, principalmente, por Lefort, constituem a principal contribuição dos fundadores do *Socialismo ou Barbárie* na formação de um terreno pós-marxista. Apesar da saída de Lefort, da própria mudança do caráter da revista, que se tornou fortemente filosófica, sob a direção de Castoriadis e, finalmente, sua extinção em 1965, o *Socialismo ou Barbárie* exerceu forte influência sobre os desenvolvimentos teóricos e políticos posteriores. Pode-se observar no pós-marxismo de Laclau e Mouffe não apenas a centralidade da democra-

cia, como também um alerta contra os perigos do totalitarismo e muitas das críticas ao pensamento de Marx que já haviam sido desenvolvidas pelo *Socialismo ou Barbárie* e que orientam uma nova concepção de socialismo.

2.2 A retomada do pensamento de Gramsci

O marxismo aberto e não dogmático de Gramsci tornou-se fonte de inspiração para toda uma geração de marxistas europeus, em meados dos anos 1960, que buscavam responder à crise do marxismo a partir da retomada do seu pensamento e radicalização de algumas de suas ideias. Esses teóricos viam no pensamento de Gramsci uma alternativa ao legado leninista, que nesse momento se encontrava em crise, e uma possibilidade de afirmar a validade do marxismo na atualidade na análise das sociedades capitalistas (Torfing, 1999, p. 35).

A experiência do totalitarismo também ecoou no pensamento de Antônio Gramsci, propiciando a “redescoberta” da política no interior da tradição marxista²⁴. Segundo Mutzenberg (2001, p. 21), Gramsci parte dos escritos de Marx para afirmar a ação política e combater o determinismo econômico no contexto de ascensão do fascismo, destacando a fragilidade da ação política da esquerda. Nessa perspectiva, em *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*, Gramsci (1978b, p. 45) propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura, a partir dos princípios formulados por Marx na *Introdução à crítica da economia política*, a saber,

1) o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações.

24 É válido lembrar que Gramsci foi vítima do regime de Mussolini, tendo sido preso em 1926, situação na qual produziu os *Cadernos do Cárcere* e em que permaneceu até pouco antes de sua morte, em 1937. Para Mutzenberg (2001, p. 21), o caráter polêmico de algumas passagens dos *Cadernos* resulta das condições de reflexão do cárcere, mas também da sua concepção do marxismo como estando ainda em formação.

O arcabouço conceitual elaborado por Gramsci reflete a tensão entre as condições estruturais de uma dada formação social e a vontade/iniciativa, o que significou uma grande inovação dentro do marxismo. A noção de hegemonia, em torno da qual Gramsci desenvolveu suas principais idéias e conceitos, constitui uma tentativa de distanciamento do economicismo e de repensar as relações sociais nas sociedades avançadas, destacando a centralidade das superestruturas e o papel fundamental da sociedade civil nessas formações sociais. Como afirma Mutzenberg (2001, p. 21), “há uma consciência das transformações e complexificação das sociedades industriais e seus desdobramentos para o campo da política”.

Desse modo, ao explicar o fracasso da revolução nas sociedades avançadas, Gramsci destaca a importância política da sociedade civil, uma vez que ela se tornou muito complexa e poderosa nos Estados avançados. A noção de Estado também aparece ampliada na teoria de Gramsci, como “Estado integral”, compreendendo a sociedade política mais a sociedade civil²⁵ (Coutinho, 1992, p. 89).

A partir da análise das formações sociais do Ocidente, Gramsci afirma a necessidade de uma mudança de estratégia política, visto que a que foi utilizada pelos bolcheviques, caracterizada pela coerção, por uma “guerra de movimento”, não poderia ocorrer no Ocidente. A relação equilibrada entre o Estado e sociedade civil que se observa no Ocidente impossibilita a superestimação do papel das catástrofes econômicas imediatas, de modo que as lutas devem ser travadas no âmbito da sociedade civil, por uma “guerra de posição”. Segundo Coutinho (*idem*), a guerra de posição “visa à conquista de posições e de espaços, da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para a sua posterior conservação”.

Disso decorre que o aspecto essencial da hegemonia consiste na criação de um bloco ideológico, que permita à classe dirigente manter o monopólio intelectual, atraindo os intelectuais provenientes dos outros grupos sociais, e preservar a unidade ideológica de todo bloco social. Do mesmo modo, as classes subalternas que pretendam estabelecer um novo bloco

25 Em contraposição, nas formações econômico-sociais do Oriente, o Estado é tudo e a sociedade civil é caracterizada como primitiva e gelatinosa.

histórico devem combater a classe dirigente primeiramente no campo ideológico e criar seu próprio aparato hegemônico, com direção política e ideológica própria (Gramsci, 1978c; Gramsci, 2002).

A ideologia assume um papel fundamental na teoria de Gramsci, distanciando-se da visão negativa encontrada na tradição marxista, como “falsa consciência”, bem como do modelo determinista que a concebe como determinada, em última instância, pela infraestrutura. Segundo Mutzenberg (2001, p. 24), a ideologia se constitui no campo da luta política e reflete o “jogo” de forças que atuam na história. Ela possui um papel ativo, no sentido de um pensamento que modifica a maneira de sentir do maior número e em consequência deste. A ideologia se constitui num processo criador, visto que ela ensina como não existe uma realidade em si mesma, mas apenas em relações históricas com os homens que a modificam. Nesse sentido, as ideologias são responsáveis pela organização das massas humanas e pela formação do terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.

A ideologia também atua na construção de uma vontade coletiva, fundamental à formação de uma ação política e à consolidação de um bloco hegemônico²⁶. Segundo Gramsci (1978a, p. 52) “a realização de um aparato hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico”. A consolidação de uma hegemonia pressupõe a formulação de uma nova concepção do mundo, a partir da crítica e abandono da concepção do mundo da classe dominante e da obtenção de uma consciência crítica. Essa consciência crítica é obtida através de uma disputa entre hegemonias contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no âmbito político, culminando numa elaboração superior de uma concepção do real.

Para o autor, a classe operária não alcança uma consciência crítica de maneira espontânea, sem se organizar e, essa organização deve partir “de fora” e remete diretamente à questão política dos intelectuais, que repre-

26 Segundo Mutzenberg (2001, p. 23), a ação política em Gramsci é um ato criador ou suscitador que parte de um programa, de uma intencionalidade. Esse programa se impõe em três níveis: no nível da análise da realidade factual, relacionada ao processo de previsão; no nível da construção de uma vontade coletiva e no da luta hegemônica.

sentam o elemento de ligação teórico-prática, o nexu que liga a estrutura à superestrutura. A insistência na importância de uma orientação externa ao grupo social se justifica pela necessidade de impedir que a nova concepção do mundo se limite à relação do operário no interior das relações de produção. A nova concepção deve se estender ao conjunto de todas as relações das classes sociais entre si e com o Estado, proporcionando uma visão global da sociedade e não apenas a experiência imediata do proletariado. No mundo moderno, o partido político seria responsável pela formação de uma vontade coletiva, na medida em que os membros do partido são capazes de superar o momento do seu desenvolvimento histórico, enquanto elementos de um grupo social e econômico, e de se tornar agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional (Gramsci, 1978b, p. 6).

É a partir dessas concepções que os indivíduos constroem suas identidades numa unidade “cultural-social”, que orienta uma multiplicidade de vontades desagregadas e com fins heterogêneos na busca de um mesmo fim e sobre a base de uma idêntica e comum concepção de mundo (Gramsci, 1978a, p. 63). Contudo, a obtenção desse clima cultural não é algo dado, nem resulta de uma situação comum, mas de uma ação política, de um processo ideológico. A criação de novas concepções implica também a difusão de verdades já descobertas e sua transformação em base de ações vitais, em elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral. Todavia, o autor afirma que a publicização dessas concepções pode sedimentá-las na forma de um senso comum e no esquecimento de sua formação, aparecendo como um dado em si mesmo. Segundo Mutzenberg (2001, p. 25), “é também neste campo que se efetiva um processo de dominação como conquista de consentimentos e não como simples processo de coerção”.

Apesar de ressaltar a importância do processo cognitivo na constituição de uma vontade coletiva, Gramsci enfatiza que ela não se reduz a esse processo e não implica um procedimento racional ou que se restringe à argumentação. Mutzenberg (Ibid., p. 26) afirma que a criação de uma vontade coletiva envolve também sentimentos de pertença, relações de confiança e até mesmo um elemento de fé, que atua quando mesmo não se sabendo argumentar, confia-se que o argumento exista.

Outro aspecto fundamental à consolidação da hegemonia diz respeito à ampliação da base social da classe fundamental, mediante um sistema de alianças e a conquista de outros grupos pelo consenso. A hegemonia não deve ser entendida como subordinação ao grupo hegemônico, na medida em que ela pressupõe que se leve em conta os interesses dos outros grupos sociais e que se estabeleça uma relação de compromisso com esses grupos, fazendo inclusive sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Contudo, Gramsci (1978b, p. 33) destaca que esses sacrifícios nunca envolvem aspectos essenciais do grupo hegemônico, pois a hegemonia não é apenas ético-política, mas também econômica.

Para Gramsci (2002, p. 62), a noção de hegemonia não é exercida sobre toda a sociedade, mas somente sobre os grupos aliados e as classes opositoras são contidas através da força. Nessa perspectiva, a classe hegemônica atua como classe dirigente, responsável pela direção intelectual e moral dos grupos aliados, e como classe dominante com os grupos adversários, que visa liquidar ou submeter. A composição hegemônica se concretiza justamente no campo das relações de forças e a possibilidade de uma classe tornar-se Estado depende do momento propriamente político da luta pela hegemonia e não da tomada do poder econômico. Segundo Torfing (1999, p. 28), o momento mais importante na luta pela hegemonia é quando o Estado, no sentido estrito de sociedade política, torna-se articulado com a sociedade civil dentro de um Estado integral.

Entretanto, apesar do conceito gramsciano de hegemonia possibilitar uma leitura flexível das relações de forças, tais relações remetem, em última instância, às classes sociais. A análise das forças sociais se fundamenta nas suas posições determinadas na produção e suas ações a determinados graus de consciência política²⁷ (Mutzenberg, 2001, p. 29).

27 Segundo Mutzenberg (Ibid., pp. 29-30), a consciência econômico-corporativa corresponde ao primeiro grau de consciência política, em que há um reconhecimento do grupo profissional e da necessidade da unidade e organização do grupo, contudo, não há unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento se caracteriza pela consciência da solidariedade de interesses entre os membros do mesmo grupo social, mas ainda no campo econômico. O terceiro grau de consciência política é marcado pela superação dos interesses meramente corporativos e pela abrangência dos interesses dos outros grupos subordinados. Essa terceira fase é mais abertamente política e pressupõe não apenas a unicidade dos fins econômicos e políticos, mas a unidade intelectual e moral.

Para Gramsci, apenas as classes fundamentais podem se tornar hegemônicas, entendendo classes fundamentais como aquelas que ocupam um dos dois pólos nas relações de produção de um modo de produção determinado. Isso se deve ao fato de que essas classes possuem um *privilegio ontológico* na luta pela hegemonia, uma vez que as leis econômicas de movimento asseguram sua unidade em torno de um conjunto de interesses históricos determinados pela sua posição estrutural nas relações de produção (Torfing, 1999, p. 36).

Se, por um lado, Gramsci sugere que uma classe fundamental só se torna hegemônica ao superar os seus interesses corporativos e assumir os interesses de outros grupos sociais, o que constitui a fase mais puramente política na passagem da estrutura à superestrutura; por outro lado, a transformação política da classe fundamental num partido hegemônico pressupõe certo grau de homogeneidade, autoconsciência, organização e solidariedade de classe, o que é obtido num campo puramente econômico. Nesse sentido, “enquanto o princípio hegemônico, que unifica lutas políticas, é formado e opera num nível político contingente, seu caráter necessário de classe é assegurado pela estrutura econômica” (Torfing, *Ibid.*, p. 37).

Mutzenberg (2001, p. 31) afirma que “é no campo da superestrutura, da ideologia, que os homens tomam conhecimento dos conflitos da estrutura, no entanto, estes conflitos estão situados na estrutura e não propriamente no campo da política”. Portanto, o autor aponta que é possível identificar a presença de duas lógicas no pensamento de Gramsci, com relação à hegemonia. A primeira ancorada sobre interesses históricos das classes fundamentais localizados na estrutura e, em última instância, na economia. A segunda concebe a articulação hegemônica como resultado da composição complexa de uma vontade coletiva, que por sua vez emerge da articulação política e ideológica de forças fragmentadas e dispersas. Numa interpretação a política aparece como mero reflexo das condições encontradas nas relações de produção e na outra ela se situa aquém de um efeito de superfície, a partir da contingência política. Na primeira interpretação, as relações de produção e as leis econômicas de desenvolvimento excluem a indeterminação resultante da luta política e de outras formas de intervenção externa (Torfing, 1999, p. 37).

Por outro lado, também é possível perceber a intuição de Gramsci sobre o caráter político da economia. Na sua análise sobre a introdução do sistema fordista de produção e consumo em massa, Gramsci (2007, p. 247) apresenta a economia como um terreno heterogêneo de luta política. Esse processo de implementação não é considerado como um desdobramento interno de leis econômicas, mas como um efeito de atos de vontade, que combina força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) e persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais e uma habilíssima propaganda política e ideológica), resultando na racionalização da produção e do trabalho. O autor também considera as condições culturais prévias que permitiram o desenvolvimento do fordismo na América, como sua “composição demográfica racional”, que consiste no fato de que não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo (classes absolutamente parasitárias). Já na Europa, o fordismo encontrou fortes resistências à sua implementação. Isso porque,

a “tradição”, a “civilização” européia, ao contrário, caracteriza-se pela existência de tais classes [parasitárias], criadas pela “riqueza” e pela complexidade da história passada, que deixou um grande número de sedimentações passivas através dos fenômenos de saturação e fossilização do pessoal estatal e dos intelectuais, do clero e da propriedade fundiária, do comércio de rapina e do exército, o qual foi inicialmente profissional e depois passou a basear-se no recrutamento, mas é ainda profissional no nível do oficialato (Gramsci, *Ibid.*, p. 243).

Mutzenberg (2001, p. 32) afirma que a análise de Gramsci possibilita perceber a luta política para a imposição das bases materiais de uma nova ordem. Na sua análise da introdução do fordismo, Gramsci (2007, p. 247-8) afirma que a hegemonia “nasce da fábrica” e para ser exercida necessita apenas de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia. O reconhecimento do caráter político da economia possibilitou a Gramsci meios teóricos para desenvolver uma teoria da política

e da ideologia sem cair no economicismo. Nesse sentido, Gramsci influenciou toda uma geração de marxistas europeus que tentavam responder à crise do marxismo, à desestabilização da noção de determinação estrutural e à crise do legado leninista, etc. O marxismo aberto e não dogmático de Gramsci encorajou a reformulação teórica do marxismo e a afirmação de sua validade na análise do desenvolvimento histórico do capitalismo (Torfinn, 1999, p. 35).

O pensamento de Gramsci também exerceu forte influência no desenvolvimento intelectual de Laclau e Mouffe, fornecendo elementos para a crítica do marxismo estrutural althusseriano e inspirando o empreendimento teórico desses autores no sentido de combater o economicismo encontrado na tradição marxista. A radicalização de algumas ideias de Gramsci contribuiu para a formação do terreno teórico do pós-marxismo.

2.3 O advento do pós-estruturalismo

A crise do paradigma estruturalista também contribuiu para a constituição de um terreno pós-marxista. O Estruturalismo foi um movimento de ideias que se insurgiu contra o positivismo e foi amplamente difundido entre as Ciências Humanas na segunda metade do século XX, partindo da psicologia e da lingüística do início do século²⁸. Apesar de o Estruturalismo ter se desenvolvido de maneira particular dentro de cada ciência, como com Lévi-Strauss na Antropologia e com Godelier na sociologia, a linguagem é percebida como central na estruturação das relações sociais em todas as abordagens. Na psicanálise, Lacan faz uma releitura de Freud, destacando que o inconsciente se estrutura como linguagem. O marxismo também adota um viés estrutural em meados dos anos 1950, a partir da recepção das ideias do estruturalismo por Althusser, que figura como um dos teóricos mais importantes no desenvolvimento do marxismo estrutural e renova o corpo teórico do marxismo a partir de outras áreas do saber, como a psicanálise.

28 Uma das suas primeiras fontes foi a escola psicológica inaugurada por Wilhelm Wundt que procurou determinar a estrutura da mente como tentativa de compreender os fenômenos mentais. No campo da lingüística, o trabalho de Ferdinand Saussure, que analisa a dimensão social ou coletiva da língua a partir de uma distinção entre *langue* (língua) e *parole* (fala), inspirou toda tradição estruturalista francesa.

O marxismo estrutural da escola althusseriana constituiu uma tentativa de atualização e revitalização do pensamento marxista, que tinha por objetivo proporcionar à esquerda uma renovação dos meios teóricos que possibilitasse a análise das modernas sociedades capitalistas. De acordo com Torfing (Ibid., p. 2),

os avanços teóricos do marxismo estrutural podem ser resumidos do seguinte modo: uma insistência no caráter sobre-determinado das relações sociais e das lutas políticas que foram capazes de condensar uma multiplicidade de significados diferentes dentro de unidades simbólicas com efeitos reais na vida social, cultural e política; uma ênfase no papel social da ideologia e dos aparelhos ideológicos de Estado; um radical descentramento do sujeito, que existiu apenas como uma articulação de posições de sujeito dispersas; um interesse pelas contradições internas e relativa autonomia do Estado; e a afirmação da noção gramsciana de hegemonia como uma chave para entender a interpenetração do Estado e da economia.

O marxismo estrutural provocou um forte impacto no meio político e intelectual de esquerda em meados dos anos 1960, principalmente no contexto francês, fornecendo uma alternativa à deformação stalinista do marxismo e à resposta humanista de Sartre. Entretanto, ele perdeu força gradualmente após os eventos de maio de 1968, num contexto em que o questionamento do “humanismo” marxista começou a perder o seu atrativo anterior. Ademais, a crise do marxismo estrutural se fundiu a um movimento mais geral de crise da filosofia e de recomposição dos sistemas de saber (Palti, 2010, p. 90).

Em “A estrutura, o signo e o jogo no discurso das Ciências Humanas”, Derrida critica a noção de uma estrutura fechada em si mesma como centro das relações sociais, colocando em xeque o paradigma estruturalista. Segundo ele, a atribuição de um centro à estrutura permite relacioná-la a um ponto de presença, a uma origem fixa, que possibilita orientar e organizar a estrutura e, ao mesmo tempo, limitar o jogo de significações dentro dela. A definição

de uma estrutura centrada é considerada contraditoriamente coerente, na medida em que, por um lado, ela representa a própria coerência e condição da *episteme* e da filosofia como ciência, mas por outro lado, o centro, que é responsável por reger a estrutura, escapa ao processo de estruturação. O centro se situa *na* estrutura e *fora da* estrutura. Nas suas palavras, “a coerência na contradição exprime a força de um desejo” (Derrida, 2002, p. 230).

Nessa perspectiva, o postulado de um centro último é motivado pelo desejo de dominar a ansiedade que acompanha um certo modo de ser implicado no processo de estruturação. Essa ansiedade é dominada a partir de um centro privilegiado, que pressupõe a noção de um jogo fundado, constituído a partir de uma imobilidade fundadora e de uma certeza tranquilizadora, ela mesma subtraída ao jogo. O centro que permite a supressão de um jogo de sentido está, ele mesmo, fora do jogo. Desse modo, o centro é invocado como uma presença plena e fora de jogo.

Segundo Derrida (Ibid., p. 231), a história do conceito de estrutura no interior da metafísica ocidental pode ser pensada como uma série de substituições de centro para centro ou um encadeamento de determinações do centro, que refletem a tentativa de invocar a determinação do ser como presença plena. Nesse sentido, todos os nomes do fundamento, do princípio ou do centro sempre designam o invariante de uma presença, tais como *eidos*, *arche*, *telos*, transcendentalidade, consciência, Deus, homem etc. É justamente o desejo sempre não realizado de um centro que permite o surgimento de deslocamentos sem fim e substituições do centro. Contudo, um centro que não é nunca ele mesmo, mas é sempre deslocado e substituído não pode ser pensado em termos de uma presença plena (Torfing, 1999, p. 40).

Desse modo, Derrida (2002, p. 232) denuncia a metafísica da presença que perpassa todo o pensamento ocidental e afirma que é necessário pensar a ausência de um centro. O centro não pode ser pensado na forma de um sendo-presente, nem como tendo um lugar natural, um local fixado. Para ele, o centro constitui uma função, uma espécie de não-lugar no qual se fazem indefinidamente substituições de signos. O autor afirma que na ausência de um centro ou de origem, tudo se torna discurso. O discurso é definido como um sistema de diferenças dentro do qual o jogo de significação se estende infinitamente devido à ausência de um significado transcendental.

Segundo Torfing (1999, p. 40), a noção de discurso de Derrida permite enfatizar o momento da não-fixidez na construção do sentido. O discurso pode ser definido como uma estrutura descentrada na qual o sentido é constantemente negociado e construído. Essa concepção ampla do discurso, no sentido de um conjunto de seqüências significativas permite a inclusão de objetos físicos e práticas sociais como partes significativas do discurso.

Pode-se perceber uma leitura lacaniana subjacente à denúncia de Derrida da metafísica da presença, uma vez que ele estende a noção de vazio de Lacan para o campo da linguagem.

A desconstrução da metafísica da presença conduziu Derrida ao questionamento da imediaticidade do signo, ou seja, à observação de que nenhum elemento pode funcionar como signo sem se referir a outro elemento que não está imediatamente presente. Derrida questiona a relação fixa entre o significante e o significado, que são supostamente unidos no signo e possuem uma posição relacional particular dentro de uma estrutura lingüística. Como a estrutura descentrada estende o jogo de significações infinitamente, a unidade do signo é quebrada (Torfing, *Ibid.*, p. 54).

O afastamento da ideia metafísica de um centro transcendental que estrutura todas as esferas da sociedade conduz Derrida à afirmação da indecibilidade estrutural do social. A indecibilidade não significa indeterminação, pelo contrário, ela constitui a oscilação determinada entre possibilidades, que são elas mesmas fortemente determinadas em situações estritamente definidas. De outro lado, a indecibilidade não é meramente a oscilação ou tensão entre decisões determinadas. Ela requer uma decisão que passa necessariamente pela experiência do indecidível, levando em consideração as regras do seu contexto estrutural (Torfing, *Ibid.*, p. 64).

A indecibilidade, como decisão impossível entre dois pólos, é considerada como constitutiva do social e o fato de que raramente os indivíduos são confrontados com ela e de perceberem o mundo como objetivo e decidido, é explicado por Derrida pelo impacto da tradição metafísica nas sociedades ocidentais. Segundo ele, há uma tendência no pensamento ocidental de organizar o mundo em termos de hierarquias binárias em que se privilegia o interior, essencial, e se exclui o exterior, acidental. Tais hierarquias privilegiam a unidade sobre a dispersão, a necessidade sobre a con-

tingência, a presença sobre a ausência etc. e tendem a modelar a formação do mundo discursivo, de modo que este aparece como uma essência idêntica e evidente em si mesma. Entretanto, Derrida argumenta que o exterior, que se exclui, não constitui apenas uma ameaça ao interior, ele é necessário à definição desse último, e busca preencher um vazio constitutivo do interior. Desse modo, Derrida revela a indecibilidade estrutural que rege o mundo social através da desconstrução das hierarquias binárias. Para explicar a noção derrideana de desconstrução, Torfing (1999, p.65), traz à tona o conceito de fechamento da metafísica de Derrida, que corresponde a uma dupla rejeição: da tradição metafísica e da sua rejeição. Nesse sentido, a desconstrução é definida como uma leitura fechada (*clotural reading*), que corresponde a uma intervenção estratégica dentro da metafísica que tenta confrontá-la com ela mesma.

Derrida destaca que não se trata de uma demolição, análise, crítica ou operação. Segundo ele, todas as tentativas de conceituar a noção de desconstrução tendem a falhar, porque ela em si mesma não é nada. Essa noção também é profundamente influenciada por Lacan. Ao afirmar que “isso se desconstrói”, Derrida faz uma referência velada ao inconsciente. A desconstrução toma lugar onde há algo. O que toma lugar é um trabalho textual com a forma de uma dupla leitura, considerando que não há nada fora do texto para Derrida. Nas palavras de Torfing (*idem*),

a primeira leitura constitui uma tentativa de seguir a interpretação dominante do texto, suas pressuposições, seus conceitos e seus argumentos. A segunda leitura, então, consiste em traçar a interpretação excluída, reprimida e inferior que forma uma corrente subterrânea no texto. Quando a hierarquia textual entre a interpretação dominante e seu outro são estabelecidas, mostra-se que a interpretação dominante é dependente do que ela exclui.

A ênfase no caráter constitutivo da interpretação excluída termina por solapar a hierarquia textual. Entretanto, Derrida ressalta que a desconstrução não se contenta com uma simples inversão dessa hierarquia, uma vez

que ela busca a oscilação indecível entre as diferentes estratégias textuais, pressupostas na inscrição de uma hierarquia metafísica. Na medida em que a desconstrução revela a indecibilidade estrutural do social, ela apresenta uma forte relação com a política, sendo a própria condição para a tomada de decisões ético-políticas. Como a indecibilidade oscila entre os seus diferentes pólos e não há um fundamento último que possa detê-la, toda decisão é tomada sobre bases indecíveis e repousa sobre uma posição ético-política, que privilegia determinados significantes, identidades etc. (Torfing, *Ibid.*, p.67).

A política pode ser definida como a tomada de decisões constitutivas em um terreno indecível. A ênfase na indecibilidade impossibilita uma situação em que as decisões constitutivas são tomadas pela estrutura e apresentadas como *fait accompli*. Do mesmo modo, não é possível a manutenção da ideia de que a política derive de alguma coisa que não seja ela mesma política. O terreno da política é revelado como um terreno sem base e a indecisão passa a ser sua própria base. Ela sempre envolve a inclusão e exclusão de significados e identidades. A crítica da metafísica de Derrida causou um grande abalo no meio intelectual, provocando a decomposição do paradigma estruturalista e o advento do pós-estruturalismo. Segundo Torfing (*Ibid.*, p. 55), “o maior impacto do pós-estruturalismo foi a desestabilização de toda unidade pré-dada, fechada em si mesma, sejam elas estruturas, signos ou discursos científicos”.

O marxismo estruturalista foi atingido diretamente pelas ideias pós-estruturalistas, uma vez que sustentava que as diversas esferas da sociedade eram determinadas em última instância pela estrutura econômica. Esse pressuposto colidia diretamente com a ênfase pós-estruturalista na instabilidade e contingência do contexto estrutural de interação social. Nesse contexto, surge a necessidade de uma reformulação do pensamento marxista no sentido de combater a persistência de uma concepção essencialista da economia, como a tendência de inflexão pós-estruturalista do marxismo. Segundo Palti (2010, p. 90), o núcleo da corrente marxista pós-estruturalista é formado por um grupo de ex-colaboradores de Althusser na França, como Alain Badiou, Etienne Balibar e Jacques Rancière. Entretanto, o autor ressalta ainda que destacados autores de outros países também participam

dessa corrente, tais como Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Judith Butler e Slavoj Žižek. Com relação a Laclau e Mouffe, especificamente, muitos dos conceitos do pós-estruturalismo, como indecibilidade, discurso e desconstrução, vão exercer uma influência fundamental na leitura que esses autores vão fazer da tradição marxista e na formação do seu enfoque pós-marxista.

2.4 A contribuição da psicanálise

O pós-estruturalismo, todavia, compartilha com o estruturalismo a rejeição do sujeito autônomo e a celebração anti-humanista da morte do sujeito. Apesar de enfatizar a importância da história, do poder e da vida cotidiana na sua conceituação do processo de subjetivação, o pós-estruturalismo desencoraja o desenvolvimento de uma teoria do sujeito.

A mesma tendência pode ser observada nas várias versões de pós-marxismo, que buscam preencher o espaço vazio deixado pelo abandono da ideia de uma classe universal com referências otimistas à proliferação dos novos movimentos sociais que emergem no âmbito das políticas de gênero, racial etc. Assim como no pós-estruturalismo, o foco pós-marxista tem sido na formação de diversas formas de subjetividades políticas e não na elaboração de uma teoria do sujeito (Torfing, 1999, p 56).

Žižek tenta suprir essa falha do pós-estruturalismo e do pós-marxismo em conceituar o sujeito antes do processo de subjetivação, a partir da concepção lacaniana de sujeito. Em “O sublime objeto da Ideologia”, Žižek (1992) explica a diferença entre a posição pós-estruturalista e a posição lacaniana. No primeiro caso, o sujeito é reduzido à subjetivação, concebido como efeito de um processo fundamentalmente não subjetivo. O foco pós-estruturalista seria os diferentes modos de “experienciar” individuais, deixando de lado suas posições como sujeitos e agentes do processo histórico. Com relação à noção lacaniana, Žižek afirma que numa abstração que subtraia toda a riqueza dos diferentes modos de subjetivação e toda plenitude da experiência presente no modo que os indivíduos estão vivendo suas posições de sujeito, o que permanece é um lugar vazio, que foi preenchido por toda essa riqueza. Esse lugar vazio, que indica uma falta na estrutura simbólica, é o sujeito. Portanto, o sujeito é estritamente oposto ao efeito

da subjetivação, já que este último mascara justamente a falta na estrutura que constitui o sujeito (Torfing, 1999, p. 57).

O sujeito é o sujeito do significante, que está sempre em busca da sua inscrição como significante na ordem simbólica, mas não consegue achar um significado que o represente. O sujeito é penetrado por uma falta constitutiva e a sua subjetivação constitui uma tentativa de preencher essa falta, que é o sujeito. Apesar de não ter desenvolvido uma teoria do sujeito a partir de Lacan, Derrida sofre forte influência da psicanálise lacaniana e há uma proximidade entre a sua noção de indecibilidade e a noção lacaniana de sujeito, uma vez que a indecibilidade estrutural pressupõe a tomada de decisões ético-políticas em um terreno indecidível, que carece de um fundamento último. Nesse sentido, a ideia de indecibilidade como constitutiva do social garante que o sujeito, no sentido lacaniano, assuma uma posição diante do vazio da estrutura.

A teoria psicanalítica lacaniana contribuiu para o desenvolvimento do terreno pós-marxista, uma vez que possibilitou pensar uma teoria do sujeito antes do processo de subjetivação. Laclau e Mouffe sofrem forte influência da psicanálise numa fase posterior do seu desenvolvimento teórico, principalmente através de Zizek²⁹. A teoria do sujeito de Lacan assumirá um papel fundamental no enfoque pós-marxista desses autores.

Os empreendimentos teóricos e políticos apresentados acima foram decisivos na constituição de um terreno pós-marxista e exerceram forte influência no desenvolvimento intelectual e político de Laclau e Mouffe, que será discutido no próximo capítulo. Todos esses autores contribuem para afirmação da primazia da política sobre o social. A principal contribuição de Castoriadis e Lefort diz respeito às questões levantadas sobre o totalitarismo e a democracia, que perpassam todo o enfoque teórico de Laclau e Mouffe e são centrais também no seu projeto político de uma democracia radical e plural. O conflito e a divisão social defendidos por Lefort como

29 Apesar da contribuição de Zizek no desenvolvimento do enfoque pós-marxista de Laclau e Mouffe, há um afastamento entre eles numa fase posterior.

elementos fundamentais da democracia serão adotados no aparato teórico-político de Laclau e Mouffe.

A perspectiva não economicista da teoria da política e da ideologia elaborada por Gramsci será levada até as últimas consequências pelos autores já num primeiro momento do seu desenvolvimento intelectual. Gramsci também orienta a leitura não dogmática e a crítica que Laclau e Mouffe fazem do marxismo estrutural. As ideias de Derrida aparecem com mais força numa segunda fase da formação intelectual desses autores, em que eles tentam se afastar da concepção marxista tradicional de economia e habitam a tradição marxista a partir da desconstrução. A noção de discurso proposta por Derrida assumirá um papel central no enfoque pós-marxista de Laclau e Mouffe, bem como a indecibilidade estrutural, que é encarada pelos autores como constitutiva do social, além de ser uma pré-condição a toda prática hegemônica. Numa fase posterior, a teoria psicanalítica de Lacan também assume um papel fundamental na teoria da hegemonia desenvolvida pelos autores, principalmente após a crítica que Zizek faz à *Hegemonia e Estratégia Socialista*.

3 O desenvolvimento intelectual de Laclau e Mouffe

No presente capítulo, abordaremos o desenvolvimento intelectual de Laclau e Mouffe, com vistas à formação do seu enfoque pós-marxista. A primeira fase desse desenvolvimento é marcada por uma crítica ao marxismo estrutural althusseriano, a partir de uma leitura não dogmática, fortemente influenciada pela obra de Gramsci e pelas experiências práticas dos autores, principalmente suas tentativas de entender as realidades sociais e políticas de países da América Latina. Laclau e Mouffe mostram que os marxistas estruturais fracassaram na sua tentativa de superar o essencialismo que permeia a teoria marxista e que Gramsci se destaca por superar tanto o determinismo econômico quanto o reducionismo de classe.

Posteriormente, fica claro para Laclau e Mouffe que há um último reduto essencialista no pensamento de Gramsci e para combatê-lo os autores se ancoram na corrente pós-estruturalista, em direção a uma nova abordagem da teoria da hegemonia. A terceira fase da formação intelectual de Laclau e Mouffe é influenciada pela concepção lacanianiana do sujeito de Slavoj Žižek e sua crítica à teoria da subjetivação antes da teorização sobre a falta constitutiva do sujeito. A centralidade do deslocamento na constitui-

ção do sujeito e como possibilidade de ação histórica surge como resposta a essa crítica. Em todas as fases de seu desenvolvimento intelectual, é possível perceber um diálogo crítico com a tradição marxista e uma tentativa de superar todo tipo de essencialismo, na medida em que percebem nessa superação um meio de solucionar algumas lacunas da teoria marxista com relação às novas configurações sociais advindas com o capitalismo tardio e de evitar os perigos do totalitarismo.

3.1 A crítica do marxismo estrutural

Laclau e Mouffe sofreram forte influência do marxismo estrutural da escola de Althusser na sua formação intelectual. Os marxistas estruturais se destacaram pela sua tentativa de considerar a especificidade do político, uma vez que havia uma forte tendência dentro do marxismo de afirmar que a política é determinada em última instância pela economia. Essa tendência é responsável pela criação do paradoxo segundo o qual a teoria política do marxismo invoca o desaparecimento da política, já que a revolução proletária é responsável por instituir uma sociedade sem classes e dissolver o Estado, posto que não haveria mais necessidade de atividade política.

Segundo Torfing (1999, p. 20), o desaparecimento da política revela o essencialismo que permeia o pensamento marxista. A forma mais freqüente de essencialismo encontrada no marxismo é o economicismo, que confere primazia explicativa às contradições da economia capitalista, bem como às suas leis internas. Existem duas versões de economicismo, que estão intimamente ligadas, o epifenomenalismo e o reducionismo. A primeira versão afirma que a função das superestruturas é determinada pela infraestrutura, reduzindo àquelas a um epifenômeno desta. A versão reducionista não diz respeito à função das superestruturas, mas à sua natureza, que se baseia na afirmação de que a pluralidade complexa das superestruturas pode ser reduzida a uma expressão de uma simples contradição das sociedades capitalistas, existente entre as classes sociais do capital e do trabalho, cujos interesses são definidos pelas suas localizações estruturais na esfera da produção material.

O marxismo estrutural de Althusser, Balibar e Poulantzas se destacou no interior da tradição marxista por tentar combater essas duas formas de

essencialismo e ressaltar a especificidade do político. Entretanto, a leitura não dogmática do marxismo estrutural feita por Laclau e Mouffe, fortemente influenciada pelas ideias de Gramsci, bem como pelas experiências políticas dos autores, conduziu a uma crítica dessa corrente de pensamento (Torfing, *Ibid.*).

O interesse de Chantal Mouffe pela América Latina foi decisivo para o seu questionamento do marxismo estrutural³⁰. Mouffe se engajou em lutas antiimperialistas e participou de muitos grupos de libertação da América Latina, o que a encorajou a ir para a Colômbia em 1967, onde ficou vinculada ao Departamento de Filosofia da Universidade Nacional até 1973. Torfing (*Ibid.*, p. 15) afirma que “sua experiência concreta da conjuntura política sobredeterminada na Colômbia e em outros países latino-americanos estimulou sua avaliação crítica do esquema reducionista de classe do marxismo estrutural”.

Do mesmo modo, Ernesto Laclau participou ativamente da vida política argentina, tendo se filiado ao Partido Socialista Argentino (PSA) em 1958 e se tornado, em 1963, um dos líderes do Partido Socialista da Esquerda Liberal (PSIN), um dos grupos dissidentes do PSA. Apesar de muito atento aos aspectos nacionais e democráticos das lutas antiimperialista, o PSIN tinha um enfoque reducionista de classe, que impedia a compreensão da emergência do fenômeno de massa na Argentina, cuja expressão mais clara foi o surgimento do Peronismo. Em crescente desacordo com as políticas do partido, Laclau deixa o PSIN em 1968. Nessa época, ele começa a estudar Gramsci e Althusser, que o ajudam a estabelecer uma distância da tendência reducionista de classe, dominante no marxismo. O envolvimento de Laclau com políticas latino-americanas também teve um impacto direto na sua leitura crítica dos marxistas estruturais (Torfing, *Ibid.*, pp. 16-7).

Em *Política e Ideologia na Teoria Marxista*, Laclau (1978, p. 57) afirma que a obra de Poulantzas, *Poder Político e Classes Sociais*, é de grande importância teórica na medida em que, até os anos 1960, não havia sido desenvolvida uma teoria sistemática sobre a natureza e o papel do Estado em dife-

30 Sua formação socialista e o seu engajamento no Partido Socialista belga também influenciaram a sua leitura não dogmática dessa corrente de pensamento.

rentes formações econômico-sociais no pensamento marxista. Poulantzas se destaca por tentar combater o epifenomenalismo encontrado na tradição marxista. Ele rejeita uma concepção instrumentalista que considera o Estado como simples instrumento da classe dominante e tenta determinar, em nível teórico, o caráter autônomo do político, a partir de uma análise da autonomia relativa do Estado capitalista.

Contudo, o autor concorda com a crítica de Miliband de que o problema dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs), na concepção de Althusser, foi mal colocado por Poulantzas, uma vez que, na sua defesa dos AIEs, esse último atribui ao Estado uma definição funcional, segundo a qual o Estado se constitui no fator de coesão de uma formação social. Nesse sentido, os aparelhos ideológicos cumprem a mesma função do Estado, o de manter a coesão da formação social, reproduzindo as condições de produção de um sistema social ao manter a dominação de classe. Segundo Laclau (Ibid., p. 73), “há, aí, uma transposição sutil que vai definir o Estado como a instância que constitui o fator de coesão entre os níveis de uma formação social até a afirmativa de que tudo que contribui para a coesão de uma formação social faz, por definição, parte do Estado”. Com essa definição do Estado, dificilmente Poulantzas poderia chegar a determinar a especificidade do político.

Althusser também tentou defender os Aparelhos Ideológicos de Estado, no que diz respeito ao caráter privado de muitas de suas instituições. Ele afirma que do mesmo modo que o Estado, que é o Estado da classe dirigente, está acima da distinção entre público e privado, os Aparelhos Ideológicos de Estado também estão, pois o que importa é a função que tanto o Estado quanto os AIEs desempenham. Nesse sentido, instituições privadas podem perfeitamente funcionar como AIEs. Entretanto, essa concepção de Estado deixa de considerá-lo como uma instituição, isto é, como uma estrutura objetiva. A afirmação de Althusser de que uma classe não pode se manter no poder por muito tempo sem controlar os AIEs é correta, mas não é suficiente para concluir que esses aparelhos devem ser considerados como fazendo parte do Estado. Isso se dá porque tanto Althusser quanto Poulantzas mantêm uma concepção de que tudo que contribui para manter a coesão social faz parte do Estado. Nesse caso, não faria mais sentido falar do Estado como uma instância, tal como Poulantzas formulava inicial-

mente. Segundo Laclau (Ibid., p. 75), “o Estado se reduz simplesmente a uma qualidade que permeia todos os níveis de uma formação social. Seguindo essa linha de raciocínio, assistimos à dissolução da noção de Estado como estrutura objetiva”. Portanto,

Poulantzas não conseguiu superar a noção instrumentalista do Estado que ele tanto criticava, e tornou o poder estatal equivalente ao poder de classe.

A concepção do modo de produção formulada por Poulantzas e por toda corrente althusseriana também constitui uma tentativa de romper com o epifenomenalismo e justificar teoricamente a autonomia da superestrutura com relação à base. A noção de modo de produção não se restringe à esfera do econômico, mas corresponde à articulação das instâncias econômica, política e ideológica no interior de um todo complexamente estruturado e sobredeterminado. A articulação precisa dessas instâncias, denominada matriz do modo de produção, é determinada em última instância pela estrutura econômica, mas isso não significa que o econômico desempenhe sempre o papel dominante na estrutura; ele só é dominante na medida em que atribui o papel dominante a uma instância ou outra, de maneira que cada modo de produção possui um nível ou instância dominante, que permite especificá-lo e distingui-lo de outro modo de produção. Laclau (1978, p. 78) afirma que essa concepção de modo de produção tenta conciliar dois fatores aparentemente contraditórios, a saber, o primado do modo de produção material como fator determinante do conjunto da vida social e a dificuldade de atribuir um papel determinante a fatores estritamente econômicos na regulação dos processos históricos distintos do capitalista.

Entretanto, o autor adverte que tal concepção não permite considerar a autonomia relativa do Estado capitalista nem pensar o processo de mudança histórica, uma vez que a formulação dos marxistas estruturais se fundamenta numa distinção entre a noção de coerção econômica (característica do modo de produção capitalista) e a de coerção extraeconômica (característica do modo de produção feudal), que também está presente em Marx. Essa distinção toma as noções de “base econômica” ou “nível econômico” como sinônimo de “nível da produção”. Nesse sentido, Balibar emprega a noção de “coerção extraeconômica” sem perceber que ela implica uma noção do econômico que é incompatível com o primeiro sig-

nificado (economia = nível da produção). “Pois é óbvio que se a coerção extraeconômica (i. é, diferente do econômico) constitui o elemento central nas relações de produção e na apropriação da mais-valia, o conceito de ‘produção’ e o conceito do ‘econômico’ não podem ser sinônimos” (Laclau, *Ibid.*, p. 80).

Segundo Laclau (*Ibid.*, p. 81), Marx faz uso de duas concepções “do econômico”. A primeira, como produção, pertence à teoria do materialismo histórico e define uma das condições de toda sociedade possível. A segunda concepção “do econômico” corresponde à esfera das mercadorias, referindo-se ao modo de produção capitalista, uma vez que, nos modos de produção anteriores, as relações de mercado ainda não penetraram a esfera da produção. Essas duas concepções pertencem a níveis de abstração distintos e a estruturas teóricas diferentes, por isso, em *O Capital*, Marx pensa separadamente as condições abstratas do processo de trabalho e as condições abstratas da produção de mercadorias, de modo a produzir o conceito teórico de modo de produção de mercadorias. Para Laclau, não faz sentido continuar usando o termo para designar as duas expressões. Ele sugere que o termo “econômico” seja empregado no segundo significado e o termo “produção” no primeiro. Desse modo,

a proposição básica do materialismo histórico, segundo a qual o modo de produção da vida material determina todas as outras instâncias da vida social, não estabeleceria o primado “do econômico” em modos de produção não-capitalistas, na medida em que a coerção extra-econômica constituiria a base das relações de produção (Laclau, *Ibid.*, p. 81).

O autor critica os marxistas estruturais por não terem submetido a noção do “econômico” a uma crítica teórica rigorosa, mantendo a ambigüidade entre as duas noções. Se a economia for considerada como a produção da existência material, ela não é determinante em última instância, mas em primeira, qualquer que seja o modo de produção. Por outro lado, se a economia é entendida como produção de mercadorias, ela nunca foi determinante, exceto nos casos em que se identificou com as relações de produção

básicas da sociedade. Além disso, como a noção de econômico se refere à produção capitalista da mercadoria, a distinção entre coerção econômica e coerção extraeconômica projeta para o modo de produção anterior um tipo de racionalidade social existente no capitalismo, já que não havia a separação entre as instâncias econômica, política e ideológica nos modos de produção não-capitalistas. Segundo Laclau (1978, p. 82), esse procedimento pode ser justificado em Marx, já que a aproximação dos modos de produção não capitalistas é apenas marginal e serve simplesmente para reconstruir a pré-história do capitalismo. Contudo, ele se torna definitivamente inadequado na análise dos outros modos de produção, como tentam fazer os marxistas estruturais.

Mouffe mostra que Althusser também apresenta o problema de explicar o processo de mudança histórica com a sua noção de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs), uma vez que ele afirma que a classe dominante deve exercer seu poder econômico, político e ideológico nos e através dos AIEs para permanecer no poder. Se a classe dominante exerce seu poder nos e através dos AIEs, o seu domínio se torna quase total e a possibilidade da mudança histórica depende totalmente da luta de classe no nível da ideologia. Entretanto, Mouffe afirma que não está claro como essa luta é possível, visto que para Althusser a ideologia é sempre inscrita em aparelhos, e esses aparelhos são sempre estatais, que funcionam para a ideologia dominante. Althusser chega perto de afirmar a onipotência da classe dominante. Desse modo, parece que o único meio possível de derrotar a ideologia dominante seria a destruição dos Aparelhos Ideológicos de Estado numa revolução leninista ou mesmo maoísta. Mas essa saída reduz a política à função de realizar os interesses das classes subalternas, determinados estruturalmente, e não permite pensar a política como desarticulação e rearticulação das identidades (Torfing, 1999, pp. 18-9).

O pressuposto de que as instâncias sociais e sua articulação são determinadas em última instância pela economia solapa a tentativa dos marxistas estruturais de superar o epifenomenalismo. Entretanto, o combate ao economicismo não se esgota nessas tentativas, uma vez que eles buscam também eliminar o reducionismo de classe. Mouffe afirma que a teoria da ideologia como interpelação de Althusser constitui uma tentativa de supe-

rar a noção marxista tradicional de ideologia como falsa consciência. Contudo, haveria um pressuposto reducionista de classe subjacente à teoria da ideologia de Althusser que fica explícito na sua afirmação, no pós-escrito a *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, de que a ideologia da classe dominante se realiza nos aparelhos ideológicos de Estado, mas é proveniente de outro lugar, a saber, das classes sociais no domínio da luta de classes. Desse modo, Mouffe afirma que a ideologia dominante, que é realizada, mas não nasce nos AIEs, constitui meramente o reflexo, no nível ideológico, de certa posição dentro das relações de produção, no nível econômico (Torfing, *Ibid.*, p. 26).

Esses aparelhos são vistos como instrumentos da classe dominante e apenas de uma maneira limitada como um terreno de lutas pela hegemonia, como na visão de Gramsci. A concepção althusseriana percebe a hegemonia como resultante do controle sobre os AIEs, seguido do confisco do poder estatal no nível político. Os vários aparatos estatais devem ser despedaçados, ao invés de rearticulados. Desse modo, o pressuposto reducionista de classe que orienta a análise de Althusser não apenas impossibilita o desenvolvimento de todo potencial da sua teoria da interpelação ideológica, como também sustenta uma visão marxista-leninista tradicional do Estado e da revolução (Torfing, *Ibid.*, p. 26).

Do mesmo modo, Laclau (1978, p. 99-100) afirma que apesar da análise de Poulantzas, em *Fascismo e Ditadura*, se destacar por captar toda a complexidade da crise ideológica da qual emerge o fascismo, ele não explica o processo pelo qual os diversos elementos ideológicos são condensados na “unidade ruptural” para além do nível descritivo e aditivo. Isso se deve ao fato de que Poulantzas mantém uma concepção reducionista de ideologia. Ele considera que os sujeitos são sempre sujeitos de classe, que as classes possuem ideologias “puras”, “necessárias” ou “paradigmáticas” e que os elementos ideológicos possuem um pertencimento de classe necessário.

Além disso, as ideologias históricas concretas são percebidas por Poulantzas como um amálgama de elementos heterogêneos. O autor também afirma que as ideologias experimentam um processo de transformação, mas não explica com clareza em que consiste tal transformação. Laclau (*Ibid.*, p. 102) destaca que essa transformação nunca significa que os ele-

mentos característicos de uma ideologia modifiquem seu conteúdo de classe, de tal forma que, por exemplo, “a ideologia feudal ‘transformada’ passe a ser uma ideologia burguesa”. Para ele, “a transformação consiste na incorporação de ‘elementos’ burgueses a uma ideologia que, em seus elementos essenciais, continua a ser feudal (Grifo do autor)”.

Poulantzas não consegue responder em que consiste a unidade de um discurso ideológico e como se dá o processo de transformação das ideologias porque ele mantém um pressuposto reducionista de classe, segundo o qual toda contradição é uma contradição de classe e todo elemento ideológico possui um pertencimento de classe necessário. Para Laclau (Ibid., p. 119), é estranho que Poulantzas não tenha mantido a concepção althusseriana de ideologia, segundo a qual a função básica de toda ideologia consiste em interpelar/constituir os indivíduos como sujeitos, que é considerada a mais importante contribuição de Althusser para o estudo das ideologias.

A concepção de Althusser é bastante influenciada pela ideia lacaniana de que a fase-do-espelho desempenha um papel decisivo como matriz e constituição do eu. Althusser afirma que a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia na medida em que a ideologia é definida como responsável por “constituir” os indivíduos concretos em sujeitos. Desse modo,

os indivíduos, que são simples suportes das estruturas, são transformados pela ideologia em *sujeitos*, ou seja, vivem a relação com as suas condições reais de existência como se eles próprios constituíssem o *princípio autônomo* de determinação daquela relação. O mecanismo de inversão característica é a interpelação (Grifo do autor) (Laclau, Ibid., p. 106).

A concepção de ideologia como interpelação permite perceber que a unidade dos distintos aspectos ideológicos reunidos num determinado discurso é dada pelo sujeito interpelado e constituído a partir desse discurso. Para responder como as ideologias se transformam, Laclau (Ibid., p. 110) afirma que é necessário analisar a relação entre as ideologias e a luta de classes. Segundo ele, há uma ambigüidade básica com relação à utilização do conceito de luta de classes na tradição marxista. Em um primeiro

sentido, a luta de classes é concebida ao nível do modo de produção. Nas palavras do autor,

a relação de produção, que constitui os seus dois pólos como classe, é uma relação antagônica. A mais-valia, por exemplo, constitui, simultaneamente, a relação entre capitalistas e trabalhadores e o antagonismo entre ambos; ou melhor, constitui esta relação como antagônica.

Dessa concepção decorrem duas conseqüências: a primeira é que não há classes a não ser em uma relação de luta e a segunda é que o nível de análise que torna esse antagonismo inteligível é o modo de produção. Por outro lado, o conceito de luta de classes também foi aplicado, na tradição marxista, ao tipo de antagonismo que só se torna inteligível à luz do conjunto de relações políticas e ideológicas de dominação que caracterizam uma formação social determinada. Por exemplo, no caso de uma formação social em que existe uma articulação entre os modos de produção capitalista e feudal, cuja classe hegemônica no bloco de poder dominante é constituída pelos proprietários de terra feudal, a espoliação é exercida não apenas sobre os camponeses, que são explorados diretamente ao nível da produção, mas também sobre o conjunto de setores dominados, formado pela pequena burguesia, pelos trabalhadores urbanos etc. Nesse caso, as classes também estão em luta, mas a relação entre elas não constitui um antagonismo de classe, uma vez que esse tipo de antagonismo não constitui as classes como tais. Além disso, enquanto o antagonismo de classe é inteligível ao nível abstrato do modo de produção, o segundo antagonismo só é inteligível ao nível de uma formação social concreta (Laclau, *Ibid.*, pp. 110-111).

Nesse sentido, só é luta de classes aquela que constitui as classes como tais, de modo que o segundo tipo de antagonismo não pode ser considerado como uma luta de classes e as ideologias que o expressam não podem ser ideologias de classe. Nesse caso, os setores dominados não se identificam como classe, mas como “o oposto” ao bloco de poder dominante. Se a contradição que se constitui ao nível do modo de produção se expressa a nível ideológico na interpelação dos agentes como classe, a segunda

contradição se expressa através da interpelação dos agentes como povo e constitui o campo da luta popular-democrática³¹. Além disso, Laclau (1978, p. 114) afirma que se nem toda contradição pode ser reduzida a uma contradição de classe, toda contradição é sobredeterminada pela luta de classes. Como o nível das relações de produção é determinante em última instância, a luta de classes tem prioridade sobre a luta popular-democrática, visto que esta última ocorre apenas nos níveis ideológicos e políticos. Essa prioridade pode ser observada no fato de as ideologias popular-democráticas nunca se apresentarem separadas dos discursos ideológicos de classe, mas sempre articulados a eles. A luta de classes em nível ideológico consiste, em grande parte, na tentativa de articular as interpelações popular-democráticas aos discursos ideológicos das classes antagônicas, apresentando os seus objetivos de classe como a consumação de objetivos populares. A interpelação popular-democrática não tem um conteúdo de classe preciso e constitui o campo, por excelência, da luta ideológica de classe.

Desse modo, as interpelações não classistas são sobredeterminadas pela luta de classes, o que possibilita a integração dessas interpelações em um discurso ideológico de classe. É importante destacar que, apesar de criticar o marxismo estrutural de Poulantzas, Balibar e Althusser, Laclau não consegue superar o reducionismo de classe nesta primeira fase do seu desenvolvimento intelectual, uma vez que considera a luta de classes prioritária com relação à luta popular-democrática, devido ao caráter determinante em última instância do nível das relações de produção. Sua afirmação do caráter sobredeterminado das interpelações não classistas pela luta de classes aponta uma descontinuidade com o seu pensamento posterior, em que o autor tenta superar toda forma de reducionismo classista e toda forma de essencialismo encontrado no pensamento marxista, ancorado principalmente nas ideias pós-estruturalistas.

A partir de sua teoria das interpelações ideológicas não classistas, Laclau (1978, p. 115) conclui que as ideologias se transformam por meio da luta de classes, que se realiza através da produção de sujeitos e da articulação/desarticulação dos discursos. Poulantzas não consegue chegar a essa con-

31 Laclau ressalta, no entanto, que nem toda interpelação não classista constitui necessariamente uma interpelação popular-democrática.

clusão, pois, apesar de sua crítica ao economicismo, ele não supera o reducionismo de classe. Sobre essa ambiguidade, o autor comenta:

que é possível manter um reducionismo classista ao criticar-se o determinismo economicista é algo que a história do marxismo do século XX vem testemunhando amplamente: basta pensar em Korsch, Lukács e, em geral, em todas as tendências que enfatizam a importância e a especificidade das superestruturas ou da consciência, mas que lhes atribuem um pertencimento estritamente classista (Laclau, *Ibid.*, p. 30).

A dificuldade em superar o reducionismo de classe por parte dos marxistas se deve ao fato de que a barreira de classe constituiu um elemento central no desenvolvimento do movimento operário na Europa, incipiente e submetido à influência da burguesia. O vínculo da classe operária com outros grupos na organização da futura sociedade socialista era explicado em termos economicistas. Como o desenvolvimento capitalista conduziria à proletarianização dos setores médios e do campesinato, ao defender seus próprios interesses de classe, a classe operária terminaria por defender os interesses do conjunto da sociedade.

Entretanto, o autor adverte que a superação de todo tipo de essencialismo encontrado na tradição marxista é fundamental para a análise da emergência de fenômenos como o fascismo e para evitar que fenômenos de natureza totalitária surjam novamente. Ele afirma que no momento anterior à emergência do fascismo, o movimento operário continuava dominado por uma perspectiva classista e se ressentia da ausência de uma vontade hegemônica com relação ao conjunto das classes exploradas. Portanto, a crise ideológica da classe operária contribuiu para a emergência do fascismo não pela incapacidade dessa classe de realizar a revolução proletária na Itália ou na Alemanha, mas “na sua incapacidade de se apresentar como alternativa popular hegemônica ao conjunto das classes dominadas, no decorrer da mais grave crise já enfrentada pelo sistema de dominação capitalista na Europa” (Laclau, *Ibid.*, p. 133).

A teoria das interpelações ideológicas não classistas, de Laclau, constitui uma tentativa de superar o reducionismo de classe do marxismo e de res-

saltar a centralidade das interpelações não-classistas na emergência do fascismo. Laclau (Ibid., p. 146) afirma que as interpelações populares das classes médias foram absorvidas e neutralizadas pelo discurso político fascista, subordinadas à nova fração monopolista. Desse modo, o desenvolvimento de uma teoria da autonomia específica das interpelações popular-democráticas é central para evitar que o movimento operário incorra nos erros simétricos do oportunismo e do sectarismo.

É válido ressaltar, entretanto, que Laclau não é adepto da afirmação segundo a qual o totalitarismo é resultante do pensamento de Marx e do marxismo. O autor afirma apenas que a superação do reducionismo de classe poderia contribuir para a análise de fenômenos totalitários ou até mesmo combatê-los. Para Laclau, o que conduziu ao fascismo na Itália não foi o reducionismo de classe, mas ele acredita que seria possível combater o discurso político fascista e sua influência sobre as classes médias, se a classe operária se apresentasse como alternativa popular hegemônica ao conjunto das classes dominadas.

Laclau (1978, p. 147) afirma que só a partir da teoria não reducionista da ideologia de Gramsci foi possível pensar essas interpelações não classistas. Segundo ele, o conceito gramsciano de hegemonia traz implícita a noção da autonomia específica das interpelações democráticas da ideologia democrática como campo da luta de classes, o que possibilita a superação do reducionismo de classe na teoria marxista. Para ele, a grande originalidade de Gramsci foi o seu esforço para superar, ao mesmo tempo, o economicismo e o reducionismo de classe, sem esquecer, contudo, que as articulações ideológicas sempre se dão no interior de discursos de classe.

Laclau e Mouffe (2010, p. 101) destacam que a concepção gramsciana de ideologia realiza dois deslocamentos com relação à problemática clássica. Em primeiro lugar, Gramsci enfatiza a materialidade da ideologia, em contraposição à concepção de ideologia como um “sistema de ideias” ou como falsa consciência. A ideologia é concebida como um todo orgânico e relacional, encarnado em aparatos e instituições, responsável pela unidade do bloco histórico a partir de certos princípios articulatórios. Essa concepção combate uma leitura “superestruturalista” do ideológico, na medida em que com o conceito de bloco histórico e da ideologia como cimento

orgânico que o unifica, a antiga distinção base-superestrutura é superada a partir de uma nova categoria totalizante.

Um terceiro deslocamento com relação à ideologia diz respeito à ruptura com a problemática reducionista de classe, uma vez que os sujeitos políticos não são identificados como classes sociais, mas como vontades coletivas complexas, que resultam da articulação político-ideológica de forças históricas dispersas e fragmentadas. Além disso, a noção gramsciana de reforma intelectual e moral e a sua ênfase na transformação ideológica através da rearticulação dos elementos ideológicos existentes são estreitamente incompatíveis com a visão reducionista de um pertencimento de classe necessário de todos os elementos ideológicos (Laclau e Mouffe, *Ibid.*, pp. 101-2).

Desse modo, Mouffe aponta que a concepção de ideologia de Gramsci vai além da noção formulada por Poulantzas e Althusser, na medida em que Gramsci opôs as três asserções básicas que fundamentaram o tratamento reducionista de classe da ideologia nesses autores. Ademais, ela afirma que com a definição de Estado integral (sociedade civil mais sociedade política), Gramsci expande não apenas o conceito de Estado, mas também a concepção do que é político. Essa expansão da política não significa uma estatização da sociedade civil, mas a expressão do seu caráter profundamente político como um terreno de luta pela hegemonia (Torfing, 1999, p. 27).

3.2 A teoria neo-gramsciana da hegemonia

Em *Hegemonia e Estratégia Socialista*, Laclau e Mouffe (2010, p. 31) fazem uma genealogia do conceito de hegemonia, em que destacam que esse conceito surgiu no seio da tradição marxista para preencher uma lacuna deixada pela categoria de “necessidade histórica”, que havia sido a pedra angular do marxismo da Segunda Internacional, e para responder às crescentes situações de contingência decorrentes das transformações da sociedade capitalista. Daí o caráter desconstrutivo e fortemente subversivo da categoria de hegemonia, uma vez que ela permite perceber “a história do marxismo como o processo de progressiva incorporação das diversas áreas do social ao campo operativo das lógicas hegemônico-articulatórias e como a consequente retração do campo da necessidade histórica” (Laclau, 1993, p. 45).

A noção de hegemonia constitui, para Laclau e Mouffe, a resposta a uma crise – a crise do marxismo da Segunda Internacional. Essa noção surge na social-democracia russa para descrever as limitações da burguesia, insuficientemente desenvolvida, em exercer suas próprias tarefas, o que obrigou a classe operária a sair de si mesma e assumir tarefas que não lhe eram próprias. O problema central era o de saber como dotar de um máximo de eficácia política as lutas operárias, num contexto histórico de contingência. Laclau e Mouffe (Ibid., p. 80) apontam que, na perspectiva da social-democracia russa, o conceito de hegemonia corresponde a uma relação anômala, já que há uma separação entre a natureza de classe de uma tarefa e o agente histórico que a executa. Desse modo, surge a oposição entre um interior necessário, que corresponde ao desenvolvimento normal na execução de uma tarefa de classe, e um exterior contingente, em que uma classe assume tarefas que não são suas.

Lênin também mantém a concepção de exterioridade do vínculo hegemônico e reproduz a distinção entre tarefa normal e classe hegemônica. Laclau e Mouffe (Ibid., p. 87) destacam que a nova centralidade do conceito de hegemonia, adquirida no discurso leninista, é marcada por uma ambigüidade e por efeitos contraditórios. Por um lado, ele apresenta uma concepção de política mais democrática do que qualquer outra encontrada na Segunda Internacional, na medida em que reconhece a coexistência de tarefas e reivindicações que, de acordo com o paradigma economicista, deveriam corresponder a etapas diferentes, o que o conduziu a aceitar a emergência e validade de uma pluralidade de antagonismos e rupturas, que impedia a concentração exclusiva da legitimidade revolucionária na classe operária. A hegemonia é concebida como direção política no seio de uma aliança de classes, que pressupõe a ampliação da base da classe social fundamental.

Por outro lado, o conceito se associa às tendências mais autoritárias e negativas da tradição leninista, na medida em que Lênin mantém o privilégio ontológico da classe operária, encontrado na tradição marxista, e o estende à direção política do movimento de massas. A classe operária e a sua vanguarda não modificam sua identidade de classe após sua fusão com as reivindicações democráticas, fundamental às práticas hegemônicas. A aliança de classes é concebida como uma etapa necessária e tran-

sitória para alcançar os objetivos da classe operária e as relações entre “vanguarda” e “massa” têm um caráter puramente externo e manipulatório. Nesse sentido, o autoritarismo político surge da necessidade de manter o caráter necessário de classe da hegemonia, que se estabelece numa separação entre setores dirigentes e dirigidos no seio das massas. Essa distinção se fundamenta em termos de um saber por parte de um setor acerca do movimento subjacente da história; só a vanguarda esclarecida tem acesso ao “para si” da classe operária, de modo que ela sustenta uma atitude pedagógica perante essa classe. Laclau e Mouffe (Ibid., p. 91) afirmam que “é neste entrecruzamento entre ciência e política onde está a raiz da política autoritária”. A partir desse entrecruzamento, o partido é considerado representante dos interesses históricos da classe operária. O giro autoritário é possibilitado a partir do momento em que um ator limitado, a classe operária, é elevado à categoria de classe universal³².

Laclau e Mouffe (Ibid., pp. 100-1) afirmam que o pensamento de Gramsci representou um verdadeiro divisor de águas na tradição marxista, uma vez que ele amplia o terreno atribuído à recomposição política e à hegemonia para além da aliança de classes, afirmando a necessidade de uma liderança intelectual e moral que permita aos grupos sociais se distanciarem de uma postura corporativista e se unirem aos interesses de outros grupos. Desse modo, Gramsci dá visibilidade à especificidade relacional do vínculo hegemônico, até então escamoteada. Entretanto, se o pensamento de Gramsci permite pensar a identidade dos diversos elementos sociais como relacional, já que é alcançada através da ação das práticas articulatórias, há um princípio unificante em toda formação hegemônica, que sempre corresponde a uma classe social fundamental. Pode-se observar dois princípios da ordem social – a unicidade do princípio unificante e seu caráter necessário de classe – que não são o resultado contingente da luta hegemônica, mas o marco estrutural necessário dentro do qual toda luta hegemônica tem

32 Laclau e Mouffe (2010, p. 88) destacam que este giro autoritário estava, de algum modo, presente desde a constituição da ortodoxia marxista e se ele não se desenvolveu é porque os teóricos da Segunda Internacional consideravam que a centralidade da classe operária coincidiria com a proletarianização dos outros estratos sociais. Mas, na medida em que se reconhece a presença de massas mais amplas na tomada do poder, a manutenção da centralidade política da classe operária nos termos clássicos só é possível a partir desse giro autoritário.

lugar. A hegemonia da classe não seria inteiramente prática e resultante da luta política, mas teria em última instância um fundamento ontológico.

Laclau e Mouffe (Ibid., p. 104) afirmam, portanto, que há, no pensamento de Gramsci, um último núcleo essencialista, que põe um limite à lógica des-constructiva da hegemonia. A afirmação de que a hegemonia sempre corresponde a uma classe econômica fundamental não implica apenas a determinação da economia em última instância, mas, na medida em que esta última constitui um limite infranqueável às possibilidades de recomposição hegemônica da sociedade, a lógica de constituição do espaço econômico não é, ele mesmo, o resultado da intervenção das práticas hegemônicas. Pode-se perceber o pressuposto naturalista segundo o qual a economia é um espaço homogêneo, unificado por leis necessárias.

Segundo Torfing (1999, p. 36) o resíduo essencialista no pensamento de Gramsci pode ser encontrado também nos primeiros trabalhos de Laclau e Mouffe. Na sua teoria da interpelação ideológica não classista, Laclau afirma que as interpelações popular-democráticas possuem um status suplementar com relação às interpelações de classe. Do mesmo modo, em *Hegemonia e Ideologia em Gramsci*, Mouffe aceita a afirmação gramsciana reducionista, segundo a qual apenas uma classe fundamental pode se tornar hegemônica. Para a autora, a insistência de Gramsci no papel privilegiado da classe fundamental está de acordo com a afirmação de Althusser da determinação em última instância pela economia. Para Torfing (idem), é estranho que essa postura apareça ao lado de sua avaliação positiva dos trabalhos de Foucault e Derrida, uma vez que o essencialismo econômico não se adéqua à concepção completamente nova de política que deriva do pensamento desses autores³³.

Laclau e Mouffe (2010, p. 113) observam, posteriormente, que mesmo as tendências dentro do marxismo que mais lutaram contra o economicismo mantiveram uma concepção essencialista acerca da estruturação do espaço econômico. É justamente esse fundamento implícito, embora estritamente necessário, da noção marxista tradicional da economia, em termos de uma

33 Tanto Foucault como Derrida concebem a política como uma dimensão onipenetrante do social, enquanto a economia, longe de ser considerada como uma esfera social homogênea onde os traços essenciais da política estão ausentes, é vista como um terreno heterogêneo para lutas políticas (Torfing, Ibid., p. 38).

lógica específica da produção de mercado, que constitui o resíduo essencialista presente não apenas no pensamento de Gramsci, mas também em Laclau e Mouffe (Torfing, *Ibid.*, p. 37).

Numa segunda fase do seu desenvolvimento intelectual, Laclau e Mouffe (2010, p. 113) assumem a tarefa de combater o último reduto de essencialismo ortodoxo encontrado no marxismo e desenvolver uma compreensão não economicista da economia, destacando que o espaço da economia se estrutura como espaço político e que as práticas hegemônicas operam plenamente nesse espaço e em outros níveis da sociedade. A crítica de Derrida à concepção de toda estrutura centrada e seu desdobramento até uma Teoria do Discurso exerceram forte influência na crítica de Laclau e Mouffe à noção marxista tradicional de economia como centro que estrutura as relações sociais a partir de suas leis endógenas e como este escapa ao processo de estruturação.

Laclau e Mouffe (2010, p. 112-3) afirmam que o nível econômico deve reunir três condições muito específicas para assumir um papel constitutivo dos sujeitos da prática hegemônica. Em primeiro lugar, as leis de movimento da economia devem ser estritamente endógenas e excluir a possibilidade de qualquer indeterminação resultante de intervenções externas. Em segundo lugar, a unidade e homogeneidade dos agentes sociais, constituídos no nível econômico, resultam das próprias leis de desenvolvimento da economia. Por fim, a posição dos agentes sociais, nas relações de produção, dota-os de interesses históricos, de modo que os interesses econômicos não estão limitados a uma esfera social determinada, mas atuam como ponto de âncora de uma perspectiva globalizante acerca da sociedade. Segundo os autores, tais condições se fundamentam em três teses básicas do esquema marxista clássico. A primeira é garantida pela tese da neutralidade das forças produtivas, a segunda mediante a tese da homogeneização e pauperização crescentes da classe operária e a terceira mediante a tese de que a classe operária tem um interesse fundamental no socialismo.

Laclau e Mouffe (*Ibid.*, pp. 114-5) tentam desconstruir essas teses como meio de superar o último reduto essencialista. Nesse sentido, eles questionam a lei geral do desenvolvimento das forças produtivas, segundo a qual

seu crescente desenvolvimento entraria em contradição com as relações de produção, constituídas por um proletariado cada vez mais numeroso e explorado, que assumiria a missão de dirigir coletivamente as forças produtivas altamente socializadas e desenvolvidas.

Segundo eles, essa lei que estabelece um sentido racional para a história e que concebe a economia como mecânica da sociedade, que atua sobre os fenômenos objetivos independentemente da ação dos homens, só é possível na medida em que a teoria marxista considera a força de trabalho como mercadoria. Contudo, essa concepção negligencia uma série de características da força de trabalho como elemento do processo de produção capitalista. Não é suficiente para o capitalista comprar a força de trabalho, pois é necessário fazê-la produzir trabalho. Além disso, essa designação do trabalho obscurece uma distinção fundamental entre insumos produtivos, encarnados em pessoas capazes de uma prática social e aqueles insumos cujo consumo é assegurado apenas pela propriedade do capital (Laclau e Mouffe, *Ibid.*, p. 115).

É válido ressaltar que a crítica da concepção da força de trabalho como mercadoria, cujo valor de uso seria o trabalho, já havia sido elaborada por Castoriadis. Para Laclau e Mouffe, essa crítica não apenas acentua a necessidade do capitalista de exercer sua dominação no seio do processo de trabalho, a fim de extrair do trabalhador o máximo de trabalho possível, mas também questiona a ideia do desenvolvimento das forças produtivas como um processo natural, espontaneamente progressivo. A organização capitalista do trabalho é, ao mesmo tempo, técnica de produção e técnica de dominação, e isso mesmo antes do capitalismo. Nas palavras de Laclau e Mouffe (*Ibid.*, p. 116), “não é pois a lógica exclusiva do capital que determina a evolução do processo de trabalho, e este último não é só o lugar em que se exerce a dominação do capital, mas antes o terreno de uma luta”.

Desse modo, o desenvolvimento do capitalismo não é uma consequência exclusiva da competência e das exigências da acumulação. As lutas operárias surgem precisamente em razão da sua dinâmica própria e da impossibilidade de subsumir essa dinâmica sob a forma “mercadoria” que adota a força de trabalho. A excisão entre a lógica do capital e a lógica das resistências operárias influi diretamente na organização do processo capitalista de trabalho, afetando a natureza e o ritmo de expansão das forças

produtivas, o que impossibilita a tese da neutralidade das forças produtivas e sua concepção em termos de um desenvolvimento natural e unilinear. Disso decorre que a economia não pode ser concebida como um espaço autônomo e autorregulado, de modo que a primeira condição acerca do privilégio atribuído à economia na constituição dos agentes sociais não se cumpre (Laclau e Mouffe, *Ibid.*, pp. 116-8).

Com relação à segunda condição, segundo a qual a unidade e homogeneidade dos agentes sociais constituídos ao nível econômico são asseguradas pela tese da homogeneização e pauperização crescentes da classe operária, os autores afirmam que ela se sustenta numa concepção de classe operária que não se adéqua à configuração do capitalismo avançado. Segundo eles, o conceito de classe operária em Marx cobre duas relações distintas e cujas leis de movimento são diversas: a relação salarial, constituída através da venda da força de trabalho, que faz do operário um proletário, e a emergente de sua situação no processo de trabalho, que o constitui em operário manual. Michael Burawoy estabelece uma distinção entre relações de produção e relações na produção com base nessa dicotomia. Essa distinção não é evidente para Marx, uma vez que, no nível de sua experiência imediata, ambas as relações tendiam a coincidir. Como Marx concebia a força de trabalho como mercadoria, toda autonomia e relevância se limitavam às relações estabelecidas no processo de trabalho.

Entretanto, ambas as relações evoluíram de forma diferente tornando problemático o rótulo “classe operária” que as englobava, já que a forma salarial se generalizou no capitalismo avançado, enquanto a classe dos operários industriais diminuiu em número e significação. A tendência geral apontada nos estudos recentes é a divisão e fragmentação da classe operária, que resultam, em parte, das próprias práticas dos operários, de ordem política e não simplesmente econômica. Portanto, não é possível falar em homogeneidade da classe operária e nem referi-la a um mecanismo inscrito na lógica da acumulação capitalista, de modo que a segunda condição não se cumpre (Laclau e Mouffe, *Ibid.*, p. 120-1).

Com relação à terceira condição, os autores afirmam que a noção de interesses objetivos determinados pela posição dos agentes nas relações de produção carece de todo sentido. Mesmo o marxismo clássico era cons-

ciente de que não havia uma fragmentação de posições apenas “entre” agentes sociais, mas também no interior dos agentes sociais, os quais carecem de uma identidade racional última. A classe operária está constituída por várias posições de sujeito, em muitos casos, contraditórias ou integradas de maneira débil³⁴.

Desse modo, faz-se necessário abandonar a ideia de um sujeito unificado e perfeitamente homogêneo, como a “classe operária” do discurso clássico, em direção à análise da pluralidade de posições de sujeito. Isso não implica, no entanto, que haja uma incompatibilidade entre classe operária e socialismo, mas apenas que não é possível deduzir logicamente interesses fundamentais no socialismo a partir de determinadas posições no processo econômico. Como não há relação lógica alguma entre posições nas relações produtivas e mentalidade dos produtores, a resistência dos operários a certas formas de dominação depende das relações que ocupem no conjunto das relações sociais e não apenas nas relações de produção (Laclau e Mouffe, *Ibid.*, p. 123).

Segundo Laclau e Mouffe (1993, p. 136), a história do marxismo converge com a história do pensamento contemporâneo em um certo sentido, pois, como a genealogia do conceito de hegemonia permite perceber, há uma progressiva desintegração do essencialismo dentro do marxismo e um esforço contínuo para adaptar a teoria marxista às transformações da sociedade contemporânea. A hegemonia surge, assim, como uma nova lógica política que deve substituir o viés essencialista do marxismo. Se este processo não avançou depois de Gramsci isto se deve às condições políticas que marcaram a história do marxismo após a primeira guerra mundial, fortemente influenciada pelos efeitos da stalinização dos partidos comunistas e a repressão de toda criatividade intelectual. O trabalho de Laclau e Mouffe constitui uma tentativa de dar continuidade a esse desenvolvimento intelectual interrompido por décadas. A necessidade de recorrer, no presente, a tradições intelectuais exteriores ao marxismo nessa tarefa é resultante dessas condições paralisadoras.

34 A tensão entre a luta política e a luta econômica, as análises do aburguesamento da classe operária ou mesmo a afirmação de Bernstein de que, com o progresso democrático, o operário deixa de ser proletário e passa a ser cidadão, reforçam essa tendência (Laclau e Mouffe, *Ibid.*, p. 123).

Portanto, os autores desenvolvem uma nova abordagem da hegemonia que tenta ligar a lógica político-interpretativa de Gramsci à crítica filosófica radical, ancorando-se, para tanto, nas reflexões do pós-estruturalismo, principalmente no desconstrucionismo de Derrida e na teoria lacaniana. O novo enfoque se funda no privilégio do momento da articulação política e concebe a hegemonia como prática articulatória. Para se situar firmemente no campo da articulação, os autores assumem uma perspectiva ontológica distinta da encontrada no marxismo, que concebe a sociedade como totalidade que determina todo tipo de arranjo estrutural através de suas leis internas. Em contraposição, eles consideram a abertura do social como constitutiva, como “essência negativa” do existente. Não existe um espaço suturado que possa ser concebido como “sociedade”, uma vez que o social carece de essência (Laclau e Mouffe, *Ibid.*, p. 132).

Como o caráter fixo de todo elemento social nas primeiras teorizações do conceito de hegemonia derivava do vínculo indissolúvel existente entre a tarefa hegemônica e a classe que era pressuposta como seu “agente natural”, o desenvolvimento de uma noção adequada de articulação deve negar todo enfoque essencialista das relações sociais e afirmar o caráter precário de toda identidade social. Na medida em que a tarefa deixa de ter um vínculo necessário com uma classe, sua identidade lhe é dada tão somente por sua articulação no interior de uma formação hegemônica. Segundo Laclau e Mouffe (2010, p. 142), a radicalização do conceito de sobredeterminação, permite entender a lógica específica das articulações sociais. Althusser desenvolveu esse conceito com o intuito de romper com o essencialismo ortodoxo, a partir da crítica de todo tipo de fixação e do caráter incompleto, aberto e politicamente negociável de toda identidade. Oriundo da psicanálise, esse conceito foi concebido por Freud não como um mero processo de fusão ou mescla, mas como um tipo de “fusão” muito preciso, que pressupõe formas de reenvio simbólico e uma pluralidade de sentidos. A sobredeterminação se constitui no campo do simbólico e carece de toda significação fora dele. Althusser afirma que não há nada no social que não esteja sobredeterminado, cujo sentido potencial mais profundo é, para os autores, a asserção de que o social se constitui como ordem simbólica.

A sobredeterminação implica a presença de uns objetos em outros, que impede a fixação da identidade de qualquer um deles. O sentido de toda identidade está sobredeterminado justamente porque toda literalidade aparece constitutivamente subvertida. O caráter sobredeterminado das relações sociais implica que tanto a sociedade quanto os agentes sociais carecem de essência e que suas regularidades consistem apenas nas formas relativas e precárias de fixação que acompanham a instauração de uma certa ordem (Laclau e Mouffe, *Ibid.*, p. 134).

Como Althusser não conseguiu superar totalmente o essencialismo da tradição marxista e concebeu a economia como determinante em última instância, ele não considerou todas as implicações teóricas da noção de sobredeterminação. Laclau e Mouffe (2010, p. 142) radicalizam essa noção, incorporando o conceito de articulação para exprimir o caráter sobredeterminado das relações sociais e afirmando o caráter relacional de toda identidade. O caráter relacional significa que a identidade de um termo não está dada nele mesmo, mas depende da relação que ele estabelece com outros termos num sistema de diferenças.

Além disso, toda identidade é considerada instável e historicamente situada, na medida em que estruturas discursivas, inassimiláveis ou antagônicas, impedem o fechamento de uma totalidade. Uma vez que o pressuposto essencialista é abandonado, a articulação passa a ser concebida como uma prática discursiva, que não tem um plano de constituição a priori ou à margem dos momentos articulados. Laclau e Mouffe (2010, p. 142-3) definem a articulação como “toda prática que estabelece uma relação tal entre elementos que a identidade destes resulta modificada como resultado desta prática. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória a chamaremos de discurso”.

Segundo Burity (1997, p. 7-8), a categoria discurso tem por intuito ressaltar que toda configuração social é significativa e que o sentido de um dado evento social não está dado de antemão, não lhe é inerente, só aparece num sistema de relações. Esse sistema de relações que dá sentido ao objeto seria o discurso. Laclau e Mouffe (2010, pp. 143-5) ressaltam que, apesar de atribuírem à sua concepção de formação discursiva um tipo de coerência interna muito próxima à da elaborada por Foucault, de regularidade na

dispersão, distanciam-se deste último na distinção que ele faz entre práticas discursivas e extra-discursivas. Para eles, todo objeto se constitui como objeto do discurso e nenhum objeto se dá à margem de toda superfície discursiva de emergência. Nas palavras de Burity (1997, p. 7), “ambas as dimensões, palavras e ações, fazem parte de uma configuração mais ampla que lhes dá sentido e estabelece as relações entre elas – um jogo de linguagem no sentido wittgensteiniano, um discurso”.

Nesse sentido, Laclau e Mouffe (2010, p. 148) afirmam o caráter material de toda estrutura discursiva. Com relação aos marxistas que afirmam que a primazia do discursivo colocaria em questão o materialismo, os autores sugerem que eles dêem uma olhada nos textos de Marx, especificamente em *O Capital*. Eles afirmam que, na sua análise da forma valor, Marx apresenta a lógica do processo de produção de mercadorias, que fundamenta a acumulação capitalista, como uma lógica estritamente social, que só se impõe mediante o estabelecimento de uma relação de equivalência entre objetos materialmente distintos. Os autores concebem o discurso como um sistema de identidades diferenciais, que só existe como limitação parcial de um “excesso de sentido” que o subverte. Esse “excesso”, denominado como campo da discursividade, é inerente a toda prática discursiva e corresponde ao terreno necessário de constituição de toda prática social. O campo da discursividade determina o caráter discursivo de todo objeto e impede que um discurso determinado realize uma sutura última.

Apesar da impossibilidade de fixação de um sentido, o social só existe como esforço de produzir este objeto impossível através de fixações parciais de sentido, que se pretendem totais, pois sem isso não há possibilidade de um fluxo de diferenças nem mesmo como diferir ou subverter um sentido. Desse modo, o discurso se constitui com o intuito de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças e constituir um centro. Os pontos discursivos privilegiados na fixação parcial de sentido são denominados pontos nodais. Laclau e Mouffe (*Ibid.*, p. 154) apontam que “a prática da articulação consiste, portanto, no caráter parcial dessa fixação; e o caráter parcial dessa fixação procede da abertura do social, resultante por sua vez do constante extravasamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade”.

É nesse sentido que a categoria de sujeito, no sentido usual, é substituída pelos autores como posições de sujeito no interior de uma estrutura discursiva, e se contrapõe diretamente ao pressuposto da unificação em torno de um sujeito "transcendental" e ao privilégio da classe operária, cuja unidade estaria garantida pelos interesses comuns determinados pela posição dos indivíduos nas relações de produção. A categoria de sujeito está penetrada pelo mesmo caráter polissêmico, ambíguo e incompleto que a sobredeterminação acorda a toda identidade discursiva, de modo que é impossível fixar totalmente sua identidade em um sistema de diferenças.

Laclau e Mouffe (Ibid., p. 179) destacam, ainda, que o momento articulatório não é suficiente para caracterizar uma relação como hegemônica, pois é preciso que a articulação se verifique através de um enfrentamento com práticas articulatórias antagonônicas. A centralidade do antagonismo neste enfoque deve-se ao fato de que ele fecha toda possibilidade de uma reconciliação final e de um nós plenamente inclusivo; a ideia de uma esfera pública sem exclusões, dominada pela argumentação racional, constitui uma impossibilidade conceitual. Tal como Lefort, os autores consideram o conflito e a divisão necessários à formação de uma política democrática e plural.

Para Laclau e Mouffe (Ibid., p. 168), o antagonismo não corresponde nem a uma contradição lógica nem a uma oposição real, como foi amplamente difundido no pensamento marxista. Segundo eles, a impossibilidade de assimilar os antagonismos tanto à oposição real como à contradição lógica se deve ao fato de que ambas são relações objetivas, entre objetos conceituais, no segundo caso, e entre objetos reais, no primeiro. Nos dois casos, a relação se estabelece entre identidades plenas. No caso da contradição, o fato de "A" ser plenamente "A" faz de "Não-A" uma contradição e, por conseguinte, uma impossibilidade. Do mesmo modo, no caso da oposição real, é porque "A" é plenamente "A" que sua relação com "B" produz um efeito objetivamente determinável.

Segundo os autores, a noção de antagonismo implica que a relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade de constituição das mesmas. A presença do Outro impede a constituição plena do eu. Por outro lado, a força que antagoniza também não se constitui como presença plena, mas apenas como símbolo do não-ser. Portanto, a dificuldade de

definir o antagonismo se deve ao fato de que ele escapa à possibilidade de ser apreendido pela linguagem, na medida em que a linguagem só existe como tentativa de fixar aquilo que o antagonismo subverte. O antagonismo, longe de ser uma relação objetiva, constitui os limites de toda objetividade social; a experiência do limite do social e sua impossibilidade de se constituir plenamente, uma vez que nunca consegue instituir a sociedade como um sistema objetivo e fechado de diferenças.

O limite do social deve dar-se no interior mesmo do social, como algo que destrói a sua aspiração de se constituir como presença plena. Nesse sentido, o antagonismo se constitui como presença a partir da construção discursiva de uma cadeia de equivalência que subverte a especificidade de cada posição diferencial e a possibilidade de uma presença plena, uma vez que essa última pressupõe a existência de um espaço fechado no qual cada posição diferencial é fixada como momento específico e insubstituível (Laclau e Mouffe, *Ibid.*, p. 170).

Na relação de equivalência, todas as diferenças são anuladas devido à centralidade do antagonismo, que busca tornar idênticas todas elas e que não pode ser construído positivamente. Assim, ela é representada de forma indireta pela equivalência de seus momentos diferenciais. A lógica de equivalência corresponde a uma simplificação do espaço político em dois campos antagônicos e inconciliáveis, enquanto a lógica da diferença tende a expandir e complexificar este espaço. Como todos os traços diferenciais de um pólo foram dissolvidos através de sua referência negativa equivalencial a outro pólo, cada um deles mostra o que não é (Laclau e Mouffe, *Ibid.*, pp. 171-4).

Portanto, através da equivalência, certas formas discursivas anulam a positividade de um objeto e dão uma existência real à negatividade enquanto tal. A condição de expansão da negatividade própria dos antagonismos é a produção dos efeitos de fronteiras, que deixam de se fundar em uma separação evidente e dada, e a produção mesma desse marco passa a ser considerado como o primeiro problema político, que possibilita a constituição das identidades que vão se enfrentar numa relação antagônica. Os efeitos de fronteira ampliam imensamente o campo das práticas articulatórias e recompositivas e torna toda fronteira ambígua e instável, submetida a constantes deslocamentos (Laclau e Mouffe, *Ibid.*, p. 179).

Segundo Laclau e Mouffe (2010, p. 13-4), a dialética que se estabelece entre a lógica da diferença e a lógica da equivalência possibilita a universalidade da relação hegemônica, concebida de maneira bem particular e específica, uma vez que o vínculo hegemônico transforma a identidade dos sujeitos. Ela consiste na existência de um particular que se universaliza, transcendendo a sua realidade e os seus interesses para representar um grupo mais amplo. Nesse contexto, a hegemonia é definida como um tipo de relação em que uma particularidade assume a representação de uma universalidade inteiramente incomensurável com a particularidade em questão. Conseqüentemente, essa universalidade está em constante tensão com a particularidade e é sempre reversível. Os autores sublinham que este tipo de universalidade hegemônica é a única que a comunidade política pode alcançar.

A teoria da hegemonia desenvolvida por Laclau e Mouffe apresenta vários pontos de continuidade com o pensamento de Gramsci. As duas abordagens privilegiam o momento da articulação política e concebem as relações sociais em torno da disputa pela hegemonia. Em ambas as perspectivas há um reconhecimento de que a hegemonia não pode ser exercida sobre toda a sociedade.

Alguns conceitos da análise gramsciana são radicalizados por Laclau e Mouffe (Ibid., p.180) numa direção que vai além do pensamento de Gramsci, como, por exemplo, a noção de “crise orgânica”, que é concebida pelos autores como “uma conjuntura em que se dá um debilitamento generalizado do sistema relacional que define as identidades de um certo espaço social ou político e que, em consequência, conduz à proliferação de elementos flutuantes”. Essa crise é resultante de uma sobredeterminação de circunstâncias e se manifesta em uma proliferação dos antagonismos, bem como em uma crise generalizada das identidades. O conceito gramsciano de “bloco histórico” é concebido na nova análise como “um espaço social e político relativamente unificado através da instituição de pontos nodais e da constituição de identidades tendencialmente relacionais” (Laclau e Mouffe, idem).

O laço que une os distintos elementos do bloco histórico é denominado de “formação discursiva” e na medida em que o bloco histórico é concebido do ponto de vista do campo antagônico em que se constitui é denominado

de “formação hegemônica”. Do mesmo modo, o conceito gramsciano de “guerra de posição” ganha toda sua significação ao se pensar o fenômeno de fronteiras como condição para o estabelecimento de uma relação hegemônica. Segundo Laclau e Mouffe (Ibid., p. 180), Gramsci introduz uma ambigüidade radical no social com esse conceito, que impede a fixação de qualquer significado transcendente. Em primeiro lugar, porque ele confirma a impossibilidade de fechamento do social, já que a fronteira é interna ao social e é impossível subsumir a formação social como referente empírico nas formas inteligíveis de uma sociedade. Ademais, a identidade dos atores também muda no processo de enfrentamento e mudança na fronteira, e não é possível buscar nela uma âncora, dada por uma totalidade superada.

Por outro lado, o conceito de guerra de posição supõe a divisão do espaço social em dois campos e a articulação hegemônica como uma lógica de mobilidade da fronteira que os separa. Contudo, Laclau e Mouffe (Ibid., p. 181) destacam que essa separação em dois campos não pode ser concebida aprioristicamente, ela pode ser, em certos casos, um dos efeitos resultantes da luta hegemônica; do contrário, o terreno em que a articulação hegemônica opera não seria ele mesmo produto dessa articulação.

Nesse sentido, os autores se distanciam de Gramsci em dois pontos chave, considerados como os dois elementos finais de essencialismo do pensamento gramsciano: com relação ao plano de constituição dos sujeitos hegemônicos, que para Gramsci remete necessariamente ao plano das classes fundamentais, e com relação à unicidade do centro hegemônico, pois Gramsci considera que, com exceção dos períodos de crise orgânica, toda formação social se estrutura em torno de um centro hegemônico. Disso decorre que a hegemonia passa a ser considerada como um tipo de relação política, mas não tem uma localização precisa no campo da topografia do social e pode haver uma variedade de pontos nodais hegemônicos em uma formação social determinada (Laclau e Mouffe, Ibid., p. 183).

3.3 Do sujeito à posição de sujeito

A terceira fase do desenvolvimento intelectual de Laclau e Mouffe é marcada pela influência de Slavoj Žižek, principalmente a sua noção lacaniana

de sujeito. Zizek afirma que Laclau e Mouffe, em *Hegemonia e Estratégia Socialista*, falharam na teorização da falta constitutiva do sujeito antes da sua subjetivação no nível das posições de sujeito. Segundo o autor, a identidade negada pela presença de uma força antagônica é sempre já negada, de modo que o antagonismo constitui uma negação da negação. Nesse sentido, o antagonismo social não nega uma identidade plenamente realizada, mas, ao contrário, nega um sujeito “rachado” que está tentando se estabelecer como identidade plena através de atos de identificação. Essa lacuna impossibilita a Laclau e Mouffe perceberem o trabalho atual da ilusão ideológica que orienta as lutas políticas por emancipação. A ilusão ideológica faz crer que depois da eventual aniquilação do inimigo, considerado responsável pelo bloqueio de uma identidade específica, é possível alcançar uma identidade plena. Entretanto, essa crença não passa de uma ilusão, uma vez que a força antagônica meramente confronta a identidade com seu próprio bloqueio. A ilusão ideológica é possível através da externalização da falta constitutiva do sujeito com a presença de forças antagônicas (Torfing, 1999, p. 52).

Em *Novas reflexões sobre a revolução do nosso tempo*, Laclau (1993) aceita a crítica de Zizek e introduz a categoria de deslocamento no seu enfoque teórico para pensar o lugar do sujeito. O autor afirma, em primeiro lugar, que o antagonismo implica a presença de um “exterior constitutivo”, que bloqueia a identidade do “interior” e que é, ao mesmo tempo, a condição de sua constituição. A dimensão de negatividade própria do antagonismo é constitutiva das relações sociais. Através do antagonismo, torna-se evidente o caráter contingente de toda objetividade, pois, à medida que uma força antagônica ameaça a existência de uma identidade, ela mostra a sua radical contingência³⁵.

Segundo Laclau (*Ibid.*, p. 37), a contingência não implica um conjunto de relações externas e puramente aleatórias entre as identidades, mas a impossibilidade de fixar com precisão tanto as relações como as identidades. Isso porque há uma acidentalidade essencial que é constitutiva da identidade e

35 Segundo Torfing (1999, p. 51), a noção de contingência se distingue dentro do campo geral do acidental por envolver uma noção de finitude. Ela implica não apenas a impossibilidade de interpretar o objeto inteligível através da determinação de suas causas – que é o denominador geral de todas as formas de acidentalidade – mas também a noção de incompletude, como se através do evento acidental houvesse uma falha em constituir uma identidade plena.

faz com que esta última seja experienciada como incompleta. Tanto as identidades como suas condições de existência são contingentes e os acidentes mesmos passam a formar parte da identidade (Torfing, 1999, p. 52).

Disso decorre que as identidades são sempre relacionais e não se constituem plenamente. Como conseqüência, elas formam um todo inseparável com as suas condições de existência. Laclau (1993, p. 37) afirma que há uma peculiar dialética entre necessidade e contingência, já que a identidade depende inteiramente de condições de existência que são contingentes, sua relação com estas últimas é absolutamente necessária. Outra conseqüência é que o antagonismo assume dois papéis cruciais e contraditórios, já que, por um lado, ele bloqueia a plena constituição da identidade a que se opõe, mas, por outro lado, ele é parte das condições de existência daquela identidade. A relação entre bloqueio e afirmação simultânea de uma identidade é que o autor denomina como contingência, que introduz um elemento de radical indecibilidade em toda estrutura objetiva.

A noção de indecibilidade estrutural implica que toda decisão que desenvolve uma de suas possibilidades será contingente, ou seja, externa à estrutura, no sentido de que, apesar de ser possível a partir de uma estrutura, não é determinada por ela. Além disso, o agente dessa decisão contingente não é nem totalmente externo à estrutura, nem totalmente interno a esta última, posto que se autonomiza parcialmente com relação a ela, já que constitui o lócus de uma decisão que a estrutura não determina.

As decisões tomadas a partir da estrutura não apenas transformam e subvertem esta última, como também transformam a própria identidade dos agentes. Laclau (Ibid., p. 47) afirma que o sujeito é justamente a distância entre a estrutura indecidível e a decisão. Essa decisão tem um caráter fundante tão primário quanto o da estrutura a partir da qual é tomada. O autor destaca também que se a decisão tem lugar a partir de uma estrutura indecidível, a sua tomada implica a repressão de decisões alternativas, ou seja, a objetividade resultante de uma decisão se constitui como relação de poder. Esses elementos são fundamentais para se compreender a especificidade do político e sua primazia sobre o social no enfoque pós-marxista de Laclau e Mouffe.

Laclau (Ibid., p. 50) destaca, contudo, que se a negatividade, própria do antagonismo, não aparece sempre nas identidades e relações e, se o caráter

contingente e indecível do social muitas vezes permanecem ocultos, isso se deve ao fato de as relações sociais serem sedimentadas³⁶. A sedimentação implica um esquecimento do momento de instituição originária do social e um apagamento do seu caráter contingente. Desse modo, o instituído tende a assumir a forma de uma mera presença objetiva, e tanto a exclusão das possibilidades alternativas quanto sua dimensão de poder permanecem ocultas. Por outro lado, a reativação consiste justamente em mostrar a radical contingência da pretendida objetividade e as relações de poder a partir da qual essa objetividade se constituiu. Essa descoberta se torna possível a partir da emergência de antagonismos. Segundo Laclau (Ibid., pp. 51-2),

as formas sedimentadas da “objetividade” constituem o campo do que denominaremos “o social”. O momento do antagonismo, em que se faz plenamente visível o caráter indecível das alternativas e sua resolução através de relações de poder é o que constitui o campo do “político”.

A distinção entre o social e o político é constitutiva das relações sociais, de modo que tanto a ideia de uma sociedade em que o político foi inteiramente eliminado quanto a ideia de um ato de instituição política pura e total, sem o pano de fundo das práticas sedimentadas, são completamente inconcebíveis. A tentativa de fixar o sentido do social, através de práticas discursivas, tem como efeito ideológico o ocultamento dos antagonismos. Mas, tão logo surja um evento que desloque a estrutura, os antagonismos que estavam ocultos aparecem, o momento de indecibilidade estrutural se faz presente e possibilita a emergência do sujeito. Nesse sentido, a categoria de deslocamento assume um papel fundamental no enfoque teórico-político de Laclau e Mouffe.

O deslocamento resulta da disrupção de uma estrutura por forças antagonicas que operam fora dela. Como o exterior que desloca a estrutura não

36 Laclau (Ibid., p. 51) toma de Husserl a distinção entre sedimentação e reativação para pensar a lógica do social e a lógica do político, respectivamente. Para Husserl, a sedimentação consiste numa rotinização e esquecimento das origens, enquanto que a reativação consiste na recuperação da atividade constitutiva do pensamento.

tem uma medida comum com o seu interior, não se trata de um momento necessário na autotransformação da estrutura, mas do fracasso na constituição plena desta última. O sujeito é resultante da impossibilidade da estrutura de se constituir plenamente. Segundo Laclau (Ibid., p. 60), “o sujeito possui uma identidade estrutural falida”. Ele se autodetermina parcialmente, mas essa autodeterminação não expressa algo que o sujeito já é, mas a sua falta de ser, de modo que a autodeterminação procede de atos de identificação³⁷.

Nessa perspectiva, toda identidade é deslocada, uma vez que depende de um exterior que a nega, mas que, ao mesmo tempo, é sua condição de possibilidade. Por isso, os efeitos do deslocamento são sempre contraditórios, eles ameaçam as identidades e, ao mesmo tempo, estão na base de constituição de identidades novas. Laclau (1993, p. 56) destaca que a generalização das relações de deslocamento conduz a um tríplice efeito, do qual não se derivam apenas conseqüências negativas, mas também novas possibilidades de ação histórica. Em primeiro lugar, o tempo acelerado das transformações sociais e contínuas intervenções rearticulatórias, que decorrem dessas transformações, possibilitam uma consciência maior da historicidade do ser dos objetos.

Em segundo lugar, quanto mais a estrutura – entendida como estrutura discursiva – é deslocada, mais se expande o campo das decisões não determinadas por ela e, conseqüentemente, o papel do sujeito. Por fim, o deslocamento da estrutura é acompanhado pela construção de centros de poder, que possuem distintas capacidades de estruturação e irradiação e estão em luta entre si. Segundo o autor, como a estrutura é deslocada, ela não pode ter um centro e é, assim, constitutivamente descentrada. Isso não implica a simples ausência de um centro, mas a prática do descentramento através dos antagonismos. As diversas forças antagonicas tentam recompor a estrutura após o deslocamento, em torno de pontos nodais de articulação precisos. O centramento só é possível na medida em que há um deslocamento.

37 Na formulação de uma concepção de sujeito, os autores recorrem à análise freudiana do processo de identificação, na qual Freud destaca o investimento libidinal que opera na criação de identidades coletivas. Para uma análise da relação entre o processo de identificação e a emergência dos antagonismos ver Mouffe (2009).

É importante destacar que a reflexão em torno do deslocamento tem uma tradição interna ao marxismo e que a noção desenvolvida por Laclau (1993, p. 57) apresenta algumas semelhanças com essa tradição. Assim como no marxismo clássico, Laclau insiste nos desajustes e deslocamentos gerados pelo desenvolvimento capitalista. Além disso, ele acentua as possibilidades de ação histórica que derivam do deslocamento, tal como a teoria marxista, que percebia no deslocamento o eixo mesmo da estratégia política³⁸. Contudo, o autor se distancia da teoria marxista clássica, na medida em que esta atribui um sentido objetivo ao deslocamento, como parte de um processo cuja direção está sobredeterminada. Ademais, o sujeito da mudança é interior ao processo e está sobredeterminado pelo mesmo, de modo que ele é inteiramente absorvido pela estrutura. Na análise de Laclau (Ibid., p. 57), “o lugar do sujeito é o lugar do deslocamento”.

O sujeito resulta da impossibilidade da estrutura de se constituir plenamente. Essas diferenças refletem diretamente na concepção do projeto socialista defendida por Laclau e Mouffe. Enquanto o marxismo clássico percebia a possibilidade de superação da sociedade capitalista na simplificação da estrutura social e emergência de um agente privilegiado da mudança histórica, Laclau percebe a possibilidade de uma transformação socialista e democrática na proliferação de novos sujeitos que emergem da multiplicidade dos deslocamentos gerados pelo capitalismo contemporâneo, que criam uma pluralidade de novos antagonismos.

A categoria de deslocamento é central, na medida em que soluciona o problema da mudança histórica no enfoque de Laclau e Mouffe. Como os autores rejeitam o pressuposto marxista do desenvolvimento das forças produtivas como fundamento da história, da determinação da mudança pelas leis internas da economia capitalista, faz-se necessário explicar como, então, as mudanças são possíveis. Laclau (Ibid., p. 66) responde que essas resultam do deslocamento da estrutura, da disrupção da ordem simbólica por eventos que não podem ser representados ou domesticados por ela, que resultam da presença de forças antagônicas exteriores à estrutura.

38 As discussões em torno da “revolução permanente” e do “desenvolvimento desigual e combinado” de Marx e Trotsky se fundamentam nessa perspectiva.

É possível observar que a formação intelectual de Laclau e Mouffe se desenvolve a partir de um contínuo diálogo crítico com a tradição marxista. Os autores se inserem em uma tendência do pensamento marxista que tenta superar o seu viés essencialista. Como Laclau e Mouffe não conseguiram superar o último resíduo essencialista da tradição marxista numa primeira fase de seu desenvolvimento intelectual, eles se ancoram fortemente na corrente pós-estruturalista, num segundo momento de sua formação, como meio de dar continuidade à história do marxismo que busca desintegrar as formas de essencialismo e que foi interrompida desde Gramsci, devido aos efeitos do stalinismo. Desse modo, os autores traçam uma teoria da hegemonia, que embora se fundamente no arcabouço conceitual de Gramsci, vai muito além da teoria marxista, buscando desenvolver todas as implicações de uma concepção não essencialista das relações sociais.

O esforço dos autores não é decorrente apenas de um objetivo teórico, mas também político, na medida em que uma reflexão não economicista da economia permite pensar o lugar da política. Laclau e Mouffe mostram uma preocupação com as conseqüências políticas que derivam de uma concepção essencialista da história e dos agentes da ação histórica, do privilégio atribuído ao proletariado como classe universal. Como Laclau mostrou na sua análise do fascismo, a classe operária não conseguiu impedir a emergência do fascismo, uma vez que sua prática estava orientada pelo reducionismo de classe, o que dificultou a sua constituição como alternativa hegemônica popular ao conjunto das classes exploradas.

Laclau e Mouffe afirmam ainda que o essencialismo econômico presente no pensamento de Lênin também foi decisivo para o desenvolvimento de uma tendência autoritária, pois, na medida em que a hegemonia do proletariado se constitui a partir de uma aliança com as massas, o caráter necessário de classe do grupo hegemônico decorre de uma separação entre setores dirigentes e dirigidos, da exclusão das massas que ajudaram o proletariado na tomada do poder. Só nessa perspectiva é possível conceber que o proletariado, após se constituir como classe hegemônica, permaneça com a sua identidade de classe inalterada. Portanto, o enfoque teórico-po-

lítico de Laclau e Mouffe herda as preocupações teóricas do marxismo, no sentido de adaptar as categorias da teoria marxista à configuração social do capitalismo tardio, e as preocupações políticas, pensar uma estratégia socialista para as sociedades contemporâneas, sem cair nas armadilhas do totalitarismo. Os autores percebem na superação do essencialismo um passo fundamental nesse processo.

Mas na medida em que Laclau e Mouffe rompem com alguns elementos inerentes à teoria marxista, tais como a noção de classe do marxismo, sua análise do curso histórico do desenvolvimento capitalista, sua concepção do comunismo como sociedade transparente, da qual os antagonismos estariam ausentes, eles se situam em um terreno pós-marxista. Os autores afirmam que se o seu enfoque é pós-marxista, fortemente ancorado em tradições intelectuais externas e até mesmo opostas ao marxismo, é também pós-marxista, pois, é somente prolongando certas intuições e formas discursivas constituídas no interior do marxismo, inibindo e obliterando outras, que é possível desenvolver uma noção de hegemonia como instrumento útil na construção de um projeto político de radicalização da democracia (Laclau e Mouffe, 2010, p. 10). É importante analisar, portanto, qual o sentido do pós-marxismo, quais intuições e formas discursivas do marxismo são prolongadas no novo enfoque. Essa discussão será desenvolvida no próximo capítulo.

4 A (des) continuidade da tradição marxista no pós-marxismo de Laclau e Mouffe

No presente capítulo buscamos analisar de que maneira o marxismo permanece no pós-marxismo de Laclau e Mouffe, a partir da identificação de conceitos e formas discursivas da teoria marxista que são reelaborados pelos autores para compor o aparato conceitual do enfoque pós-marxista. Para tanto, serão analisados, sobretudo, aqueles trabalhos em que os autores apresentam seu novo enfoque, a saber, *Hegemonia e estratégia socialista* (2010) e *Novas reflexões sobre a revolução de nosso tempo* (1993).

O pós-marxismo de Laclau e Mouffe (2010, p. 8) surge em meados dos anos 1980 como uma tentativa de reapropriação da tradição marxista que, segundo os autores, havia chegado a um ponto morto em meados dos anos 1970, depois de um período excepcionalmente rico na década de 1960, que teve seu epicentro no althusserianismo e em um renovado interesse em Gramsci e nos teóricos da Escola de Frankfurt. Os limites de uma possível expansão do marxismo estavam ligados aos eventos que conduziram à sua “crise”, tais como as dificuldades de adequar as categorias marxistas às crescentes transformações da sociedade capitalista, e a crise de toda uma concepção de socialismo, decorrentes da observação da experiência dos

países socialistas. O viés essencialista predominante no pensamento marxista impedia a compreensão do caráter plural e multifacetado das novas lutas sociais que emergiam.

Nesse contexto, o pós-marxismo assume como objetivo teórico suprir as lacunas da teoria marxista, adequando as suas categorias à realidade do capitalismo contemporâneo. Por outro lado, a tentativa de restauração do marxismo tem um propósito político, pois os autores consideram que o empobrecimento da tradição marxista compromete a constituição de uma política radical. Desse modo, o pós-marxismo deveria oferecer um aparato teórico-político que orientasse as esquerdas na construção de um projeto hegemônico, já que esses partidos estavam desorientados com a crise do socialismo real e com a emergência de uma hegemonia neoliberal (Laclau, 1992).

Entretanto, os autores advertem que o seu modo de tratar a tradição marxista é muito diferente, pois se baseia na distinção husserliana entre “sedimentação” e “reativação”. Eles dissolvem o caráter aparentemente óbvio de certas categorias que estão sedimentadas na tradição e relocalam em foco o problema original para o qual elas constituem uma resposta. A reativação deve mostrar, portanto, a contingência originária daquelas sínteses que as categorias marxistas tentavam estabelecer. Nas suas palavras,

em lugar de aderirmos a noções tais como “classe”, a tríade de níveis (o econômico, o político e o ideológico) ou a contradição entre forças e relações de produção como fetiches sedimentados, o que tentamos foi reviver as pré-condições que fizeram possível sua operatividade e nos interrogarmos acerca de sua continuidade no mundo contemporâneo (Laclau e Mouffe, 2010, p. 8).

Por um lado, esta operação permitiu perceber que a tradição marxista era muito mais ambivalente e diversificada que a “história do marxismo” apresentada pelo marxismo-leninismo. O efeito teórico perdurável do leninismo foi um empobrecimento do campo da discursividade marxista. Enquanto ao final da Segunda Internacional os campos da discursividade marxista eram

bastante diversificados³⁹, após a divisão do movimento operário internacional e a reorganização de sua ala revolucionária em torno da experiência soviética houve uma descontinuidade deste processo criativo. Laclau e Mouffe (Ibid., p. 9) destacam que as discussões em torno das dificuldades de uma estratégia socialista no capitalismo tardio já estavam contidas, *in nuce*, no austromarxismo, mas tiveram pouca continuidade no período de entre-guerras, com exceção de Gramsci, que escrevia mesmo no cárcere.

Nesse sentido, o pós-marxismo está interessado na pluralidade de discursos que surgiram no interior da tradição marxista, principalmente aqueles que tinham por objetivo combater o seu essencialismo e objetivismo e responder às crescentes transformações da sociedade (Laclau, 1992, p. 144). Daí a ênfase na centralidade crescente que o conceito de hegemonia adquire no discurso marxista. Laclau e Mouffe desenvolvem uma nova abordagem da hegemonia, a partir do aparato conceitual elaborado por Gramsci, como tentativa de retomar a discussão sobre a estratégia socialista nas sociedades contemporâneas, interrompida na tradição marxista com a ascensão do stalinismo.

Por outro lado, a reativação das categorias marxistas à luz dos problemas contemporâneos conduz, necessariamente, à sua desconstrução, ou seja, ao deslocamento de algumas de suas condições de possibilidade e ao desenvolvimento de novas condições de possibilidade, que transcendem tudo aquilo que pode ser caracterizado como aplicação de uma categoria. O sentido da denominação “pós-marxismo” deriva dessa nova forma de habitar a tradição marxista, ancorada na Desconstrução. O pós-marxismo é entendido por Laclau e Mouffe (2010, p.10) como um processo de reapropriação de uma tradição intelectual, mas também como tentativa de ir além dela. A tarefa do pós-marxismo não pode ser encarada tão somente como uma tarefa interna do marxismo, posto que muitos dos antagonismos e problemas que são cruciais para as sociedades contemporâneas pertencem a campos de discursividade que são externos ao marxismo e que não podem ser conceitualizados em termos de suas categorias.

39 Segundo os autores, crescimento de diversos campos de discursividade pode ser percebido especialmente no austromarxismo, cujas discussões se estendiam desde o problema dos intelectuais até a questão nacional, das contradições internas do valor até a relação entre socialismo e ética.

Campos teóricos como a psicanálise, a lingüística estrutural e a filosofia analítica contribuem para a formação de um arcabouço teórico pós-marxista, que coloca em xeque o essencialismo, o objetivismo e o determinismo da tradição marxista. A desconstrução do marxismo fundamentada nessas novas correntes teóricas teve como desdobramento a crítica da sociedade como totalidade, a centralidade da noção de discurso e a afirmação do caráter relacional de toda identidade no enfoque pós-marxista (Burity, 1997). Laclau (1993) destaca também que a desconstrução da história do marxismo, em *Hegemonia e Estratégia Socialista*, tinha por objetivo apresentar um projeto de democracia radicalizada.

Entretanto, resta saber qual o lugar da tradição marxista num enfoque teórico-político que afirma reapropriar essa tradição a partir de uma perspectiva desconstrucionista, de um arcabouço teórico fortemente marcado pelas novas correntes de pensamento e por uma postura ontológica e epistemológica que colide diretamente com o marxismo. Laclau e Mouffe (2010, p. 29) afirmam que sua aproximação aos textos marxistas constitui “uma tentativa de resgatar sua pluralidade e as numerosas seqüências discursivas que constituem sua trama e sua riqueza, e que são a garantia de sua perduração como ponto de referência da análise política”.

Na transição para o pós-marxismo, os autores tentam prolongar certas intuições e formas discursivas constituídas no interior do marxismo, inibindo outras e radicalizando algumas delas com o intuito de repensar a estratégia socialista nas sociedades contemporâneas como projeto de democracia radical e plural. Neste capítulo, tentaremos identificar quais as formas discursivas são prolongadas e permanecem na transição para o pós-marxismo, quais são abandonadas e de que maneira a radicalização de algumas categorias permitem retomar a discussão sobre a possibilidade de instauração de uma sociedade socialista. A partir desta análise, é possível pensar o lugar da tradição marxista no pós-marxismo de Laclau e Mouffe. Em *Pós-marxismo sem pedido de desculpas*, Laclau e Mouffe (1993) destacam os três pontos fundamentais da teoria marxista que devem ser desenvolvidos para se pensar um novo enfoque de análise social e política: o materialismo, o antagonismo e a noção de hegemonia como meio de repensar a estratégia socialista.

4.1 Materialismo

O primeiro ponto é de natureza filosófica e se relaciona com o caráter parcial do materialismo de Marx. Segundo Laclau e Mouffe (1993, p. 125), Marx dá um importante passo no desenvolvimento do materialismo ao afirmar que as ideias não constituem um mundo fechado que se auto-reproduz, mas estão enraizadas no conjunto das relações materiais da sociedade. O materialismo de Marx está ligado ao seu relacionismo radical, que permite acentuar o caráter relacional, histórico e precário do mundo das formas. De acordo com os autores, o mérito do materialismo de Marx foi mostrar que o sentido de toda realidade humana deriva de um mundo de relações sociais muito mais vasto do que se havia percebido até então. Contudo, o seu movimento em uma direção relacionista é débil, uma vez que Marx apenas inverte a lógica hegeliana.

Segundo Laclau e Mouffe (Ibid., p. 121), o que distingue o idealismo do materialismo é a sua afirmação do caráter em última instância conceitual do real. O idealismo aparece de maneira mais desenvolvida e coerente na obra de Hegel, que afirma que todo real é racional. Desse modo, o idealismo, no sentido que se opõe ao materialismo e não ao realismo, não afirma que não existam objetos externos à mente, mas que a natureza mais profunda destes objetos é idêntica à da mente, isto é, que é em última instância pensamento⁴⁰. Mesmo Platão e Aristóteles identificaram a realidade última de um objeto com a sua forma, isto é, com algo universal e conceitual, que pode ser também aplicado a outros objetos. O elemento que não pode ser subsumido a uma categoria universal é considerado incognoscível e irracional. Os filósofos antigos denominavam este último resíduo irreduzível ao pensamento como matéria. E foi precisamente esse resíduo que foi eliminado pelo idealismo absoluto de Hegel, que afirmou a racionalidade completa do real. A forma se torna, ao mesmo tempo, o princípio organizador da mente e a realidade última do objeto.

Nesse sentido, os autores afirmam que muito do que se denominou como “materialismo” é em boa parte idealista. A obra de Marx constituiria

40 Laclau e Mouffe (Ibid., p. 120) destacam que há uma tendência de confundir as discussões sobre a distinção entre materialismo e idealismo com a distinção entre idealismo e realismo. Essa segunda distinção diz respeito à existência ou não de um mundo de objetos externos ao pensamento.

apenas o começo de um movimento na direção do materialismo, na medida em que ele permanece, em certo sentido, claramente dentro do campo idealista, ou seja, dentro da afirmação final da racionalidade do real. Como afirma Bottomore (1988, p. 205), “a cognoscibilidade potencial do mundo tal como é, independente e anterior ao sujeito humano, é considerada, pelo marxismo, como essencial à visão materialista do mundo”. Ao afirmar que a lei de movimento da história não é determinada pelo curso das ideias na mente dos homens, mas pela contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, Marx não supera o idealismo, uma vez que o que é idealista é a ideia de que há uma lei final de movimento que pode ser conceitualmente apreendida. Nas palavras de Laclau e Mouffe (1993, p. 122),

afirmar a transparência final do real ao conceito é o mesmo que afirmar que o real é “forma”. Por esta razão, as tendências mais deterministas dentro do marxismo são também as mais idealistas, já que baseiam suas análises e previsões em leis inexoráveis que não são imediatamente legíveis na superfície da vida histórica; elas devem basear-se na lógica interna de um modelo conceitual fechado e transformar esse modelo na essência (conceitual) do real.

Para Laclau e Mouffe (Ibid., p. 123), todo movimento que busca se distanciar do idealismo deve debilitar sistematicamente as pretensões da forma de esgotar a realidade do objeto, ou seja, das pretensões que Heidegger e Derrida chamaram de “metafísica da presença”. A perspectiva desconstrucionista não separa o pensamento da coisa, mas a forma da ausência de forma ou do indefinido, em cada um deles. Nessa perspectiva, os autores tentam reformular o materialismo de uma maneira radical, aprofundando o caráter relacional do pensamento de Marx, a partir da Teoria do Discurso. Esta tentativa constitui um primeiro sentido do seu pós-marxismo. A concepção do espaço social como espaço discursivo e a ideia de que, apesar do objeto possuir uma existência física independente, o seu sentido só se constitui no interior das relações sociais, conduz à ideia de que o “ser” dos objetos é diferente de sua “existência” e que os objetos nunca se dão como

mera “existência”, mas sempre articulados dentro de totalidades discursivas. Como nenhuma totalidade discursiva é inteiramente autocontida, uma vez que há sempre um exterior que lhe impede de se constituir plenamente, a forma e a essência dos objetos estão penetradas por uma instabilidade e precariedade básicas, que constituem sua mais essencial possibilidade. É neste sentido que a Teoria do Discurso se constitui como ponto de partida para abandonar o idealismo e reformular o materialismo.

Os autores estendem a noção da linguagem de Saussure e Wittgenstein, como um sistema de diferenças em que a identidade dos objetos é puramente relacional, para o conjunto das estruturas sociais. Isto não significa que tudo seja linguagem, no sentido restritivo de fala ou escrita, mas que a estrutura relacional ou diferencial da linguagem caracteriza todas as estruturas significativas. Portanto, se toda identidade é diferencial, o sistema de diferenças não pode ser fechado, mas é exposto à ação de estruturas discursivas externas, que tornam a identidade instável. Essa noção de identidade impossibilita atribuir ao “ser” dos objetos uma essência fixa e permite o debilitamento da forma. Nas palavras de Laclau e Mouffe (Ibid., p. 124), “os homens constroem socialmente seu mundo, e é através dessa construção – sempre precária e incompleta – que eles dão às coisas seu ser”.

Nesse sentido, surge uma terceira oposição entre idealismo e materialismo, em que um mundo de formas fixas que constituiria a realidade última do objeto, pressuposto do idealismo, é colocado em xeque pelo caráter relacional, histórico e precário do mundo das formas, que constitui e caracteriza o materialismo de Laclau e Mouffe. Os autores defendem que não há possibilidade de eliminar o hiato entre “realidade” e “existência”. Desse modo, idealismo e materialismo clássicos podem ser considerados como duas variantes de um essencialismo ou todo essencialismo pode ser considerado idealismo, uma vez que reduz o real ao conceito. O materialismo é apresentado como uma categoria que engloba as várias tentativas de romper com esta subordinação (Laclau e Mouffe, Ibid., p. 125).

Nessa perspectiva, o esforço de Marx constitui apenas um momento de transição na superação do idealismo. Por um lado, os autores afirmam que um possível modo de entender a incorporação das ideias nas condições materiais da sociedade seria em termos de totalidades discursivas. O

“Estado” ou as “ideias” não seriam, portanto, entidades autoconstituídas, mas “diferenças” no sentido saussuriano, que constituem suas identidades relacionalmente com outras diferenças, como “forças produtivas”, “relações de produção” etc. Segundo Laclau e Mouffe (*idem*),

o progresso “materialista” de Marx seria ter mostrado que a área das *diferenças* sociais que constitui as totalidades significantes é muito mais ampla e profunda do que até então se havia suposto; que a reprodução material da sociedade é também uma parte das totalidades discursivas que determinam o sentido das formas mais ‘sublimes’ da vida política e intelectual (Grifo do autor).

Esse modo de interpretar o materialismo de Marx permite superar os problemas relacionados à relação base-superestrutura, pois se as identidades são puramente diferenciais, a presença de cada uma delas envolve a presença de outras, de modo que não é possível desenvolver nenhuma teoria causal acerca da eficácia de um elemento sobre os outros. Por outro lado, o relacionismo radical de Marx é traduzido imediatamente em termos idealistas, quando ele afirma que não é a consciência do homem que determina seu ser, mas o ser social determina a consciência. Tal afirmação pode ser lida como a reintegração da consciência à existência e como a existência social determina a consciência, esta última não pode ser vista como parte da existência social. Para os autores, toda tentativa de superar o hiato existente entre realidade e existência, bem como de identificar a essência do ser, seja no âmbito das ideias ou no âmbito da vida material, constitui uma forma de essencialismo e, portanto, de idealismo.

O pós-marxismo aprofunda o momento relacional que Marx não poderia desenvolver mais a partir de uma matriz hegeliana e, em todo caso, própria do século XIX. É só a partir da contribuição da psicanálise, que afirma que a ação do inconsciente torna toda significação ambígua, da lingüística estrutural e da transformação do pensamento que solapou toda forma de essencialismo que é possível reformular o programa materialista de um modo muito mais radical do que seria possível para Marx. A Teoria do Dis-

curso desenvolvida por Laclau e Mouffe (Ibid., p. 145), a partir dessas correntes de pensamento, permite destacar a radical historicidade do ser, o caráter puramente humano da verdade, e a concepção do mundo como uma construção puramente social dos homens, que não está fundada em nenhuma necessidade externa a ela mesma.

4.2 Antagonismo

A afirmação de que o desenvolvimento histórico pode ser racionalmente apreendido e é, portanto, forma, também impede o desenvolvimento de todas as implicações decorrentes da compreensão de Marx do papel da luta e da negatividade na constituição do social. Laclau e Mouffe (*idem*) destacam que o grande mérito da teoria marxista foi o de iluminar as tendências fundamentais do capitalismo, apontando os antagonismos gerados por este sistema. Contudo, no mesmo momento em que a visão marxista da história se abre para uma compreensão mais profunda do papel do antagonismo na constituição das relações sociais, ela dá um passo atrás e tenta integrar essa compreensão a uma teoria da positividade do social, denominada por Heidegger e Derrida como “metafísica da presença” (Laclau, *Ibid.*, p. 33).

O autor destaca que, enquanto no *Manifesto Comunista*, Marx afirma que a luta de classes é o motor da história, no *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*, a luta de classes está inteiramente ausente e a história é determinada pela contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. A teoria de Marx não integra logicamente estes dois momentos e atribui à contradição *forças produtivas/ relações de produção* a determinação em última instância da mudança social. A dualidade *forças produtivas/relações de produção* seria uma contradição sem antagonismo. Tal dualidade é uma contradição no sentido estrito do termo, na medida em que a continuidade da expansão das forças produtiva além de certo ponto do desenvolvimento das relações de produção constitui uma impossibilidade lógica, que se traduz no colapso mecânico do sistema.

Contudo, da impossibilidade de se expandir o sistema econômico além de certo ponto e do seu conseqüente colapso não se segue que esse colapso resulte de um enfrentamento entre grupos. O *Prefácio* pressupõe

um período de revolução social e o caráter antagônico das relações de produção, mas não integra a luta de classes ao modelo geral da mudança histórica. A luta de classes constitui um antagonismo sem contradição (Laclau, *Ibid.*, pp. 22-3).

A afirmação do caráter racional e positivo da história depende da redução da luta de classes a um momento interno do desenvolvimento endógeno das forças produtivas, uma vez que considerar esses dois momentos como independentes implicaria admitir que a história depende de uma relação contingente de poder entre os dois momentos. Como consequência, a unidade dialética da história seria colocada em questão e as relações entre luta de classes e desenvolvimento das forças produtivas deixariam de estar fixadas a priori. Não haveria possibilidade de considerar a contradição entre forças produtivas e relações de produção como fundamento da história, posto que esta última teria sempre algo constitutivamente exterior a si mesma (Laclau, *Ibid.*, p. 23).

Para garantir o caráter racional da história, a teoria marxista deve mostrar que o antagonismo inerente às relações de produção é uma contradição e que esse antagonismo – ou essa contradição, para manter o sentido atribuído por Marx – é inerente às relações de produção. Isso porque a forma dialética da contradição assegura que o antagonismo seja concebido como movimento interno do conceito e não como relação contingente de poder entre os seus dois pólos. Ademais, a consideração de que as relações de produção são intrinsecamente antagônicas garante que a forma “racional” do processo histórico não tenha nada exterior a si mesmo, que não possa ser reduzido à manifestação de seu desenvolvimento endógeno.

Contudo, segundo Laclau (*Ibid.* p. 24), o antagonismo entre trabalho assalariado e capital não implica necessariamente contradição, uma vez que esta última se dá no campo da lógica e, o antagonismo, na sua concepção, constitui-se no campo discursivo. Enquanto a contradição hegeliana sugere que o movimento dialético do conceito determina suas formas subsequentes, a concepção de antagonismo de Laclau e Mouffe tenta superar todo pressuposto idealista e toda estrutura pré-dada no nível material. Para os autores, o antagonismo é uma construção discursiva e a sua resolução depende inteiramente de uma história factual e contingente.

O antagonismo foi concebido pelo marxismo da Segunda Internacional como inerente à forma das relações de produção, como alternativa para se pensar a relação entre o colapso automático do capitalismo e a ação da classe operária em sua derrocada. Se o antagonismo não conduz por si mesmo à abolição das relações de produção, já que este desfecho histórico depende do desenvolvimento das forças produtivas, ele pode fazê-lo na medida em que a expansão das forças produtivas tenha tornado as relações de produção obsoletas (Laclau, *Ibid.*, p. 25).

Entretanto, o autor afirma que o fundamento teórico dessa relação depende da redução dos agentes sociais concretos às categorias econômicas de comprador e vendedor da força de trabalho. Para mostrar que as relações de produção são intrinsecamente antagônicas seria necessário demonstrar que o antagonismo surge logicamente da relação entre essas categorias. Mas é só se o operário resiste à extração de mais valia que a relação passa a ser antagônica; e não há nada na categoria vendedor da força de trabalho que sugira que essa resistência é uma conclusão lógica. O conflito não é interno às relações de produção, nas quais o trabalhador só conta como vendedor da força de trabalho, mas se estabelece entre as relações de produção e a identidade do trabalhador que é exterior às mesmas.

Laclau e Mouffe (1993) consideram este exterior constitutivo inerente a toda relação antagônica. Segundo eles, o modo e a intensidade do antagonismo dependerão do modo que o agente social está constituído fora das relações de produção. A percepção por parte dos operários de seu lugar no mundo depende de sua participação em uma variedade de esferas da sociedade e de certa consciência dos seus direitos.

Portanto, é possível compreender a dificuldade da teoria marxista de integrar estas duas lógicas da história, uma fundada na contradição *forças produtivas/ relações de produção* e a outra na centralidade da luta de classes, e a constante tensão entre ambas na história do marxismo. A concepção do caráter constitutivo do antagonismo implica a negação do desenvolvimento das forças produtivas como fundamento racional da história, ou mesmo da história como estrutura inteligível que pode ser apreendida racionalmente, uma vez que os antagonismos são considerados como

resultantes de relações de poder entre forças que não podem ser submetidas a nenhum tipo de lógica unificada (Laclau, 1993, p. 26).

Ao invés de reabsorver o elemento de negatividade próprio do antagonismo em uma positividade de ordem superior que o reduz a mera aparência, como na teoria marxista, o pós-marxismo de Laclau e Mouffe concebe a negatividade como constitutiva do social, o que impossibilita a instituição de qualquer objetividade. Nesse sentido, o pós-marxismo radicaliza a noção de antagonismo da teoria marxista e busca encarar todas as conseqüências dessa concepção. Uma delas é o reconhecimento da contingência que penetra radicalmente a identidade dos agentes sociais. Como a objetividade é sempre ameaçada por um exterior constitutivo, é no nível da história factual e contingente onde se revelam as condições de qualquer objetividade que possa existir (Laclau, *Ibid.*, p. 39).

É importante destacar que a noção de antagonismo de Laclau e Mouffe difere tanto da ideia de contradição lógica quanto da ideia de oposição real, ambas as concepções amplamente difundidas na tradição marxista. Como Laclau e Mouffe (2010, p. 165) mostraram, Marx concebeu o antagonismo como contradição lógica, entretanto, Colletti afirma que essa concepção não passa de uma lamentável confusão, visto que ela insere uma lógica idealista que reduz a realidade ao conceito ao introduzir a contradição no seio do real. A noção de antagonismo como contradição seria incompatível com uma filosofia materialista como o marxismo. Numa tentativa de superar o idealismo, Colletti reinterpreta o antagonismo como oposição real, que tem lugar no campo dos objetos reais.

Contudo, os autores destacam que nem a contradição nem a oposição dão conta da realidade específica dos antagonismos sociais visto que ambas constituem relações objetivas, a primeira entre objetos conceituais e a segunda entre objetos reais, enquanto as relações antagônicas revelam os limites de toda objetividade. Como foi discutido no capítulo anterior, a relação de contradição e de oposição se estabelece entre identidades plenas. Já na concepção de Laclau e Mouffe, a relação antagônica não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade de constituição das mesmas. A presença de uma força antagônica impede que uma identidade se constitua plenamente. A força antagônica, por sua vez, também não possui uma identidade plena.

A tarefa de retomar e aprofundar a discussão sobre o papel fundamental do antagonismo, que já havia sido identificada e trabalhada de maneira parcial pela teoria marxista, coloca-se no centro do enfoque pós-marxista. Isso porque os efeitos deslocatórios do capitalismo são bem mais profundos atualmente do que no tempo de Marx. Apesar disso, os autores destacam que há uma tendência de excluir a noção de antagonismo tanto dos discursos políticos da esquerda como no campo da teoria social contemporânea.

O desaparecimento do antagonismo do discurso da esquerda é decorrente do colapso do modelo soviético e do descrédito da própria ideia de socialismo. Segundo os autores, com a queda do comunismo na URSS, a social-democracia entrou em crise, ao invés de ser revitalizada, e não houve uma reformulação do projeto socialista, mas o triunfo do neoliberalismo, cuja hegemonia passou a ser tão generalizada que influenciou a própria identidade da esquerda. Desse modo, o projeto de esquerda mergulhou em uma profunda crise e muitos dos partidos de esquerda passaram a se redefinir como de “centro-esquerda”. A tese básica sustentada pelo que se convencionou chamar de “terceira via” é que,

a queda do comunismo e as transformações sócio-econômicas ligadas ao advento de uma sociedade informática e aos processos de globalização conduziram à desaparecimento dos antagonismos sociais. Uma política sem fronteiras resultaria agora possível – uma “win-win politics” -, fundada em soluções que favoreceriam a todo mundo. Isto significa que a política já não se estruturaria mais em torno da divisão social e que os problemas políticos tinham passado a ser meramente técnicos (Laclau e Mouffe, *Ibid.*, p. 15).

Ulrich Beck e Anthony Giddens se apresentam como os teóricos dessa nova política. Eles afirmam que vivemos na era da “modernização reflexiva”, o que implica que o modelo adversarial da política perdeu toda a sua validade. A política deve se concentrar nos problemas da “vida”, ser geradora e permitir que os distintos grupos realizem os seus objetivos. A democracia é concebida como forma de um diálogo em que as controvérsias são resolvi-

das escutando-se a uns e outros. O enfoque pós-marxista se distancia dessa postura teórica, que também pode ser observada em Habermas e no seu projeto de radicalização da democracia, posto que para Laclau e Mouffe (2010, p. 16) a radicalização da democracia nunca tem lugar em um terreno neutro. A concepção da democracia como uma simples competição que tem lugar em um terreno neutro é decorrente do abandono do modelo jacobino amigo-inimigo da política e da adoção do modelo liberal. Entretanto, Laclau e Mouffe destacam que essa visão do processo democrático impossibilita a apreensão da estrutura das relações de poder e a tentativa de transformar a presente ordem hegemônica.

Portanto, os autores afirmam que o desaparecimento do antagonismo do discurso político da esquerda é a principal fonte de suas presentes dificuldades e que a elaboração de um projeto hegemônico de esquerda requer a criação de novas fronteiras políticas e não a sua desapareição. Para Laclau e Mouffe (2010, p. 17), não pode haver política radical sem a identificação de um adversário e, para tanto, faz-se necessário reconhecer o caráter inerradicável do antagonismo.

Por outro lado, o antagonismo fecha toda possibilidade de uma reconciliação final e de um nós plenamente inclusivo; a ideia de uma esfera pública sem exclusões, dominada pela argumentação racional, constitui uma impossibilidade conceitual. Não é possível, como querem os liberais, conceber o político em termos de deliberações que solucionam problemas e conflitos através da identificação de acordos racionais que beneficiariam todos os envolvidos. O conflito e a divisão são necessários mesmo à formação de uma política democrática e plural. Neste sentido, o projeto democrático deve reconhecer que não há possibilidade de uma resolução final e que toda forma de consenso é resultante de uma articulação hegemônica. É só com o abandono de uma concepção racionalista e objetivista da história que Laclau e Mouffe conseguem reformular e radicalizar a negatividade do social, fundamentada na noção de conflito como motor da história, própria da teoria marxista, para pensar o antagonismo como constitutivo do social e como possibilidade de transformação social (Laclau e Mouffe, *Ibid.*, p. 18).

Contudo, o novo enfoque também foi alvo de críticas elaboradas à luz de questões centrais da teoria social contemporânea. Daniel de Men-

donça (2003, p. 136) destacou que a noção filosófica de antagonismo tem sido empregada, por vezes, de maneira genérica e imprecisa por Laclau e Mouffe. Por um lado, o antagonismo é responsável pela impossibilidade de fechamento completo dos sentidos de um discurso, como na oposição entre povo e antigo regime, entre duas formas de sociedade absolutamente distintas, em que uma impede a plena constituição da outra. Por outro lado, essa noção também aparece na caracterização dos novos movimentos sociais constituídos para reivindicar suas demandas identitárias no contexto de um Estado democrático que, a rigor, não nega suas existências.

Mendonça (Ibid.) ressalta que só no primeiro caso é possível falar de antagonismo – que pressupõe que os elementos antagônicos não possuem conteúdos comuns –, haja vista que no segundo caso não se observa dois discursos antagônicos, mas apenas identidades que reivindicam direitos a um ente político universalizante por excelência: O Estado. Posteriormente, Chantal Mouffe conseguiu solucionar esta ambiguidade ao introduzir a noção de *agonismo* em seu enfoque teórico. A diferença fundamental entre o antagonismo e o agonismo é que este último pressupõe não apenas a disputa entre formações discursivas, mas uma medida comum entre elas, ou seja, a existência de regras que fazem com que os adversários partam para a luta de um ponto comum, não com o fim de destruir o oponente, mas de legitimar um discurso em detrimento do outro.

Enquanto predomina na teoria social contemporânea certo entusiasmo com a possibilidade de uma forma consensual de democracia, decorrente da influência do pensamento liberal, ancorado no avanço do individualismo e no progresso da racionalidade, Mouffe (2009, p. 10) destaca que a negação da dimensão antagônica constitutiva do político tem consequências para a formulação de uma política democrática. Tal negação impede a compreensão do que está em jogo na política democrática e na dinâmica de constituição das identidades coletivas, o que explica, segundo a autora, a inabilidade da teoria democrática em captar a natureza dos fenômenos políticos de massa ou de fenômenos como o nacionalismo.

Além disso, a concepção da política democrática em termos de consenso e reconciliação não é apenas conceitualmente errônea, mas pode implicar em riscos político, na medida em que ela impede a criação de uma esfera

pública adequada à luta agonista, onde seria possível confrontar diferentes projetos políticos hegemônicos. Tal concepção estaria na raiz de muitos dos problemas que enfrentam as instituições democráticas, contribuindo para exacerbar o potencial antagônico que existe na sociedade, em que o surgimento de antagonismos coloca em xeque os próprios parâmetros da ordem existente (Mouffe, *Ibid.*, p. 11).

Ao reconhecer a dimensão constitutiva do conflito social e do antagonismo, Mouffe (*Ibid.*) considera que o principal desafio à política democrática implica justamente em transformar relações antagônicas em agônicas, superando a relação entre inimigos para uma relação entre adversários. Embora os adversários não sejam percebidos como meros competidores, tal como no modelo deliberativo de Habermas, a política democrática deve fornecer os mecanismos para uma relação “nós-eles” – fundamental à constituição de identidades políticas – dentro da qual esse embate não se orienta para a eliminação do “eles”.

4.3 Hegemonia e estratégia socialista

A teoria da hegemonia de Laclau e Mouffe constitui uma tentativa de apreender as mudanças sociais advindas com o capitalismo tardio e o sentido das lutas sociais contemporâneas. Desse modo, os autores afirmam que ela possibilita retomar a discussão sobre a estratégia socialista, que foi interrompida na tradição marxista desde Gramsci, como consequência do stalinismo. Entretanto, a nova lógica do social implícita na teoria da hegemonia rejeita toda concepção essencialista da sociedade como totalidade fechada e enfatiza seu caráter aberto, incompleto e indeterminado, que conduz a uma reformulação da natureza política da tradição marxista e da sua noção de socialismo. Esse é justamente o terceiro ponto da teoria marxista que Laclau e Mouffe tentam reformular na transição para o pós-marxismo.

O essencialismo que permeou o pensamento marxista e impediu o desenvolvimento de todas as implicações de algumas de suas categorias teóricas, como a noção de materialismo, de antagonismo e de hegemonia, também influenciou o seu imaginário político, impossibilitando a com-

preensão da pluralidade de lutas sociais que emergiam e a formulação de uma política radical. Laclau e Mouffe (Ibid., p. 210) destacam que os teóricos marxistas perceberam a proliferação de uma diversidade de antagonismos e tentaram pensar estratégias de recomposição da unidade da classe operária. Contudo, o momento inassimilável da pluralidade das lutas sempre aparecia no discurso marxista, minando a coerência de suas categorias. Isso pode ser percebido a partir da leitura de alguns textos de Rosa Luxemburgo, de Labriola ou mesmo de Kautsky.

Segundo Laclau e Mouffe (Ibid., p. 223), a tendência essencialista que dominou o imaginário político da esquerda conduziu à organização do seu discurso em termos de uma lógica dos “pontos privilegiados apriorísticos”, que operou em uma variedade de direções. Em primeiro lugar, esse discurso permite determinar, de modo apriorístico, os antagonismos fundamentais da sociedade e considera a classe operária como agente histórico privilegiado na luta pelo socialismo. Ele também permite determinar *a priori* os níveis sociais a partir dos quais é possível implementar mudanças na sociedade. Desse modo, o estatismo considera que a expansão do papel do Estado é a panacéia para todos os problemas e o economicismo defende que uma estratégia econômica exitosa é seguida necessariamente de uma continuidade de efeitos políticos especificáveis. Por fim, o conceito clássico de revolução, ancorado no modelo jacobino, é considerado pelos autores como o último núcleo desta fixação essencialista. Esse conceito implica o caráter fundacional do fato revolucionário e a instituição de um ponto de concentração do poder a partir do qual a sociedade pode ser reorganizada “racionalmente”.

Laclau e Mouffe (2010, p. 211) consideram esses apriorismos essencialistas como obstáculos à formulação de uma política radical. Portanto, na transição para o pós-marxismo, eles abandonam a ideia marxista do proletariado como agente histórico privilegiado da mudança social. Os autores afirmam que é só após o abandono da concepção da classe operária como “classe universal” que é possível reconhecer a pluralidade dos antagonismos que tem lugar no campo do que se denominou arbitrariamente como lutas operárias e sua importância na construção de um novo imaginário político radicalmente libertário.

O pós-marxismo também abandona a ideia de pontos privilegiados de desencadeamento das mudanças históricas, tais como a Revolução, a Greve Geral ou a “evolução” como categoria que unifica o caráter acumulativo e irreversível dos avanços parciais. O conceito de guerra de posição, no sentido gramsciano, indica precisamente a afirmação do caráter processual de toda transformação radical, de modo que o fato revolucionário é apenas um momento interno desse processo. A ideia de que a abolição da propriedade privada dos meios de produção geraria uma série de efeitos em cadeia e que conduziriam à extinção de toda forma de subordinação também é questionada pelos autores, posto que não há vínculos essenciais que unam os distintos componentes do programa socialista (Laclau e Mouffe, *Ibid.*, p. 223).

Além disso, a ideia de uma sociedade transparente, que implicaria o fim da política, também é abandonada no projeto pós-marxista, na medida em que Laclau e Mouffe (1993, p. 145) consideram o antagonismo constitutivo das relações sociais e não há possibilidade de uma sociedade sem conflitos. Portanto, a política nunca poderá ser dissolvida. Nessa perspectiva, o abandono de toda afirmação dogmática de uma “essência” do social e da pretensão de construir um discurso do universal, por um lado, e a afirmação da contingência e do caráter constitutivo da divisão social e do antagonismo, por outro, são pré-condições para a formulação de um projeto hegemônico de esquerda. Essas são as bases do projeto político de democracia radical e plural proposto pelos autores.

O projeto de uma democracia radical e plural visa o aprofundamento da revolução democrática iniciada no século XVIII, que inseriu os ideais de igualdade e liberdade no imaginário social, a fim de estendê-los a esferas cada vez mais numerosas da sociedade e do Estado. Em contraposição à hegemonia neoliberal, Laclau e Mouffe (2010, p. 197) propõem a radicalização da revolução democrática como alternativa para a esquerda, através da expansão das cadeias de equivalência entre as distintas formas de opressão.

A proliferação dos antagonismos e o questionamento das relações de subordinação são percebidos pelos autores como um momento de aprofundamento da revolução democrática. A expansão da conflitividade social e a conseqüente emergência de novos sujeitos políticos são concebidos

como resultantes, por um lado, dos efeitos dos deslocamentos advindos com as transformações da sociedade capitalista, tais como a mercantilização, a burocratização e as novas formas culturais vinculadas ao crescimento dos meios de comunicação. Se tais deslocamentos conduzem a uma crescente mercantilização e homogeneização da vida social e a uma forte racionalização da gestão social, eles também possibilitam a emergência de novos antagonismos que resistem às formas de subordinação criadas pelos seus efeitos. É nesse sentido que a “cultura democrática do consumo”, derivada da expansão dos meios de comunicação, possibilita a emergência de novas lutas e a resistência a antigas formas de subordinação (Laclau e Mouffe, *Ibid.*, pp. 207-8).

Por outro lado, as novas lutas sociais resultam dos efeitos de deslocamento a novas áreas da vida social do imaginário igualitário constituído em torno do discurso liberal democrático. Portanto, os autores afirmam que não se trata de romper com a ideologia liberal democrática, mas ao contrário de aprofundar o momento democrático da mesma. A tarefa da esquerda consiste em aprofundar a ideologia liberal democrática e expandi-la na direção de uma democracia radicalizada e plural. O projeto de uma democracia radical e plural se vincula à lógica do liberalismo na medida em que esta última possibilita o reconhecimento da emergência de um pluralismo de sujeitos e da abertura que toda democracia radicalizada requer. Nas palavras de Laclau e Mouffe (*Ibid.*, p. 230),

não é o liberalismo enquanto tal que deve ser posto em questão, já que enquanto princípio que defende a liberdade do indivíduo para realizar suas capacidades humanas, está hoje em dia mais vigente do que nunca. Mas se esta dimensão de liberdade é constitutiva de todo projeto democrático e emancipatório, ela não deve nos conduzir, como reação a certos efeitos totalistas, a voltar pura e simplesmente à defesa do individualismo burguês.

Apesar da importância do liberalismo político na formulação do projeto de uma democracia radical e plural, Laclau e Mouffe (*Ibid.*, p. 231)

afirmam a necessidade de se romper com os pressupostos do liberalismo econômico, que concebem a economia como o domínio do “privado”, sede de direitos naturais, dentro do qual os direitos democráticos não teriam nenhuma razão de serem aplicados. Em contraposição, os autores destacam que o terreno principal da luta especificamente anticapitalista depende da extensão dos direitos democráticos do domínio político clássico ao domínio da economia. É nesse sentido que o discurso socialista se insere em seu projeto de democracia radical e plural, na medida em que ele desloca a crítica da desigualdade política até a crítica da desigualdade econômica, defendendo o direito do agente social à igualdade e à participação enquanto produtor e não somente enquanto cidadão. Esse deslocamento conduz ao questionamento de outras formas de subordinação e à reivindicação de novos direitos.

Laclau e Mouffe (Ibid., p. 224) afirmam, portanto, que todo projeto de uma democracia radicalizada pressupõe uma dimensão socialista, uma vez que é necessário abolir as relações capitalistas de produção que estão na base de numerosas relações de subordinação. Contudo, o socialismo é percebido como um dos componentes de um projeto de democracia radicalizada e não o contrário. As reivindicações socialistas são percebidas como um momento interior à revolução democrática e só são inteligíveis a partir da lógica equivalencial que esta última instaura.

Por outro lado, o projeto de democracia radical e plural rechaça a ideia de que a abolição das relações capitalistas de produção conduz necessariamente à abolição das outras desigualdades. O projeto político de Laclau e Mouffe (Ibid., p. 239) se ancora no descentramento e autonomia dos diversos discursos e lutas, bem como na multiplicação dos antagonismos e na construção de uma multiplicidade de espaços em que esses antagonismos possam se desenvolver. É nesse sentido que a concepção de socialismo do marxismo é ampliada e reformulada para compor o aparato teórico e político do pós-marxismo.

Os autores advertem que a socialização dos meios de produção, concebida como um elemento na estratégia da democracia radical e plural, não significa simplesmente autogestão operária, visto que ela se trata de uma verdadeira participação de todos os sujeitos que se interessam pelas

decisões sobre o que vai ser produzido, do processo de produção e distribuição do produto. Trata-se, desse modo, de uma apropriação social da produção. Laclau e Mouffe (Ibid., p. 224) afirmam que reduzir a questão a um problema de autogestão operária é ignorar que outros grupos sociais, além dos produtores diretos, são afetados pelas decisões que se adotam no campo da produção. Os limites da esquerda na formulação de uma política hegemônica estão relacionados com as formas de apriorismos essencialistas apontados pelo pós-marxismo, que se fundamentam numa recusa a abandonar o pressuposto de uma sociedade suturada.

Da ruptura com toda forma de apriorismo essencialista implícita em uma topografia do social se segue, necessariamente, o reconhecimento da impossibilidade de especificar *a priori* as superfícies de emergência dos antagonismos, uma vez que não há superfície que não seja constantemente subvertida pelos efeitos sobredeterminantes de outras. Conseqüentemente, há um constante deslocamento das lógicas sociais características de uma esfera até outras esferas. A negação de uma “essência” do social e a afirmação da contingência e do caráter constitutivo da divisão social e do antagonismo também tem como conseqüência o reconhecimento dos limites do “princípio da equivalência democrática” e sua relação com a lógica da autonomia numa democracia radical e plural.

Laclau e Mouffe (Ibid., p. 230) afirmam que nunca existe uma equivalência total, uma vez que toda equivalência está penetrada por uma precariedade constitutiva, derivada dos desníveis do social, que exige que ela seja complementada/limitada pela lógica da autonomia. Nesse sentido, os autores apontam que a demanda da igualdade não é suficiente para a construção de uma democracia radical e plural e deve ser balanceada pela demanda da liberdade. “Uma democracia radicalizada e não plural seria aquela que constituiria um só espaço de igualdade sobre a base da vigência ilimitada da lógica da equivalência e não reconheceria o momento irreduzível da pluralidade de espaços”. O princípio da separação de espaços é justamente a base da demanda de liberdade, onde reside o princípio do pluralismo que vincula a lógica do liberalismo ao projeto de democracia radicalizada de Laclau e Mouffe.

A tentativa de ruptura com a perspectiva essencialista encontrada no discurso socialista, bem como o vínculo do projeto político de Laclau e Mouffe com o discurso liberal, reflete uma preocupação dos autores em evitar os riscos que condenaram as experiências socialistas do passado e que ameaçam todo projeto de democracia radicalizada. Nesse sentido, a reflexão de Lefort sobre os riscos inerentes à democracia e seu esforço no sentido de repensar o programa socialista sem cair nas armadilhas do totalitarismo exercem forte influência sobre os autores. Assim como Lefort, Laclau e Mouffe (Ibid., pp. 233-4) afirmam que a democracia abre uma indeterminação radical, que o poder passa a ser um lugar vazio e toda referência a uma garantia transcendente desaparece na sociedade democrática. O totalitarismo surge como consequência dessa nova configuração e como tentativa de reimpor um centro absoluto e restabelecer a unidade que a democracia quebrou entre as instâncias da lei, do poder e do saber. Nas palavras dos autores,

paradoxalmente, é a lógica mesma da abertura e da subversão democrática das diferenças que cria, nas sociedades presentes, a possibilidade de um fechamento muito mais radical que no passado: na medida em que a resistência dos sistemas tradicionais de diferenças é quebrada, em que a indeterminação e a ambigüidade tornam mais elementos sociais em “significantes flutuantes”, surge a possibilidade de uma tentativa de instituir um centro que elimine radicalmente a lógica da autonomia e reconstitua em torno de si a totalidade do corpo social (Laclau e Mouffe, Ibid., p. 232).

Como as referências a qualquer potência extra-social são abolidas com a revolução democrática, o totalitarismo consiste na possibilidade de surgimento de um poder puramente social, que se apresenta como total e se materializa em um órgão que se supõe representante do povo uno. A lógica totalitária nega a divisão social e o caráter constitutivo do antagonismo que havia se tornado visível com a democracia, sob o pretexto de representar a unidade do povo. A lógica da hegemonia como prática articulatória

se institui como possibilidade de responder à ausência de um fundamento transcendental que unifica toda a ordem social e aos perigos do totalitarismo derivados da própria abertura do social, a partir da unificação de certos espaços políticos por meio de articulações hegemônicas. Laclau e Mouffe (2010, p. 234) advertem que estas articulações são sempre parciais e submetidas à contestação, já que não existe uma garantia suprema. Toda tentativa de estabelecer um fechamento definitivo do social conduz ao totalitarismo, cuja lógica de construção do político consiste em instaurar um ponto a partir do qual a sociedade possa ser perfeitamente dominada e cognoscível.

As articulações hegemônicas também permitem evitar outro perigo que ameaça a democracia e é exatamente oposto ao totalitarismo, a saber, a ausência de toda referência à unidade do social e de articulações que fixam parcialmente o seu sentido e que possibilitam, dessa forma, o estabelecimento de significações comuns aos diferentes sujeitos sociais. Laclau e Mouffe (Ibid., pp. 235-6) afirmam que a ausência de toda articulação entre as relações sociais pode conduzir à implosão do social, à dissolução do tecido social a partir da destruição do quadro simbólico e à desapareição da política. Toda posição hegemônica se funda em um equilíbrio instável, uma vez que se constrói a partir da negatividade, mas só se consolida ao constituir a positividade do social.

O pós-marxismo se situa num terreno mais amplo que se constituiu a partir das várias tentativas de responder à chamada “crise” do marxismo, diante das crescentes dificuldades de adequar suas categorias teóricas às transformações da sociedade capitalista e de reformular o programa socialista, frente ao descrédito de toda uma concepção de socialismo, decorrente do fracasso das experiências dos países socialistas. A experiência do totalitarismo exerceu forte influência nos pensamentos de Laclau e Mouffe. Assim como os membros do grupo *Socialismo ou Barbárie*, Laclau e Mouffe estão preocupados em repensar a possibilidade do socialismo nas sociedades contemporâneas, evitando os riscos da lógica totalitária.

Do mesmo modo que aqueles membros, Laclau e Mouffe acreditam que o discurso marxista não deve ser abandonado nesta tarefa, uma vez que ele possibilita a construção de uma política radical. Os autores também estão

de acordo com Castoriadis quando este último afirma que a discussão da teoria marxista não pode ignorar o destino histórico do marxismo e que toda tentativa de repensar o seu projeto político deve rever seus pressupostos que permitiram o surgimento de sociedades totalitárias⁴¹.

Seu enfoque pós-marxista percebe no essencialismo que permeia a tradição marxista o grande obstáculo ao desenvolvimento de seus conceitos teóricos e à construção de um projeto socialista radical. Isso porque o viés essencialista impossibilita a compreensão das novas lutas sociais e tenta subsumir a pluralidade de antagonismos e de sujeitos políticos ao domínio da classe operária, concebida como classe universal. Segundo os autores, foi justamente essa tentativa de reduzir a diversidade de lutas à luta de classes que conduziu à emergência da lógica totalitária no pensamento de Lênin.

Portanto, Laclau e Mouffe tentam superar toda forma de essencialismo na transição para o pós-marxismo, reformulando de maneira radical as formas discursivas do marxismo que, segundo eles, garantem sua permanência como ponto de referência da análise teórica e política das sociedades contemporâneas. É desse modo que as categorias de materialismo, antagonismo e hegemonia são mantidas no enfoque pós-marxista, o que possibilita reformular também a concepção de socialismo que predominou no pensamento marxista. O sentido da inserção de Laclau e Mouffe na tradição marxista seria dado pelo prolongamento e reformulação dessas categorias na transição para o pós-marxismo.

Contudo, se tais categorias constituem o ponto de partida da reflexão de Laclau e Mouffe, eles se distanciam radicalmente do pensamento marxista no desenvolvimento das mesmas e se ancoram fortemente na corrente pós-estruturalista e na psicanálise. Os autores tentam superar o idealismo a partir de uma perspectiva materialista, dando continuidade ao trabalho de Marx, percebido por eles como um momento de transição, uma vez que Marx permanece, em certo sentido, no campo idealista. Mas na tarefa de radicalizar o materialismo de Marx, Laclau e Mouffe se fundamentam na

41 É curiosa, neste sentido, a afirmação de Laclau e Mouffe de que não houve discussão sobre estratégia socialista após a morte de Gramsci, visto que o grupo *Socialismo ou Barbárie*, fundado no final dos anos 1940, tinha por objetivo reformular o programa socialista a partir de um diálogo crítico com o marxismo, que possibilitasse evitar os riscos do totalitarismo, e exerceu forte influência sobre as reflexões de Laclau e Mouffe.

crítica da metafísica da presença de Derrida e tentam debilitar as pretensões da forma de esgotar a realidade do objeto. Nesse sentido, os autores rompem com a pretensão de identificar a essência do ser dos objetos, seja no âmbito da consciência ou da vida material.

A perspectiva materialista de Laclau e Mouffe se desdobra em uma Teoria do Discurso, cujo cerne consiste na centralidade das práticas articulatórias na constituição do ser dos objetos no interior de totalidades discursivas, de modo que os mesmos carecem de “essência”, tampouco aparecem como mera “existência”. Como toda totalidade discursiva é penetrada por um exterior que lhe impede de se constituir plenamente, a forma e a essência dos objetos são penetradas por uma precariedade. Laclau e Mouffe estendem a noção da linguagem como sistema de diferenças para pensar o conjunto das relações sociais, de modo que toda identidade passa a ser concebida como radicalmente contingente e precária e só há a possibilidade de constituir identidades relacionais. É possível observar, portanto, uma forte ruptura com o materialismo de Marx, caracterizado pelos autores como idealista e essencialista.

Assim como a teoria marxista, o enfoque pós-marxista se ancora na centralidade dos antagonismos sociais que emergem dos deslocamentos decorrentes das transformações da sociedade capitalista como possibilidade de construção de uma política radical. No entanto, se mais uma vez o ponto de partida do pós-marxismo é dado por uma forma discursiva oriunda do marxismo, seu desenvolvimento posterior depende da ruptura com a visão racionalista da história e do abandono da contradição *forças produtivas/relações de produção* como seu fundamento. Desse modo, Laclau e Mouffe consideram o antagonismo e a divisão social constitutivos das relações sociais e descartam a ideia de que seja possível chegar a uma sociedade totalmente transparente e livre de conflitos. Os autores também rompem com a concepção de antagonismo como contradição lógica ou oposição real, visto que tais concepções pressupõem relações objetivas, enquanto o antagonismo representa os limites de toda objetividade.

A retomada da discussão sobre a centralidade dos antagonismos e sua radicalização no pós-marxismo é importante, na medida em que o enfoque de Laclau e Mouffe se contrapõe a outras abordagens teóricas contempo-

râneas e outros projetos de democracia radical, que defendem que a radicalização da democracia tem lugar em um terreno neutro. A perspectiva de Laclau e Mouffe, em contraposição, destaca as relações de poder que permeiam o processo democrático. Nesse sentido, ela constitui uma alternativa para a esquerda, já que o abandono do imaginário político jacobino e do seu modelo amigo-inimigo da política não precisa conduzir necessariamente à adoção do modelo liberal, em que a democracia é concebida como simples competição em um terreno neutro.

Laclau e Mouffe defendem a criação de novas fronteiras políticas – e não a sua desapareição – como ponto de partida para a construção de um projeto hegemônico de esquerda. Tal perspectiva, segundo a qual o antagonismo e a divisão social são constitutivos das relações sociais, independentemente dos seus limites, parece bem mais promissora na formulação de um projeto de democracia radical do que a ideia da democracia como uma forma de diálogo em que as controvérsias são resolvidas em um terreno neutro, em direção a uma sociedade completamente reconciliada. Isso porque tal perspectiva permite apreender as relações de poder vigentes na sociedade e tenta mobilizar os diversos grupos subordinados contra as diferentes formas de subordinação e de desigualdade existentes, mediante a criação de uma cadeia de equivalência que seria a base do projeto político da esquerda.

Por fim, Laclau e Mouffe desenvolvem uma teoria da hegemonia, dando continuidade a uma tendência que surgiu no pensamento marxista para pensar o espaço da contingência, em detrimento da concepção de necessidade histórica, e responder às transformações da sociedade capitalista. Nesta tarefa, os autores se ancoram na noção de hegemonia de Gramsci, na medida em que ela conduz a uma nova lógica política, que amplia o terreno da articulação e permite combater o essencialismo encontrado na tradição marxista. Entretanto, os autores identificam no pensamento de Gramsci o último reduto de essencialismo, uma vez que, para ele, o grupo hegemônico sempre remete a uma classe social fundamental, o que implica que a hegemonia não seria inteiramente resultante das práticas articulatórias e da luta política, mas resultaria de um fundamento ontológico – a posição que os indivíduos ocupam nas relações de produção.

Portanto, na desconstrução do essencialismo da tradição marxista, Laclau e Mouffe vão além do pensamento de Gramsci, orientados principalmente pelo pós-estruturalismo. A nova abordagem da hegemonia como prática articulatória tem como pré-condição a indecibilidade estrutural e a contingência, bem como a presença de forças antagônicas. A prática articulatória é concebida como prática discursiva. Nessa abordagem, perduram alguns conceitos-chave de Gramsci como bloco histórico, mas este último é concebido em termos da instituição de pontos nodais e da constituição de identidades relacionais em um espaço social e político. Do mesmo modo, os autores mantêm a noção de guerra de posição para pensar a centralidade dos fenômenos de fronteira, mas reformulam essa noção, já que para eles a divisão do espaço social em dois campos não pode ser pensada antes da articulação hegemônica.

Se, por um lado, a radicalização da noção de hegemonia de Gramsci permite retomar a discussão sobre a estratégia socialista nas sociedades contemporâneas, por outro lado, ela conduz à reformulação da noção marxista de socialismo e rompe com o que considera os apriorismos essencialistas da tradição política do marxismo. Nesse sentido, o pós-marxismo rompe com a noção de classe operária como “classe universal”, com a noção de revolução e evolução e com a ideia de que a sociedade socialista poderia levar ao fim da política.

O socialismo é concebido como um dos elementos de um projeto mais amplo de radicalização da democracia, na medida em que Laclau e Mouffe consideram fundamental a abolição das relações capitalistas de produção e a extensão da crítica da desigualdade política à crítica da desigualdade econômica. No entanto, esse projeto se vincula também ao liberalismo, numa tentativa de garantir o espaço da liberdade e da diferença, o pluralismo de sujeitos e de evitar os riscos de uma sociedade totalitária, baseada tão-somente na igualdade.

Contudo, apesar da crítica radical que fazem ao essencialismo da teoria marxista e ao seu projeto político, Laclau e Mouffe parecem menos radicais na formulação do projeto de democracia radical e plural e menos críticos com relação às tendências da sociedade capitalista, do que Marx fora no seu tempo. Eles percebem com muito entusiasmo os deslocamentos gera-

dos pelas transformações do capitalismo, tais como a expansão dos meios de comunicação de massa, que, segundo eles, possibilitou a formação de uma “cultura democrática do consumo” responsável por uma parte das novas lutas e reivindicações contra formas de subordinação.

Fredric Jameson critica essa postura entusiasmada de Laclau e Mouffe. Segundo ele, a retórica do pluralismo é geralmente ativada ao se tratar do tópico das sociedades socialistas, mas o pluralismo não passa de uma ideologia de grupos, de “um conjunto de representações fantasmáticas que triangulam três pseudoconceitos fundamentais: democracia, mídia e mercado”. Desse modo, o autor questiona, de modo irônico, se o capitalismo tardio, responsável pela produção e proliferação de novos grupos e de neo-etnias de todos os tipos, não seria o único modo de produção capaz de se qualificar como verdadeiramente “democrático” e o único certamente “pluralista”? (Jameson, 1997, p. 328).

Para Jameson (Ibid., p. 343), muito do que passa por uma defesa vigorosa da diferença é simplesmente tolerância liberal, cujo único mérito é o de levantar uma questão histórica bem embaraçosa: “não será, em primeira instância, a tolerância da diferença como um fato social resultado da homogeneização social e da estandardização, e do desaparecimento da verdadeira diferença social?”.

O radicalismo do projeto de Laclau e Mouffe não vai muito além da proposta de uma cadeia de equivalência entre as várias lutas contra as diferentes formas de subordinação. Os autores defendem que o sistema político vigente nos países da Europa deve ser mantido e que a radicalização da democracia se concentra fortemente na proliferação dos antagonismos.

Neste sentido, surgem algumas questões acerca do projeto de democracia radical e plural formulado por Laclau e Mouffe. Em que medida a preocupação em evitar a lógica totalitária na reformulação do projeto socialista do marxismo, a partir de sua ligação com o liberalismo, não impede o desenvolvimento de todo o potencial radical do projeto de uma democracia radicalizada? A única maneira de prevenir os riscos do totalitarismo e garantir a irredutibilidade da diferença no projeto de democracia radical e plural seria vinculando-o ao discurso liberal? Será que a ruptura com a “concepção leninista de revolução” deve conduzir necessariamente à manutenção dos sis-

temas políticos vigentes nas sociedades européias? Isso seria o máximo de radicalismo que uma sociedade democrática e socialista poderia alcançar?

A partir da presente análise, é possível concluir que se o pós-marxismo de Laclau e Mouffe tem como ponto de partida da sua reflexão algumas formas discursivas oriundas do marxismo, tais como o materialismo, a centralidade do antagonismo na constituição das relações sociais e a noção de hegemonia como lógica política que permite repensar o projeto socialista, ele se distancia radicalmente do marxismo no desenvolvimento dessas categorias. Os desdobramentos de tais categorias no enfoque pós-marxista caracterizam-se por uma ruptura com o pensamento de Marx e uma forte influência da lingüística estrutural, da psicanálise e do pós-estruturalismo. A influência de Althusser e, principalmente, de Gramsci sobre o pensamento de Laclau e Mouffe é o que caracteriza uma relação mais forte do pós-marxismo com a tradição marxista. Mesmo assim, na incorporação das ideias desses pensadores ao aparato teórico-político pós-marxista, Laclau e Mouffe radicalizam os seus conceitos, numa tentativa de superar o pressuposto essencialista inerente ao pensamento daqueles autores, segundo o qual a economia é vista como determinante em última instância.

5 Considerações finais

A discussão desenvolvida em cada capítulo deste trabalho permite perceber uma dimensão diferente da relação do pós-marxismo de Laclau e Mouffe com a tradição marxista. A partir do primeiro capítulo é possível perceber que o pós-marxismo de Laclau e Mouffe herda alguns dilemas teóricos e políticos que marcaram a história do marxismo, como o esforço no sentido de adequar as categorias do marxismo às transformações da sociedade capitalista, de superar o economicismo e de afirmar a centralidade da ação política. Nesse sentido, Laclau e Mouffe se inserem na mesma tendência do pensamento marxista que Bernstein, Rosa Luxemburgo, Lênin, os marxistas austríacos, Gramsci, Lukács, Althusser e outros membros da escola althusseriana, como Balibar e Poulantzas.

Contudo, Laclau e Mouffe afirmam que esses autores não conseguem levar essa tarefa até as últimas conseqüências, uma vez que há a persistência de um pressuposto essencialista nesses enfoques, segundo o qual a economia é considerada como determinante em última instância. Portanto, o pós-marxismo de Laclau e Mouffe assume como tarefa teórica superar toda forma de essencialismo encontrada no pensamento marxista.

Do ponto de vista político, os autores herdam os dilemas deixados pela “crise” do marxismo e tentam repensar a estratégia socialista. O essencialismo inerente ao pensamento marxista é percebido por eles como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de uma política radical, passível de conduzir a uma guinada ao totalitarismo. Desse modo, a tarefa de superar seus pressupostos essencialistas tem também um propósito político.

O segundo capítulo permite assinalar que alguns movimentos intelectuais e políticos que se constituíram em resposta à “crise” do marxismo, como o grupo Socialismo ou Barbárie, a retomada do pensamento de Gramsci a partir dos anos 1960, a crítica de Derrida ao paradigma estruturalista e a contribuição de Žižek, a partir da psicanálise, contribuíram para a formação de um terreno pós-marxista e exerceram forte influência sobre o enfoque de Laclau e Mouffe. Todos esses empreendimentos teóricos afirmam a centralidade da ação política. A crítica de Castoriadis da noção marxista da força de trabalho como mercadoria será adotada por Laclau e Mouffe na sua tentativa de superar o pressuposto essencialista que persiste no pensamento marxista, em direção a uma noção não economicista da economia.

No âmbito do projeto político do pós-marxismo, é possível perceber ainda mais claramente a influência do grupo Socialismo ou Barbárie, principalmente a reflexão de Lefort em torno da democracia e do totalitarismo. Laclau e Mouffe buscam reformular a teoria marxista com o intuito de repensar o projeto socialista do marxismo, sem cair nas armadilhas do totalitarismo. Portanto, os autores afirmam a importância de vincular o projeto socialista a um projeto mais amplo de radicalização da democracia e acentuam os perigos inerentes à natureza de uma sociedade democrática, decorrentes de sua abertura e indeterminação, destacando que o conflito e a divisão social são constitutivos de toda sociedade democrática.

Do mesmo modo, a retomada do pensamento de Gramsci permite a Laclau e Mouffe desenvolver todas as implicações de uma concepção não economicista da política e da ideologia e orienta a crítica do marxismo estrutural althusseriano. Numa segunda fase, os autores buscam radicalizar a noção de hegemonia de Gramsci, fortemente influenciados pelo pós-estruturalismo e pela psicanálise, com o intuito de adequar essa noção à realidade do capitalismo contemporâneo e pensar a possibilidade do socialismo na atual conjuntura.

A influência de Derrida é decisiva na tentativa de superar o economismo que persiste na tradição marxista, a partir de uma perspectiva desconstrucionista, e de reformular algumas categorias do marxismo. A radicalização do materialismo de Marx e a completa superação do idealismo são possibilitadas pela crítica de Derrida à “metafísica da presença”, que conduz ao debilitamento das pretensões da forma de esgotar a realidade do objeto. Laclau e Mouffe realizam esta tarefa a partir de uma concepção do espaço social como espaço discursivo, em que o sentido do objeto se constitui no interior de totalidades discursivas que nunca se constituem plenamente, de modo que a forma e a essência dos objetos são penetradas por uma instabilidade e precariedade básicas.

A psicanálise também exerce uma influência decisiva na reformulação de algumas categorias oriundas do marxismo, como na nova abordagem da hegemonia. A ruptura com a noção da totalidade social como estrutura fechada, a afirmação do caráter sobredeterminado das relações sociais e a centralidade dos pontos nodais na fixação parcial do sentido indicam a presença de conceitos da psicanálise na formulação de uma nova lógica do social e do político na teoria da hegemonia de Laclau e Mouffe.

A partir de uma concepção lacaniana de sujeito e da crítica de Žižek da teorização do processo de subjetivação antes da teorização sobre a falta constitutiva do sujeito, Laclau e Mouffe trazem à tona a noção de deslocamento para pensar a constituição do sujeito no seu enfoque pós-marxista. Nessa perspectiva, o sujeito resulta da impossibilidade da estrutura de se constituir plenamente, devido à presença de forças que a deslocam. Ele possui uma identidade estrutural falida. Tal como no marxismo, o deslocamento é pensado no pós-marxismo como possibilidade de ação histórica, a partir da disrupção de forças antagônicas que estavam ocultadas na sociedade.

O capítulo seguinte, que trata do desenvolvimento intelectual de Laclau e Mouffe, mostra como o enfoque pós-marxista dos autores se constrói a partir de um contínuo diálogo crítico com a tradição marxista. Em todas as fases de sua formação intelectual, Laclau e Mouffe tentam superar o viés essencialista inerente à teoria marxista. Já num primeiro momento de sua formação, os autores destacam as falhas dos marxistas estruturais tanto na

tentativa de superar o epifenomenalismo quanto no combate ao reducionismo de classe. Essa falha é decorrente da persistência de um pressuposto essencialista, que concebe a economia como determinante em última instância. Esse pressuposto impossibilitava a análise do fenômeno totalitário pela teoria marxista, como a emergência do fascismo.

Laclau e Mouffe consideram que só a partir da superação do reducionismo de classe e da compreensão do papel das interpelações popular-democráticas é possível explicar a emergência do fascismo ou mesmo evitar o surgimento de fenômenos de natureza totalitária. Como o movimento operário se fundamentava no reducionismo de classe, foi a incapacidade da classe operária de se constituir como alternativa hegemônica ao conjunto das classes oprimidas que contribuiu para a crise ideológica e possibilitou o surgimento do fascismo.

Do mesmo modo, foi o essencialismo econômico que contribuiu para o caráter autoritário da política no pensamento de Lênin, visto que após a conquista do poder hegemônico com o apoio das massas era necessário manter o caráter de classe do grupo hegemônico e a sua identidade de classe inalterada, mediante a exclusão das massas e uma rígida separação entre setores dirigentes e setores dirigidos. A teoria das interpelações não classistas de Laclau constitui uma tentativa de superar o essencialismo da tradição marxista a partir de uma abordagem não economicista da ideologia e da política – ancorada em Gramsci.

O segundo momento da formação intelectual de Laclau e Mouffe é marcado pelo reconhecimento de um último reduto de essencialismo no pensamento de Gramsci e mesmo na primeira fase de desenvolvimento intelectual. É nesse momento que eles se ancoram no pós-estruturalismo e na psicanálise, o que possibilita a ruptura com a noção marxista tradicional da economia e a formulação de uma teoria neogramsciana da hegemonia. A partir da crítica de Derrida de toda estrutura centrada, Laclau e Mouffe defendem que o espaço da economia se estrutura como espaço político e que as práticas hegemônicas atuam plenamente tanto nesse espaço como em outros níveis sociais. Sua teoria da hegemonia busca desenvolver todas as implicações de uma visão não essencialista das relações sociais.

Nessa perspectiva, os autores estariam dando continuidade à história do marxismo que busca desintegrar as formas de essencialismo inerentes ao pensamento marxista e que foi interrompida desde Gramsci, devido aos efeitos perversos do stalinismo. O abandono do essencialismo no nível da teoria reflete diretamente no âmbito político, visto que uma visão não economicista da economia permite pensar o lugar da política. Numa terceira fase de desenvolvimento, Laclau e Mouffe desenvolvem a noção de deslocamento que permite não apenas tratar do sujeito da ação histórica, como também da própria possibilidade da mudança social, visto que os autores abandonam a noção marxista da contradição *forças produtivas/relações de produção* como motor da história.

O quarto capítulo permite assinalar que, na reformulação de algumas categorias oriundas da teoria marxista, com o intuito de superar todo pressuposto essencialista na transição para o pós-marxismo, há uma ruptura com o pensamento de Marx. A radicalização do materialismo parcial de Marx desemboca numa Teoria do Discurso, fortemente influenciada pela corrente pós-estruturalista, que concebe o espaço social como espaço discursivo. O prolongamento da noção de antagonismo como constitutivo das relações sociais implica uma ruptura com a visão racionalista da história do marxismo e o abandono da contradição *forças produtivas/relações de produção* como seu fundamento. O antagonismo, na concepção pós-marxista de Laclau e Mouffe, constitui os limites de toda objetividade.

Por fim, a radicalização da noção de hegemonia tem como resultado a ampliação da lógica da contingência em detrimento da categoria marxista de “necessidade histórica” e a ruptura com os chamados “pressupostos essencialistas” do projeto político marxista, tais como a noção da classe operária como classe universal, a noção de revolução, de evolução, de uma sociedade transparente, em que o conflito e a divisão social teriam desaparecido. Essa ruptura implica uma reformulação radical do socialismo, que aparece no projeto político de Laclau e Mouffe como um dos componentes da democracia radical e plural, ao lado do discurso liberal. Desse modo, o que caracteriza a relação mais forte do pós-marxismo com o pensamento marxista é a influência e incorporação das ideias de Althusser e principalmente de Gramsci ao aparato conceitual do pós-marxismo de Laclau e

Mouffe, ao lado da influência do pós-estruturalismo, da psicanálise, da filosofia analítica e da lingüística estrutural.

O enfoque pós-marxista de Laclau e Mouffe destacou-se no cenário intelectual e político pela sua tentativa de apreender as relações sociais no contexto do capitalismo tardio, a partir de uma perspectiva que afirma a centralidade do político e sua dimensão antagônica como constitutiva das sociedades humanas. Nesse sentido, eles oferecem um modelo alternativo ao paradigma liberal dominante nas ciências humanas e na política – tanto em sua vertente “agregativa” como em sua vertente “deliberativa”-, cujo enfoque individualista e racionalista pressupõe a possibilidade de um mundo “sem inimigos”, fundamentado no diálogo e na construção de um consenso racional⁴². Contudo, Mouffe (2009, p. 17) destaca que a tendência dominante no pensamento liberal é incapaz de compreender de maneira adequada a natureza pluralista do mundo social, com os conflitos que esse pluralismo acarreta, para os quais jamais poderia existir uma solução racional.

Ao afirmar o caráter constitutivo do antagonismo e da negatividade do social, o enfoque pós-marxista de Laclau e Mouffe permite apreender as relações de poder que estão por trás do processo democrático assim como os principais desafios para a política democrática, no sentido de criar uma esfera pública na qual os conflitos possam adotar uma forma “agonista”, do contrário emergirão como antagonismos. Esses e outros aspectos conduzem a um crescente interesse pela nova abordagem ontológica, epistemológica e metodológica encontrada no pós-marxismo de Laclau e Mouffe, que tem exercido forte influência em diversas correntes teóricas contemporâneas.

A tentativa de repensar o socialismo a partir da reformulação da teoria marxista é comumente identificada como a maior herança do marxismo no enfoque de Laclau e Mouffe. Os autores defendem a abolição das relações capitalistas de produção, consideradas responsáveis por muitas formas de

42 De acordo com Mouffe (2009, p. 20), é possível distinguir, em termos gerais, dois paradigmas liberais principais. O primeiro, denominado em algumas ocasiões de “agregativo”, “concebe a política como o estabelecimento de um compromisso entre diferentes forças em conflito na sociedade”. O segundo paradigma, deliberativo, desenvolve-se como reação ao instrumentalismo do primeiro e visa substituir a racionalidade instrumental por uma racionalidade comunicativa e defende a possibilidade de se criar no campo da política um consenso moral racional mediante a livre discussão.

subordinação existentes nas sociedades contemporâneas. Entretanto, o radicalismo dos autores na sua crítica às formas de essencialismo inerentes à teoria marxista não é acompanhado por um radicalismo na formulação do seu projeto político. Em *Hegemonia e Estratégia Socialista*, os autores defendem que o projeto de democracia radical e plural não pressupõe grandes mudanças nos sistemas políticos vigentes nos países europeus, mas apenas a proliferação dos antagonismos e a formação de uma cadeia de equivalências entre as várias lutas contra diferentes formas de subordinação.

Além disso, eles são menos críticos com relação às tendências do capitalismo do que Marx fora no seu tempo e percebem com grande entusiasmo fenômenos como a expansão dos meios de comunicação de massa e seus efeitos na construção de uma “cultura democrática do consumo”, responsável pela proliferação das lutas e reivindicações na atual conjuntura. A partir disso, é possível questionar em que medida na tentativa de combater os riscos que ameaçam o projeto de uma democracia radicalizada, a partir de um vínculo com o discurso liberal, Laclau e Mouffe não terminam por solapar o potencial radical do seu projeto político? A ligação com o liberalismo pode ser percebida como uma garantia da irredutibilidade da diferença no seu projeto de democracia radical e plural? De que maneira é possível superar o capitalismo e instaurar uma sociedade socialista a partir da construção de uma “cultura democrática do consumo” e da manutenção dos sistemas políticos vigentes nos países da Europa? Zizek também critica o projeto político defendido pelos autores afirmando que o enfoque agonista é incapaz de desafiar o *status quo*, de modo que termina por aceitar a democracia liberal em sua etapa atual (Mouffe, 2009, p. 40).

Também é importante destacar que a discussão de Laclau e Mouffe sobre a tradição marxista parece se restringir ao marxismo desenvolvido na Europa. Neste sentido, apesar de questionarem o reducionismo de classe do marxismo estrutural a partir de sua experiência da política sobredeterminada nos países latino-americanos, eles não consideram os desdobramentos da teoria marxista na América Latina nos anos em que o pensamento marxista europeu estava dominado pelos efeitos devastadores do stalinismo.

Os autores afirmam que, com a morte de Gramsci, a discussão sobre a estratégia socialista foi interrompida na corrente marxista e seu aparato

teórico-político constitui uma tentativa no sentido de retomar tal discussão. Mas essa afirmação não vai de encontro à tendência observada nos países periféricos de discutir a possibilidade do socialismo, que era reforçada pelo fato do socialismo ter sido instaurado em países “atrasados”? E o que dizer dos pensadores marxistas provenientes de países periféricos da Europa, como o grego Castoriadis, que fundou o grupo Socialismo ou Barbárie nos anos 1940, com o intuito de reformular o projeto socialista a partir de um diálogo crítico do marxismo?

As discussões desenvolvidas neste livro não conduzem a uma única conclusão acerca da continuidade ou descontinuidade do enfoque de Laclau e Mouffe com a tradição marxista, mas, ao contrário, indicam as várias dimensões da relação do pós-marxismo com essa tradição e suscitam questões sobre algumas lacunas deixadas pelo novo enfoque.

A despeito das lacunas apontadas em seu arcabouço teórico, bem como em seu projeto político, é inegável a capacidade de Laclau e Mouffe de dialogar com diversas experiências históricas que buscam, de alguma maneira, confrontar as formas de subordinação criadas pelo capitalismo, desde o kirchnerismo até movimentos políticos contemporâneos que se desenvolvem na Europa, como o *Podemos*, na Espanha, e o *Syriza*, na Grécia, que se ancoram na teoria da hegemonia de Laclau e Mouffe e se inspiram em seu modelo de democracia radical e plural, no fortalecimento de uma cadeia de equivalência que unifica diferentes lutas.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, L. "Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado: notas para uma investigação". In: EAGLETON, T. **Ideologia**. Uma introdução. Tradução de Luís Carlos Borges e Silvana Vieira. São Paulo, Boitempo, 1997.

ALVES, A.R.C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política. N. 80, 2010. p.71-96.

ANDERSON, P. As antinomias de Gramsci. In: **Afinidades seletivas**. Introdução de Emir Sader. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Boi tempo Editora, 2002.

_____. **Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do Materialismo histórico**. Introdução de Emir Sader. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boi tempo Editora, 2004.

ANDREUCCI, F. "A difusão e a vulgarização do marxismo". In: HOBBSAWM, E. et al (org.). **História do Marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional**. Tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARRÈT, M. "Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe". In: ZIZEK, S. (org). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

BOTTOMORE, T. "Marxismo e sociologia". In: BOTTOMORE, T. NISBET, R. (orgs.) **História da análise sociológica**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

_____. "Introdução Karl Marx". In: BOTTOMORE, T. (org.) **Karl Marx**. Tradução de Nathanael Caixeiro. Revisão de Antônio Monteiro Guimarães Filho. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

_____. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

BURITY, J. (1997). Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/nabuco/joan7.rtf> Data de acesso: 16 jun. 2009.

CASTORIADIS, C. **Socialismo ou Barbárie**. O conteúdo do socialismo. Tradução de Milton Meira do Nascimento e Maria das Graças de Souza Nascimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

_____. **Uma sociedade à deriva**. Entrevistas e debates – 1974 – 1997. Edição organizada por Enrique Escobar et AL. Tradução de Cláudia Berliner. Aparecida, São Paulo: Idéias & Letras, 2006.

COUTINHO, C. **Gramsci**: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CRITCHLEY, S. MARCHART, O. (eds.). **Laclau**: a critical reader. New York, Routledge, 2004.

DERRIDA, J. "A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas". In: **A escritura e a diferença**. São Paulo, Editora Perspectiva, 2002.

EAGLETON, T. **Ideologia**. Uma introdução. Tradução de Luís Carlos Borges e Silvana Vieira. São Paulo, Boitempo, 1997.

FERNANDES, F. Introdução. In: V. LENIN. **Lenin**: política. Organizador da Coletânea Florestan Fernandes. Tradução de Carlos Rizzi. São Paulo, Ática, 1978.

FETSCHER, I. "Bernstein e o desafio à ortodoxia". In: HOBBSAWM, E. et al (org.). **História do Marxismo II**: o marxismo na época da Segunda Internacional. Tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola, 1999.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978c.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2 ed. 2007. Vol. 4.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 5.

HAUPT, G. "Marx e o Marxismo". In: HOBBSAWM, E. et al (org.). **História do Marxismo**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBBSAWM, E. "Prefácio". In: HOBBSAWM, E. et al (org.). **História do Marxismo**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. "Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo". In: HOBSEBAWM, E. et al (org.). **História do Marxismo**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. "A cultura europeia e o marxismo entre o Séc. XIX e o Séc. XX". In: HOBSEBAWM, E. et al (org.). **História do Marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional**. Tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Introdução. In: HOBSEBAWM, E. (org.). **História do Marxismo Hoje**. Primeira parte. Volume XI. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

KRADER, L. "Evolução, Revolução e Estado: Marx e o pensamento etnológico". In: HOBSEBAWM, E. et al (org.). **História do Marxismo**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JAMESON, F. "Periodizando os anos 60". In: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

_____. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. Tradução de Maria Elisa Cevasco. Revisão da tradução de Iná Camargo Costa. 2ed. São Paulo, Editora Ática, 1997.

LACLAU, E. **Política e Ideologia na Teoria Marxista: Capitalismo, fascismo e populismo**. Tradução de João Maia e Lúcia Klein. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____. "A política e os limites da modernidade". In: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

_____. **Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1993.

_____. "Muerte y resurrección de la teoría de la ideología". In: **Misticismo, retórica y política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002

LACLAU, E. MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista: Hacia una radicalización de la democracia**. 3ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2010.

_____. "Posmarxismo sin pedido de disculpas". In: LACLAU, E. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1993.

LEFORT, C. Esboço de uma gênese da Ideologia nas sociedades modernas. In: *Estudos CEBRAP*, n. 10. São Paulo, Edições CEBRAP, 1974.

MARX, K. ENGELS, F. **O manifesto comunista**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

_____. **Ideologia Alemã**. Lisboa, Ed. Presença. Vol. 1.

MARX, K. **18 Brumário de Luís Bonaparte; Cartas a Kugelmann**. 7 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

_____. **O Capital**: edição condensada. 2 ed. Condensada. Bauru, São Paulo: EDIPRO, 2003.

MCLELLAN, D. "A concepção materialista da história". In: HOBBSBAWM, E. et al (org.). **História do Marxismo**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MENDONÇA, D. (2003). "A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da Teoria do Discurso". In: *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, 20, p. 135-145.

MERLEAU-PONTY, M. **As aventuras da dialética**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

MOUFFE, C. "Por um modelo agonístico de democracia". Rev. Sociol. Polit. Curitiba, n.25, 2005. Pp. 11-23.

_____. **Em torno a lo político**. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2009.

MUTZENBERG, R. "Afirmção da política em Arendt e Gramsci". In: *Estudos de Sociologia*. Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE. V. 7 N. 1 e 2, 2001. p. 13-36.

NEGT, O. "Rosa Luxemburg e a renovação do marxismo". In: HOBBSAWM, E. et AL (org.). Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, L. **O enigma da democracia**. O pensamento de Claude Lefort. Prefácio de Marilena Chauí. Piracicaba, Jacintha Editores, 2010.

PALTI, J. E. **Verdades y saberes del marxismo**. Reacciones de una tradición política ante su "crisis". Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

VILAR, P. "Marx e a História". In: HOBBSAWM, E. et al (org.). **História do Marxismo**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

THERBORN, G. "A análise de classe no mundo atual: o marxismo como ciência social". In: HOBBSAWM, E. (org.). **História do Marxismo Hoje**. Primeira parte. Volume XI. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

TORFING, J. **New theories of discourse**: Laclau, Mouffe and Zizek. Mass.: Blackwell, 1999.

_____. "Discourse theory: achievements, arguments, and challenges"
In: Howarth, D. Torfing, J. (Eds.). **Discourse theory in European politics:
identity, policy and governance**. Palgrave, Basingstoke, 2005.

ZIZEK, S. **Eles não sabem o que fazem. O sublime objeto da Ideologia**.
Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.

_____. "O espectro da Ideologia" In: ZIZEK, S. (org). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996a

_____. "Como Marx inventou o sintoma?" In: ZIZEK, S. (org). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996b.

Título A (des) continuidade da tradição Marxista no
Pós-Marxismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe
Autoria Ana Rodrigues Cavalcanti Alves

Capa João Dionísio
Projeto gráfico Gabriel Santana e Bruna Andrade
Diagramação Gabriel Santana

formato digital

Editoração eletrônica TIC Editora UFPE

